

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CÍNTIA MOREIRA DA COSTA

“O ÉDEN DESEJADO E QUERIDO” –
HISTÓRIA, FOTOGRAFIA E EDUCAÇÃO
NO ESPÍRITO SANTO DURANTE
A PRIMEIRA REPÚBLICA (1908 – 1912)

Vitória
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CÍNTIA MOREIRA DA COSTA

“O ÉDEN DESEJADO E QUERIDO” –
HISTÓRIA, FOTOGRAFIA E EDUCAÇÃO
NO ESPÍRITO SANTO DURANTE
A PRIMEIRA REPÚBLICA (1908 – 1912)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação do Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco.

Vitória
2016

CÍNTIA MOREIRA DA COSTA

“O ÉDEN DESEJADO E QUERIDO” –
HISTÓRIA, FOTOGRAFIA E EDUCAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO
DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA (1908 – 1912)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação do Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco.

Aprovada em

COMISSÃO EXAMINADORA:

Professor Doutor Sebastião Pimentel Franco
Universidade Federal do Espírito Santo – Orientador

Professor Doutor Wenceslau Gonçalves Neto
Universidade Federal de Uberlândia – Membro externo

Professora Doutora Maria Alayde Alcântara Salim
Universidade Federal do Espírito Santo – Membro externo

Professora Doutora Patrícia Maria da Silva Merlo
Universidade Federal do Espírito Santo – Membro interno

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

C837e Costa, Cíntia Moreira da, 1971-
"O Éden desejado e querido"—história, fotografia e educação
no Espírito Santo durante a primeira república (1908 – 1912) /
Cíntia Moreira da Costa. – 2016.
175 f. : il.

Orientador: Sebastião Pimentel Franco.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Espírito Santo (Estado). Governador (1908-1912 :
Jerônimo Monteiro). 2. Fotografia. 3. Educação - Espírito Santo
(Estado). 4. Brasil - História - República Velha, 1889-1930. I.
Franco, Sebastião Pimentel, 1957-. II. Universidade Federal do
Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III.
Título.

CDU: 93/99

Para Leonardo e Joccitel,
que me fizeram sorrir em cada um dos dias
dedicados a este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Embora a página de agradecimentos seja um dos elementos pré-textuais de um trabalho acadêmico, ela está sendo a última a ser escrita. Neste momento, relembro com muito carinho todos os que de alguma forma contribuíram com a construção do meu trabalho.

Deus em sua infinita benevolência permitiu-me elaborar e executar este projeto, e ainda cercou-me de tantas pessoas maravilhosas que estiveram comigo nesta caminhada.

O Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco, meu orientador, além de ter me encorajado a ingressar na pós-graduação, transmitiu-me a todo tempo segurança e serenidade, essenciais para garantir que a empreitada embora árdua, pudesse ser também prazerosa. Em todos os momentos pude contar ainda com sua grande generosidade, disponibilidade, amizade e paciência.

A Profa. Dra. Adriana Pereira Campos, a Profa. Dra. Maria Beatriz Nader, o Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva e a Profa. Dra. Juçara Luzia Leite, além do Prof. Sebastião, todos membros do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História, ministraram as disciplinas que cursei. Admiro o conhecimento e a produção científica destes profissionais, que aliados a uma grande aptidão didática, faz deles não só respeitáveis pesquisadores, mas igualmente admiráveis professores.

Três outras professoras também foram importantes para a elaboração desta dissertação. A Profa. Dra. Jane Soares de Almeida (UNESP / UNISO) participou como avaliadora externa de meu projeto no Seminário de Pesquisa realizado no segundo semestre do curso, e fez importantes sugestões, inclusive um redirecionamento do segundo capítulo. A Profa. Dra. Patrícia Maria da Silva Merlo (PPGHIS / UFES) e a Profa. Dra. Maria Alayde Alcântara Salim (PPGEB / UFES) estiveram em minha banca de qualificação e igualmente trouxeram contribuições bastante pertinentes naquele momento. A Profa. Patrícia e a Profa. Alayde aceitaram ainda participar da banca de defesa juntamente com o Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto (UFU). Estou certa de que a arguição destes professores muito contribuirá com o aprimoramento do meu trabalho, bem como com meu crescimento acadêmico.

O Setor de Coleções Especiais da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo me franqueou o acesso à versão original da fonte documental aqui utilizada. Ressalto a presteza da bibliotecária Edna, responsável por aquele importantíssimo setor.

O trabalho que fiz de reprodução fotográfica das imagens constantes no *corpus* documental foi orientado pelo Prof. Ms. José Otávio Lobo Name (Departamento de Desenho Industrial / UFES). Parte do equipamento necessário me foi cedido pelo Fotocélula – Núcleo Interdisciplinar de Tecnologia da Imagem (Centro de Artes / UFES).

A tradução do resumo (*abstract*) foi cuidadosamente realizada pelo Prof. Mário Cláudio Simões (Departamento de Línguas e Letras / UFES).

O Prof. Dr. Joaquim Pintassilgo (Instituto de Educação / Universidade de Lisboa) fez a gentileza de me encaminhar textos de sua lavra que seriam de difícil acesso no Brasil, e que foram fundamentais para a compreensão da relevância e significados das festas cívicas durante o período estudado, mormente a Festa das Árvores.

Nos momentos em que parecia difícil conciliar trabalho, estudo e pesquisa, sempre contei com o apoio e incentivo dos colegas técnicos da área de História da UFES: Dr. Belchior Monteiro Lima Neto, Dr. Rodrigo da Silva Goularte e ainda Ivana Lorenzoni – que se aposentou durante meu curso. Registro também a atenção da equipe administrativa do PPGHIS, inclusive dos estagiários que lá atuam.

A revisão do texto final, muito criteriosa, foi feita pela Sra. Vera Lúcia da Costa, minha tia querida, que já havia me auxiliado na etapa de preparação para a prova de língua estrangeira do processo seletivo de ingresso no mestrado.

Minha família, especialmente minha mãe e minhas tias, estiveram sempre muito presentes em minha vida e em meu coração. Aprendi com minha mãe, o quanto o trabalho é fundamental na vida de uma pessoa e que estudo não é um “gasto” e sim, um investimento. Aliás, gostaria de fazer um comentário sobre minha mãe: foi com ela que aprendi também que “lugar de mulher é onde ela quiser”. Embora minha mãe jamais tenha militado em qualquer tipo de movimento social, desde que nasci, vejo-a colocar em prática essa máxima do feminismo contemporâneo.

Meu companheiro desdobrou-se em múltiplas funções nestes últimos tempos. No dia em que anunciei ter conversado com meu orientador e definido um tema de pesquisa com vistas ao mestrado, ele afirmou categoricamente: “eu serei o seu co-orientador!” O Prof. Dr. Joccitiel Dias da Silva – cujo doutorado foi em Matemática aplicada à Mecânica, e até então, quase nada sabia sobre a Primeira República – assumiu duas “missões” fundamentais: primeiro ajudou-me a montar um cronograma de estudos e organizar meu exíguo tempo. Meu “co-orientador” foi extremamente duro e rigoroso com o cumprimento dos prazos e não me deixou jamais esmorecer diante de qualquer adversidade. Também o Prof. Joccitiel leu cada linha que escrevi, me fazendo atentar para os rigores e a objetividade do texto acadêmico. No restante do tempo, ele foi simplesmente Jô: companheiro, amigo, parceiro, confidente. Além de tudo, o Jô ainda preparou as comidinhas mais lindas e deliciosas do mundo, como uma das formas de externar sua preocupação e carinho para comigo e com meu filho.

Quanto ao Leonardo, tenho a dizer – parafraseando Dorival Caymmi – que nem sei qual foi o bem que fiz à Humanidade para ter um filho tão maravilhoso como ele. A sua alegria e generosidade extremas me emocionam e sua inteligência e sabedoria me enchem de orgulho. Quando nossos momentos de lazer se reduziram em função de minha pesquisa, ele soube encarar com bom humor – “olha lá... estou com ciúme desse tal de Jeronymo Monteiro”. Leonardo também soube aproveitar e valorizar ao máximo cada vez que pude reservar algum tempo para viajar com ele, levá-lo à praia, ao cinema, ou para ler um livro a dois. Como ele diz, “fizemos este mestrado juntos!”

Por fim, registro que a Universidade Federal do Espírito Santo me concedeu afastamento de minhas atividades profissionais durante parte do curso, o que foi fundamental para que eu pudesse me dedicar à escrita do trabalho.

A todas estas pessoas e instituições, externo publicamente minha imensa gratidão e reconheço que esta dissertação só se concretizou, graças ao inestimável apoio que delas recebi.

*“A moldura deste retrato
Em vão prende seus personagens.
Estão ali voluntariamente,
Saberiam – se preciso – voar.”*

(Retrato de família – Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

Esta pesquisa propõe uma leitura dos registros fotográficos referenciados no universo escolar presentes na documentação produzida pelo Governo do Espírito Santo, durante a administração de Jeronymo de Souza Monteiro, entre os anos 1908 e 1912. As fotografias inseridas na Mensagem final de governo encaminhada ao Congresso Legislativo, intitulada “Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1908 a 1912 pelo Exmo. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro presidente do estado durante o mesmo período” constituem o *corpus* documental do trabalho. A pesquisa procura reconhecer como se operou a implementação do projeto educacional republicano no Espírito Santo durante a Primeira República, notadamente no governo de Jeronymo Monteiro, projeto este fortemente inspirado no modelo de reforma pedagógica e administrativa da área da Educação iniciado em São Paulo na década anterior. Consoante uma ideologia do progresso calcada em princípios do positivismo e do liberalismo que sustentavam todo o discurso republicano, a instrução pública era considerada área estratégica para superação do atraso econômico no qual se encontrava o Espírito Santo. Através das imagens, buscou-se verificar como as instituições escolares reproduziam as desigualdades vigentes na sociedade. Se, por vezes, complementam o discurso verbal, em outras ocasiões as imagens se contrapõem a esse mesmo discurso, trazendo informações diversas daquelas proferidas por meio de palavras. Este trabalho parte do princípio de que a fotografia não se constitui em um documento imparcial, muito pelo contrário: pressupõe o estabelecimento de um processo dialético e dialógico entre a “realidade”, o fotógrafo e o leitor.

Palavras-chave: Fotografia. História. Educação. Espírito Santo. Primeira República. Jeronymo Monteiro.

ABSTRACT

The present research proposes a reading of the photographic records referring to the school universe present in the documents produced by the Government of the State of Espírito Santo during the administration of Jeronymo de Souza Monteiro in the years 1908-1912. The photographs inserted in the government's final address to the Legislative Congress, entitled "Statement about the state businesses during the years 1908-1912 by his Excellency Dr. Jeronymo Monteiro, president of the state in the same period" form the documental corpus of this work. The research intends to identify how the implementation of the republican educational project in the State of Espírito Santo took place during the First Republic, particularly in Jeronymo Monteiro's government - a project that was strongly inspired by the pedagogical and administrative reform model in the educational field launched in the State of São Paulo in the previous decade. In compliance with an ideology of progress based on the principles of positivism and of liberalism which supported republican discourse, public education was considered a strategic area in order to overcome the economic lag in which the State of Espírito Santo was. By means of images, we sought to verify how the educational institutions reproduced the prevailing inequalities of society. If at some times they subsidize verbal speech, at others, images go against it, thus bringing information which is diverse from that conveyed through words. The present work assumes that photography is not essentially an impartial document; much on the contrary: it presupposes the establishment of a dialectic and dialogic process between "reality", the photographer and the reader.

Keywords: Photography. History. Education. Espírito Santo. First Republic. Jeronymo Monteiro.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01 –	Como era feito o abastecimento d'água à população de Vitória – 1908.....	77
Fotografia 02 –	Inauguração da lavanderia pública da Villa do Moscoso Victória –1912.....	84
Fotografia 03 –	Inauguração dos bondes elétricos de Villa Velha – 1912.	86
Fotografia 04 –	Campinho ou Praça Moscoso em 1909.....	89
Fotografia 05 –	Campinho ou Praça Moscoso em maio de 1912, depois de concluídos os trabalhos de drenagem, aterro e ajardinamento.....	91
Fotografia 06 –	Quartel Central de Polícia (desfile da Força).....	100
Fotografia 07 –	Cadeia pública de Cachoeiro de Santa Leopoldina construída em 1912.....	107
Fotografia 08 –	Grupo de normalistas e alunas da Escola Modelo que em comissão foram ao Palácio cumprimentar o Presidente do Estado no 1º aniversário de seu governo..	114
Fotografia 09 –	Escola Normal (grupo de alunas tendo ao lado o Dr. Deocleciano de Oliveira, Inspetor Geral do Ensino e Diretor da Escola).....	115
Fotografia 10 –	Grupo de alunos da escola do 2º distrito de Guarapary – 1911.....	122

Fotografia 11 –	Uma sala de aula da Escola Modelo.....	129
Fotografia 12 –	Uma sala de aula do Grupo Escolar Gomes Cardim – Vitória – 1911.....	131
Fotografia 13 –	Uma sala de aula da Escola de Argolas – 1911.....	133
Fotografia 14 –	Embarque dos alunos da Escola Modelo para a Festa das Árvores – 1909.....	145
Fotografia 15 –	Desfile dos alunos da Escola Modelo para a Festa das Árvores – Novembro de 1909.....	147

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. UM PROJETO REPUBLICANO PARA O ESPÍRITO SANTO	34
1.1. Narrativa sobre um coronel-doutor	36
1.2. Uma família de coronéis	44
1.3. Sobre o poder redentor da educação	50
1.4. A importação de um modelo de educação para o Espírito Santo ..	53
2. IMAGENS DO ESPÍRITO SANTO NA PRIMEIRA REPÚBLICA ..	69
2.1. Da província ao estado do Espírito Santo	71
2.2. Imagens da construção de um pequeno estado republicano	74
2.2.1. Melhoramentos urbanos em Vitória	74
2.2.2. Segurança pública	98
3. IMAGENS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO ESPÍRITO SANTO NA PRIMEIRA REPÚBLICA – ENTRE RUPTURAS E HERANÇAS	109
3.1. Os sujeitos da Educação	112
3.2. Os espaços da Educação.....	127
3.3. As festas cívicas escolares.....	142
3.4. A escola como espaço edênico	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
REFERÊNCIAS	162

INTRODUÇÃO

*“Já repararam?
O mundo é colorido e a vida em preto e branco.
E o branco e o preto não existem no arco-íris...”*

(Mário Quintana)

INTRODUÇÃO

“Nenhum assunto mais do que este [a instrução pública], pode merecer o zelo dos governos republicanos. Certamente, é a instrução que poderá preparar as novas gerações para bem atingirem os seus altos destinos na conquista do progresso e do engrandecimento geral” (ESPÍRITO SANTO, 1913, p. 7).¹ Com estas breves palavras, Jeronymo de Souza Monteiro, presidente do estado do Espírito Santo sintetizou em seu programa de governo apresentado em 10 de junho de 1908, o modo como visualizava a importância da Educação para a sociedade. Apenas doze linhas foram dedicadas ao tema naquele documento, que segundo o próprio presidente, “[...] expôs com toda franqueza e lealdade a conduta a que se imporia, e o pensamento acerca dos assuntos que mais de perto deviam merecer a atenção do governo, porque mais diretamente diziam respeito aos interesses gerais e comuns [...]” (idem, p. 4).

Quando concluiu seu mandato, Jeronymo Monteiro encaminhou ao Congresso Legislativo Estadual em 23 de maio de 1912, um volumoso relatório sobre os quatro anos de sua administração. Das quase quinhentas páginas do documento, o presidente dedicou quinze especificamente ao capítulo V, que versava sobre o ensino público, seguidas de cinquenta e oito fotos sobre as realizações do governo nesse segmento.

A presente dissertação debruçou-se sobre tal documentação oficial e, mais especificamente, sobre as fotografias nela inseridas, com o objetivo de analisar como se deu a configuração de um novo modelo educacional no Espírito Santo durante a Primeira República, notadamente durante o governo Jeronymo Monteiro.

Entendo a fotografia como fonte de grande relevância para a pesquisa historiográfica, por meio da qual é possível fazer leituras surpreendentes onde a documentação escrita muitas vezes silencia. Se por vezes complementam o discurso verbal, em outras ocasiões as imagens – mesmo quando produzidas por

¹ Em citações das mensagens de governo, a ortografia foi atualizada, sendo apenas os substantivos próprios mantidos conforme original.

agências oficiais – são capazes de se contrapor a esse mesmo discurso, trazendo-nos informações inteiramente diversas daquelas proferidas por meio de palavras.

A imensa esperança no poder quase que redentor creditado à instrução pública, não era emblemática apenas de um governante capixaba isoladamente. Antes inscreveu-se em um contexto bastante amplo, que aqui denominarei de projeto educacional republicano.

Inicialmente delimito o período da Primeira República (1889 – 1930), consoante o projeto educacional / civilizador que nele se desenvolveu, e que era caracterizado por um discurso calcado nos princípios da institucionalização, democratização e modernização do ensino primário, em oposição ao tradicionalismo / elitização das instituições escolares do Império (Cf. SCHUELER & MAGALDI, 2008). O marco temporal específico relaciona-se ao governo de Jeronimo de Souza Monteiro, presidente do Espírito Santo entre os anos 1908 e 1912. Jeronimo legou ao estado uma documentação ricamente ilustrada com mapas, gráficos e sobretudo, fotografias de suas realizações. Desde a construção de modernos grupos escolares, até às inovações pedagógicas introduzidas, as principais ações empreendidas na área da Instrução Pública estão presentes nos registros fotográficos produzidos ao longo de sua gestão.

O interesse em estudar a institucionalização da educação durante o início do século XX se deu em função de um questionamento acerca do discurso modernizante republicano. Minha hipótese inicial era que as instituições escolares no Espírito Santo, durante o período estudado, caracterizavam-se como espaços de reprodução das desigualdades vigentes na sociedade capixaba, não obstante o ideal republicano de progresso e superação do atraso econômico através da educação. No decorrer da pesquisa, percebi também o quanto os princípios de ordem e disciplina apresentavam-se como estruturantes na documentação visual estudada.

Embora o projeto educacional desenvolvido no Espírito Santo durante os anos iniciais da Primeira República não se tenha caracterizado por uma drástica ruptura com o período imperial, houve certamente uma paulatina reconfiguração do modelo oitocentista.

A educação emergiu com grande destaque no projeto civilizador republicano. A instrução era tida como decisiva, tanto para se vencer o atraso econômico e social, quanto sendo a principal forma de garantir a unidade e a identidade dentro da nação que surgia, caracterizada por uma extensão territorial tão grande quanto sua diversidade cultural.

Assim, surgiram no bojo desse novo projeto educacional civilizador, sucessivas reformas de caráter pedagógico e administrativo, com vistas a aprimorar a instituição Escola. As reformas tinham como objetivo aumentar a eficiência do atendimento e racionalizar a ampliação da oferta de vagas, que se fazia necessária para atender ao ideal republicano.

O progresso trazido pelas mãos de um coronel-doutor

Toda a formação acadêmica de Jeronymo Monteiro, bem como sua estratégia de atuação política, foram moldadas na vaga modernista e na ideologia do progresso que já invadiam São Paulo. Foi lá que Jeronymo travou contato com os ideais republicanos e seus sustentáculos ideológicos: o liberalismo e o positivismo. E é exatamente isso que ele nos traz em seus documentos: um desejo de modernização, uma ânsia de ver o Espírito Santo alcançado pelo progresso. Para Nicolau Sevçenko, no Brasil, acompanhar o progresso durante a Primeira República

[...] significava somente uma coisa: alinhar-se com os padrões e o ritmo de desdobramento da economia europeia, onde nas indústrias e no comércio o progresso do século foi assombroso, e a rapidez desse progresso miraculosa. A imagem do progresso – versão prática do conceito de civilização – se transforma na obsessão coletiva da nova burguesia (SEVCENKO, 2003, p. 41).

A modernização vislumbrada por Jeronymo caracterizou-se essencialmente, por um desejo de ruptura total com um passado colonial que já não interessava aos representantes da nova ordem política. Para o historiador francês Jacques Le Goff, essa demarcação entre o moderno em oposição ao antigo, perpassa toda a história ocidental. No par antagônico antigo / moderno, “[...] o jogo dialético é gerado por

‘moderno’ e a consciência da modernidade nasce do sentimento de ruptura com o passado” (LE GOFF, 1994, p. 169).

Era preciso então, reconfigurar ideologias, hábitos, comportamentos. Para isso, Jeronymo começa por redesenhar a paisagem urbana. A Vitória colonial, construída à imagem e semelhança das cidades portuguesas, com suas muitas igrejas, ladeiras e ruas sinuosas, em quatro anos mudaria consideravelmente. Apesar de irmão do bispo, Jeronymo promoveu uma reforma urbana que incluiu algumas das principais igrejas da capital. Por exemplo, no lugar da Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia, demolida, ergueu-se a sede do Congresso Legislativo. O Colégio de São Thiago (juntamente com a igreja anexa), principal edifício jesuítico da capitania, teve sua arquitetura sóbria inteiramente transfigurada num grande palácio em estilo eclético, sede do Executivo.

A reconfiguração promovida no estado no entanto, não era atinente somente ao espaço arquitetônico e urbanístico. Os comportamentos, as visões de mundo e o posicionamento de cada indivíduo deveriam, necessariamente, ser formados (e conformados) dentro de uma nova lógica política. E era justamente nesse *locus* que se inseria o projeto de Educação trazido pela República.

Em uma visita ao Espírito Santo em 1911, o Marechal Hermes da Fonseca, presidente da República entre 1910 e 1914, durante um banquete que lhe foi oferecido na capital, ergueu “com entusiasmo” um brinde pela “prosperidade pessoal do Sr. Dr. Jeronymo Monteiro e de seu fecundo governo”. Antes, porém, o Marechal fez questão de enaltecer a gestão de seu aliado: “Além dos melhoramentos materiais desta bela e pitoresca cidade, sente-se que se dirigem as suas bem inspiradas atenções para a disseminação da instrução – base primordial do nosso progresso e para a assistência à infância – sementeira do futuro grandioso do Brasil” (ESPÍRITO SANTO, 1913, p. 49).

Desde a elaboração de seu plano de governo em junho de 1908 (poucos dias após assumir o mandato), Jeronymo já tentava articular forças, com vistas à conquista do tão sonhado progresso: “[...] concito, pois, todos indistintamente para que juntem aos

meus, os seus esforços com propósito decidido de trabalhar para o bem comum, na conquista do nosso progresso” (idem, pág. 9).

A ideia de progresso perpassa vivamente toda a documentação produzida durante a administração de Jeronymo Monteiro. Jacques Le Goff assinala que o “boom” econômico e industrial ocorrido no Ocidente entre 1840 e 1890, acontece em paralelo ao “triunfo da ideologia do progresso” (LE GOFF, 1994, p. 259). Para esse autor,

O século XIX foi o grande século da ideia de progresso, na linha dos dados adquiridos e das ideias da Revolução Francesa. Como sempre, o que mantém esta concepção e a faz desenvolver são os progressos científicos e técnicos, os sucessos da revolução industrial, a melhoria, pelo menos para as elites ocidentais, do conforto, do bem-estar e da segurança, mas também dos progressos do liberalismo, da alfabetização, da instrução e da democracia (LE GOFF, 1994, p. 256).

Le Goff afirma ainda que, durante o século XIX, a ideologia do progresso atingiu seu ápice dentro do positivismo de Auguste Comte. Conforme já assinalado anteriormente, os republicanos, Jeronymo entre eles, foram largamente influenciados em diversos aspectos pela filosofia positivista, e a incorporação da noção de progresso era central dentro do projeto de nação vislumbrado pela República no Brasil.

História, documentos e imagens

Entre os avanços propostos para a História no decorrer do século XX pelo grupo ligado à Escola dos *Annales* destaque, no âmbito do presente trabalho, o alargamento da noção de documento proposto por Henri-Iréné Marrou. Para esse autor, que considerava a heurística uma *ars*, no sentido antigo do termo, cabe ao historiador experiente definir, não somente onde e como encontrar documentos, mas principalmente quais documentos procurar. Marrou conceitua documento como

[...] toda a fonte de informação de que o espírito do historiador sabe tirar qualquer coisa para o conhecimento do passado humano, encarado sob o ângulo da pergunta que lhe foi feita. É evidente que se torna impossível dizer onde começa e onde acaba o documento; a pouco e pouco, a noção dilata-se e acaba por abarcar textos, monumentos, observações de toda ordem. [...] Numa palavra, tudo o que na herança subsistente do passado, pode ser interpretado como um índice revelando qualquer coisa da

presença, da atividade, dos sentimentos, da mentalidade do homem de outrora, entrará na nossa documentação. Definida desta maneira, esta noção aparece como uma função de duas variáveis independentes: depende tanto do passado (representado tanto pelo material de todo o gênero que dele chegou até nós), como do historiador, da sua iniciativa, da sua habilidade em utilizar os instrumentos de trabalho e os conhecimentos, mas primeiro daquilo que ele é em si mesmo, da sua inteligência, da sua abertura de espírito, da sua cultura (MARROU, p. 68 – 69).

Se, até então, os historiadores se atinham exclusivamente ao texto escrito, a partir desse “alargamento conceitual”, tornou-se possível recorrer a um espectro bem mais amplo de fontes.

Para Le Goff, após o “triumfo do documento” e do texto escrito que caracterizavam a escola positivista, no decorrer do século XX houve uma verdadeira “revolução documental” dentro da História, proposta pelo grupo dos *Annales*. Ao citar Fustel de Coulanges, Le Goff diz que mesmo os positivistas chegaram a enriquecer o conteúdo do conceito de documento sem, no entanto, modificar esse mesmo conceito. A ampliação da noção de documento só viria de fato, com o advento da Nova História, a partir de historiadores como Marc Bloch e Lucien Febvre entre outros. Esse alargamento conceitual levaria ainda, segundo Le Goff, a uma verdadeira revolução documental quantitativa e qualitativa, a partir dos anos 1960. Ele atribui ainda à História Econômica, que se socorria primordialmente de grandes séries numéricas, a primazia na alteração do estatuto do documento (LE GOFF, 1994, p. 539 – 541).

Ulpiano Meneses aborda esse movimento da Escola dos *Annales* como uma “alforria incompleta”, visto que, embora hoje seja plenamente reconhecida a pertinência da utilização de fontes imagéticas em História, a formação essencialmente “logocêntrica”, faz com que os historiadores ainda as vejam com desconfiança ou restrições. De forma irônica, Menezes complementa, dizendo que o documento visual “saiu da senzala, mas não se instalou na casa grande” (MENESES, 2012, p. 251).

Peter Burke assinala que o estudo de imagens como evidência histórica remonta pelo menos ao século XVII, tendo se intensificado em meados do século XX. Mas a “virada pictórica” (expressão cunhada por W. Mitchell para definir uma consciência por parte de um grupo de historiadores, de que a fotografia poderia ser utilizada

como fonte para a história social), segundo Burke, se deu a partir do final da década de 1960 (BURKE, 2004, p. 13 – 15). Burke, já na introdução de sua obra “Testemunha ocular: história e imagens”, observa que a quantidade de historiadores que trabalha com arquivos fotográficos e imagens de modo geral, é bastante reduzida, se comparada à quantidade de historiadores que se dedica aos documentos escritos, o que segundo ele, aponta uma “invisibilidade do visual” (aspas do autor) dentro da História. Burke, citando outro inglês – Raphael Samuel – diz que os historiadores são “visualmente analfabetos” (aspas do autor). O propósito dessa obra de Burke é justamente, conferir às imagens um *status* de evidência histórica, mas sempre ressaltando que, da mesma forma que as demais evidências, as imagens devem ser submetidas pelo historiador à crítica documental (BURKE, 2004).

O brasileiro Paulo Knauss também discute a contribuição de W. Mitchell e outros pesquisadores, sobretudo americanos, que nos anos 1990 participaram da “virada pictórica”, que viria a desembocar nos estudos de cultura visual. Para Knauss, “a História como disciplina tem um encontro marcado com as fontes visuais” (KNAUSS, 2006, p. 115). O autor utiliza a metáfora de Édipo Rei, alertado pelo cego Tirésias sobre o crime que cometera contra o próprio pai. O cego, paradoxalmente, era o único que podia de fato, visualizar o que se passava. Ao final da tragédia, Édipo se auto-condena à cegueira, por não ter conseguido enxergar o sucedido, mesmo quando alertado. Para Knauss, a tragédia expõe as tensões existentes entre a visão e o olhar, entre ver e enxergar. Tal dialética, segundo o autor, “interroga o conhecimento como fruto do sensível, defendendo a ponte entre o dado e a abstração que permite ver onde os outros não veem. Trata-se de definir o olhar como pensamento e fazer dele matéria do conhecimento histórico” (idem).

Sobre a crítica às fontes, Peter Burke cita ainda outro conhecido historiador inglês, E. H. Carr (“estude o historiador antes de começar a estudar os fatos”), para afirmar que

[...] da mesma forma, deve-se aconselhar alguém que planeje utilizar o testemunho de imagens para que inicie estudando os diferentes propósitos dos realizadores dessas imagens. [...] Historiadores usando documentos desse tipo não podem dar-se ao luxo de ignorar a possibilidade de propaganda ou a das visões estereotipadas do “outro”, ou esquecer a importância das convenções

visuais aceitas como naturais numa determinada cultura ou num determinado gênero (BURKE, 2004, p. 24).

Embora incompreendidas, durante muitos anos foi imputado às imagens um cunho votivo, informativo e por vezes, até persuasivo. À fotografia, em seus mais de cento e setenta anos de existência², foi atribuído constantemente um caráter de fidedignidade que perdura desde sua criação. Oficialmente, as primeiras fotografias (daguerreótipos) realizadas no Brasil são de autoria do abade francês Louis Compte, que desembarcou na Corte em 1840. A 17 de janeiro daquele ano, o *Jornal do Commercio*, noticiava a chegada ao Rio de Janeiro do novo aparato, capaz de reproduzir paisagens e objetos em menos de nove minutos, “[...] com tal fidelidade, precisão e detalhe, que se percebia facilmente que a coisa foi feita pela mão da natureza, sem interferência do artista” (FERREZ, 1990, p.1).

Os atributos de “fidelidade” a uma “realidade”, “precisão” e ainda, a ideia de “não-interferência” do fotógrafo no resultado final de seu trabalho, ainda hoje persistem no senso comum. Diversos autores têm se voltado para a orientação do olhar dos historiadores, no sentido da incorporação da fotografia, seja como fonte, seja como objeto do fazer historiográfico. No Brasil, destaco a obra de dois autores que se dedicam especificamente ao estudo das interfaces entre fotografia e história: Ana Maria Mauad e Boris Kossoy.

Ana Mauad, valendo-se do conceito de documento / monumento estabelecido por Jacques Le Goff, considera a fotografia como imagem / documento, porque ela é marca de uma materialidade do passado. Simultaneamente, é também imagem / monumento, pois simboliza o recorte estabelecido por uma sociedade para perenizar sua imagem. “Como documento e monumento, a fotografia informa e também conforma visões de mundo.” (MAUAD & LOPES, 2012, p. 264). A autora frisa o caráter polissêmico da fotografia e aponta que a experiência fotográfica deve ser

² Em 1826 na França, Nicéphore Niépce teria conseguido obter uma foto fixando a imagem produzida em um suporte fotossensível, a partir de uma câmara escura. Em 1833, Antoine Hercule Florence, francês radicado na Vila de São Carlos (atual cidade de Campinas / SP), realizou experiências fotoquímicas com sais de prata que resultaram na descoberta isolada do processo fotográfico. Florence era tipógrafo, desenhista e cartógrafo, tendo participado da expedição do Barão Langsdorf ao interior do Brasil entre 1825 e 1829 (Cf. KOSSOY, 2002). Oficialmente porém, a fotografia foi inventada na França em 19 de agosto de 1839 por Louis Jacques Daguerre. A data na verdade, marcou a apresentação do processo criado por Daguerre (a partir das experiências de Niépce), intitulado daguerreotipia, à Academia de Ciências da França.

percebida como uma prática de produção de sentido social. Também merece especial atenção dessa autora, o circuito social da fotografia, que envolve desde o sujeito que a produz, até aqueles que a consomem (Cf. MAUAD, 2008).

Boris Kossoy é outro pesquisador brasileiro que vem se dedicando ao estudo das interfaces entre história e fotografia desde a década de 1970. Com muita propriedade, Kossoy destaca as ambiguidades inerentes à imagem fotográfica:

É necessário que se compreenda o papel cultural da fotografia: o seu poderio de informação e desinformação, sua capacidade de emocionar e transformar, de denunciar e manipular. Instrumento ambíguo de conhecimento, ela exerce contínuo fascínio sobre os homens. Ao mesmo tempo em que tem preservado as referências e lembranças do indivíduo, documentado os feitos cotidianos do homem e das sociedades em suas múltiplas ações, fixando, enfim, a memória histórica, ela também se prestou – e se presta – aos mais interesseiros e dirigidos usos ideológicos. O papel cultural das imagens é decisivo, assim como decisivas são as palavras. As imagens estão diretamente relacionadas ao universo das mentalidades e sua importância cultural e histórica reside nas intenções, usos e finalidades que permeiam sua produção e trajetória. (KOSSOY, 2007, p. 31-32)

Dentro da obra de Kossoy, um dos conceitos mais relevantes diz respeito à noção de primeira realidade e segunda realidade. Para esse autor, a cena captada, a pose dos personagens, o “acontecimento”, constituem a primeira realidade. Depois de congelado o fragmento da cena, com a fotografia, “[...] inicia-se uma outra realidade, a do documento: a segunda realidade, autônoma por excelência. Inicia-se outro processo: o da vida do documento. Este não apenas conserva a imagem do passado, faz parte do mundo: ele pode mesmo ser fotografado” (KOSSOY, 2012, p. 46). Em outro momento, o autor discorre sobre o momento desse “congelamento” do momento:

Na fotografia, o fato primeiro, gerador, sempre e sempre ficou para trás no tempo; torna-se passado no instante em que o objeto foi interrompido, como os ponteiros do relógio de Hiroshima, congelado pelo imenso calor, paralisado, na sua duração, pela insanidade e eternizado pelo registro fotográfico: é a morte que segue seu rumo na vida documental. É o que sobrevive eternamente daquele instante interrompido: morte do objeto, vida da representação (KOSSOY, 2007, p. 156).

Isto posto, toda fotografia não é “a realidade”, mas sim um fragmento da realidade recortado em um determinado instante, por um determinado sujeito, o fotógrafo.

Recorte inteiramente subjetivo de uma realidade tridimensional, perpetuado em um artefato bidimensional.

Diversas são as abordagens propostas pelos pesquisadores envolvidos com o estudo de imagens em História. Peter Burke analisou mais detidamente o método iconológico e citou pelo menos outros três enfoques (o autor prefere não utilizar o termo método nestes casos), que considerou alternativos ao primeiro. São eles o enfoque da psicanálise, o enfoque estruturalista ou da semiótica e o da história social da arte (BURKE, 2004, p. 213).

Na esfera desta dissertação, proponho uma análise de uma determinada série de documentos imagéticos utilizando o método iconológico concebido pelo historiador da arte Erwin Panofsky (1892 – 1968) e posteriormente aperfeiçoado no Brasil por Boris Kossoy (1941 –), com vistas à utilização de imagens fotográficas dentro da pesquisa histórica.

Antes de adentrar no método de Panofsky, considero relevante fazer menção a seu mestre, o também historiador da arte, Aby Warburg (1866 – 1929). Segundo Etienne Samain, os principais autores “cujos pensamentos moldaram o destino intelectual” de Warburg foram Taylor, Nietzsche, Darwin, Freud, Burckhardt e Cassirer. Samain considera Warburg “[...] não somente um ‘historiador das imagens’, mas um desbravador que questiona o inconsciente, tanto o da história humana como o inconsciente intemporal das imagens” (SAMAIN, 2012, p. 54 – 55).

Panofsky assim como Warburg, era judeu-alemão. Concluiu o doutorado em 1914 em Freiburg-im-Breisgau, onde conheceu sua futura esposa, Dorothea (Dora), à época uma estudante de História da Arte. Após o casamento, Dora abriu mão da carreira acadêmica em função dos filhos, mas continuou a estudar com Aby Warburg. Na maturidade, Dora Panofsky publicou alguns artigos e dois livros em colaboração com o marido. Quanto a Erwin, logo após a I Guerra, foi lecionar na Universidade de Hamburgo onde montou um departamento de História da Arte. Trabalhou em estreita colaboração com a Biblioteca Warburg de Ciências e Cultura (a KBW), importante centro de pesquisa fundado por seu mestre. Em 1933 com a ascensão do nazismo, foi exonerado da universidade e emigrou com a família para

New Jersey nos Estados Unidos. Naquele país, Panofsky trabalhou até o fim da vida, primeiro na *Princeton University* e posteriormente no *Institute of Fine Arts* da *New York University* (Cf. WAIZBORT, 2009)

Panofsky desenvolveu um método voltado para a análise de obras de artes visuais, subdividido em três níveis. O primeiro nível chamado de descrição pré-iconográfica, compreende uma identificação e descrição das formas e seus significados primários. A iconografia constitui o segundo nível de análise e a iconologia o terceiro. Ao se reportar à origem etimológica desses termos, Panofsky observa que “grafia” é um sufixo de origem grega que significa escrever, enquanto o sufixo “logia” significa pensamento ou razão (Cf. PANOFSKY, 2012).

A iconografia assim, teria um caráter mais descritivo e uma função de classificação das imagens. O próprio criador do método diz que a importância da iconografia reside em sua grande contribuição para a categorização, datação e mesmo verificação de autenticidade de obras de arte. Isolada, não se presta à interpretação da imagem. A iconologia ao contrário, era concebida por Panofsky, como

[...] uma iconografia que se torna interpretativa e, desse modo, converte-se em parte integral do estudo da arte, em vez de ficar limitada ao papel de exame estatístico preliminar. [...] Iconologia portanto, é um método de interpretação que advém da síntese mais que da análise. E assim como a exata identificação dos motivos é o requisito básico de uma correta análise iconográfica, também a exata análise das imagens, estórias e alegorias é o requisito essencial para uma correta interpretação iconológica [...] (PANOFSKY, 2012, p. 54).

O método desenvolvido por Panofsky sofreu diversas críticas ao longo dos anos, principalmente após a intensificação da utilização de fontes imagéticas na História. Peter Burke considerou-o intuitivo e especulativo, além de carente de uma dimensão social. Segundo Burke, Panofsky seria quase que hostil à história social da arte, e portanto, preocupava-se apenas com o significado da imagem, e não com o “significado da imagem para quem?” (BURKE, 2004, p. 50 – 51). Esse autor aponta ainda que o método é considerado “[...] excessivamente literário ou logocêntrico, no sentido de assumir que as imagens ilustram ideias e de privilegiar o conteúdo sobre a forma, o conselheiro humanista sobre o verdadeiro pintor ou escultor” (idem, p. 52).

Entre os méritos da Iconologia, Ulpiano Meneses aponta que, ao voltar sua atenção para a problemática do sentido, Panofsky contribuiu para “romper os grilhões da pura visibilidade”. Meneses condena o que chamou de cobranças anacrônicas ao método. Premissas que são caras ao pesquisador do século XXI, como por exemplo, o contexto de produção das imagens e o papel das ideologias, segundo Meneses, não deveriam ser exigidas de Panofsky, considerando o tempo em que sua obra foi escrita. Esse autor seleciona três questões, que considera relevantes na crítica ao método iconológico assim como proposto por Erwin Panofsky, a saber: 1) análise apenas de imagens consideradas artísticas; 2) pretensão em alcançar uma verdade / objetividade não contaminadas por ideologias e 3) dependência textual excessiva (MENESES, 2012, p. 246 – 247).

Concordo com a avaliação de Gilvan Ventura da Silva, quando observa que as críticas não invalidam o trabalho de Panofsky:

[...] no que diz respeito aos instrumentos dos quais o historiador dispõe para interpretar as imagens, o método desenvolvido por Panofsky [...], permanece válido até hoje, embora apresente algumas limitações. Com a intenção de levar adiante o trabalho de Warburg na fundação de uma ‘ciência da arte’, ou seja, de um campo de reflexão acerca das obras de arte que fosse além da descrição de formas e estilos, método predominante na passagem do século XIX para o XX, Panofsky se dedica à criação das bases daquilo que seria a Iconologia, disciplina voltada para a revelação dos níveis mais densos e profundos das imagens de natureza artística, níveis estes que permitiriam captar o ‘espírito da época’ ou a visão de mundo própria de uma dada sociedade. (SILVA, G., 2013, p. 158 – 159)

Outra questão candente no método iconológico, conforme proposto por Panofsky, é sua proposta interdisciplinar: “[...] é na pesquisa de significados intrínsecos ou conteúdo que as diversas disciplinas humanísticas se encontram num plano comum, em vez de servirem apenas de criadas umas das outras” (PANOFSKY, 2012, p. 63). Mais do que uma metodologia com uma pretensão à objetividade, Erwin Panofsky propôs um método assumidamente interpretativo e portanto, subjetivo, a depender do *background* do historiador.

Mencionei anteriormente, o trabalho de dois pesquisadores brasileiros que estudam especificamente as confluências entre a fotografia e a história. Embora ambos concordem em diversos pontos no que tange à pertinência da utilização de imagens

fotográficas como fontes para a história, à crítica às fontes visuais, à importância do olhar do fotógrafo entre outras questões, ambos os pesquisadores se valem de distintas metodologias de análise.

Ana Mauad adota o método que denomina histórico-semiótico de análise de séries extensas e homogêneas de fotografias considerando, entre outros fatores, o critério cronológico. Depois de estabelecida a série, a autora propõe a decomposição de cada imagem em unidades culturais (segundo o conceito de Umberto Eco), considerando a forma do conteúdo e de expressão. Cada foto é catalogada e posteriormente, as fichas são tabuladas, para em seguida, se proceder à elaboração de tabelas com diversos cruzamentos de informações. Desta forma, a estatística é utilizada como importante ferramenta no trabalho da historiadora. Feito isto, a autora realoca as unidades culturais em novas categorias de análise, a saber: espaço fotográfico, espaço geográfico, espaço do objeto, espaço da figuração e espaço da vivência ou evento (Cf. MAUAD, 2008 e MAUAD, 1990).

Em sua tese de doutoramento, Mauad trabalhou com duas séries fotográficas datadas da primeira metade do século XX. A primeira referia-se à coleção de fotos familiares de sua própria avó e a segunda, era constituída por fotos impressas nas revistas ilustradas Fon-Fon, Careta e O Cruzeiro. O objetivo do trabalho foi delinear a história dos Mauad como uma família de imigrantes libaneses, que viveu um período de muito trabalho e enriquecimento material, e perceber como a família se apropriou dos códigos de representação da classe dominante carioca, inclusive a ocupação do espaço urbano do Rio de Janeiro, especialmente a Zona Sul (Cf. MAUAD, 1990).

Embora o resultado final do trabalho de Mauad seja belíssimo, algumas questões fizeram-me preterir tal método em favor da iconologia. Ressalto aqui dois pontos que considero de grande relevância. Primeiramente, dentro do método histórico-semiótico originalmente, só é permitida a análise de séries fotográficas extensas e nenhuma imagem pode ser analisada individualmente. Assim, as informações (e interpretações) possíveis a partir da foto unitária, não podem ser incorporadas à pesquisa. Em seus mais recentes trabalhos porém, a autora já vem admitindo o estudo de determinadas imagens de forma individualizada, mas somente aquelas a

que denomina “fotos-ícones”. Outro ponto que não é abordado pelo método histórico-semiótico é a convenção dentro da imagem, conforme muito bem apontado por Peter Burke e outros autores.

Por me haver preocupado com as questões acima destacadas, considerei o método iconológico a alternativa mais adequada para a análise de imagens no âmbito do presente trabalho. Considero a utilização do método iconológico não estritamente conforme desenvolvido por Panofsky no princípio do século XX, visto que diversas contribuições já lhe foram incorporadas ao longo de quase oitenta anos. Embora seja aplicado às mais diversas manifestações de arte e cultura visual, em sua origem, o método foi desenvolvido para análise de pinturas renascentistas e medievais, área de especialização de Erwin Panofsky.

No Brasil contemporâneo, o método iconológico foi adequado à pesquisa em história e fotografia por Boris Kossoy. Esse autor propõe o uso do método para a análise de imagens fotográficas, considerando-as como “[...] informações descontínuas do passado no qual se pretende mergulhar” (KOSSOY, 2012, p. 127). No entanto Kossoy não se utiliza do método estritamente conforme foi desenvolvido por Panofsky. Primeiro, porque o aprimora, ao incorporar outras influências à sua produção. O próprio Kossoy diz que quando voltou seus estudos para a fotografia na década de 1970 (sua área primeira de formação era a Arquitetura), ficou intrigado com a ausência de pesquisas sobre o tema no Brasil até àquele momento. Sua formação teórico-metodológica desde então incluiu, além de Panofsky, a leitura principalmente de Pierre Francastel, bem como de representantes dos *Annales* (sobretudo Marc Bloch e Lucien Febvre), Jacques Le Goff e Vovelle. Além de citar a obra de Husserl e Gisèle Freund como referências relevantes, Kossoy diz que seu repertório também foi permeado por influências de artistas plásticos, cineastas e escritores como Dalí, Escher, De Chirico, Buñuel, Bergmann, Antonioni, Borges, Doyle entre outros (KOSSOY, 2007, p. 29 – 30). Em segundo lugar, Boris Kossoy aprofunda a pesquisa sobre a iconologia, voltada porém, para a iconografia fotográfica, definida por ele como

[...] partes ou conjunto da documentação pública ou privada que abrange um largo espectro temático, produzida em lugares e períodos determinados. As fontes que as compõem são meios de conhecimento: registros visuais

que gravam microaspectos dos cenários, personagens e fatos; daí sua força documental e expressiva, elementos de fixação da memória histórica individual e coletiva. Em função de tais características, constituem documentos decisivos para a reconstituição histórica (KOSSOY, 2007, p. 34 – 35).

O autor distingue entre as interconexões decorrentes dos estudos acerca da fotografia, duas grandes vertentes: 1) a fotografia como objeto da História e 2) a fotografia como fonte de informação para diferentes áreas do conhecimento. Kossoy ressalta que toda fotografia é fruto de um processo de criação e que, no processo interpretativo da imagem, é necessário que o pesquisador promova uma “desmontagem” da fotografia, em seus aspectos técnicos, culturais, estéticos e ideológicos (Cf. KOSSOY, 2007). Somente a partir dessa “desmontagem” é que se tornaria possível a análise das fontes fotográficas reunidas pelo pesquisador.

Considerando o conceito ampliado de documento, conforme proposto pela Escola dos *Annales* e seus herdeiros, vale lembrar mais uma vez de Jacques Le Goff:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. [...] No limite, não existe documento-verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (LE GOFF, 1994, p. 547 – 548).

Sendo assim, a utilização da fotografia como fonte documental demanda uma reflexão de ordem teórico-metodológica sobre a imagem (aquilo que se vê), sobre o olhar, tanto de quem produziu a imagem, quanto de quem a observa depois de pronta, e ainda, sobre sua inserção em uma determinada série, coleção ou acervo. Ou seja: cada documento fotográfico traz em si a visão de mundo do fotógrafo e/ou contratante, porém, é possível afirmar também, que cada documento fotográfico é produzido, arquivado e consumido dentro de contextos históricos específicos.

“Como posso saber aquilo que vou lhes dizer?”

Para Marc Bloch, um dos fundadores da Escola dos *Annales*, movimento responsável pelo já citado alargamento do conceito de documento, todo trabalho

decorrente de pesquisa histórica deveria conter um capítulo (ou ao menos alguns parágrafos) com o título desta seção. Bloch frisa (de forma semelhante ao que Marrou diria dez anos depois) que, ao contrário do que pode parecer, os documentos “não surgem, aqui ou ali, qual misterioso decreto dos deuses” (BLOCH, 2001, p. 83). Antes a presença (ou ausência) de determinados documentos nos arquivos deriva de “causas humanas” e portanto são, elas próprias, objeto de investigação do historiador.

Durante esta pesquisa utilizei um documento em especial: a “Exposição dos negócios do Estado do Espírito Santo no quadriênio de 1908 a 1912 pelo Exmo. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro presidente do estado no mesmo período”, produzido pelo executivo estadual. A “Exposição” é um relatório analítico das ações desenvolvidas durante a gestão Monteiro, apresentado no final de seu mandato ao Congresso Legislativo Estadual. Secundariamente recorri também às demais mensagens encaminhadas anualmente por aquele presidente ao Legislativo. No *corpus* documental, são utilizadas tanto a linguagem verbal (o texto das mensagens), quanto a linguagem não-verbal, qual seja, as fotografias.

As mensagens são documentos impressos, elaborados anualmente pelo Poder Executivo e encaminhados ao Legislativo com o relato das realizações do governo durante o período, orçamento e balanço das contas do estado. Também estão presentes nas mensagens os obstáculos à execução de metas e eventualmente, um planejamento (ou sugestão de planejamento) para o período vindouro. José Carlos Souza Araujo ao estudar o discurso sobre a escola primária presente nas mensagens do governo de Minas Gerais durante a Primeira República, diz que tais documentos são uma expressão da prática social reveladora de um sentido. Para Araujo,

O período em pauta configura-se como um exercício político de natureza liberal, republicana e federativa, e as Mensagens podem ser compreendidas como referências ao movimento ideativo republicano em seu processo de exercício administrativo, em princípio renovado a cada quatro anos. Dessa maneira, as Mensagens em apreço não são evocativas do passado, uma vez que se tratava de autoafirmação do norteamento republicano diante do passado monárquico-constitucionalista referido desde 1824 (data da primeira constituição brasileira) a fins de 1889. Por conseguinte, as Mensagens apresentam-se como explicitação do futuro que precisa ser constituído desde o presente. Nessa direção, a utopia republicana, bem como a consciência dos

problemas brasileiros, de natureza estadual ou federal, ou mesmo municipal, que envolvem a questão política, fazem-se pulsar pelas Mensagens (ARAUJO, 2012, p. 105).

Faz-se necessário observar que os objetivos que levaram à produção das fotografias inseridas na mensagem (assim como qualquer outro documento), são condicionantes da pesquisa historiográfica. Considerando a não-neutralidade do documento fotográfico, o artigo de Vidal e Abdalla frisa que as “[...] indagações sobre o quê, quem, por quê e quais os interesses do registro de um determinado instantâneo foram indicadas como constituintes da prática historiográfica, na assunção de que as imagens do ontem não são neutras, mas produzidas com o objetivo de legar ao futuro certas representações do presente.” (VIDAL & ABDALLA, 2005, p. 178).

Para Kossoy, toda fotografia é fruto de um processo de construção que envolve elementos técnicos, culturais, estéticos e ideológicos e é necessário “desconstruir” esse “sistema” para que se possa estudar a imagem como documento. Ele nos chama a atenção para o fato de que tal como qualquer outro, o documento fotográfico deve ser submetido à crítica, pois também é passível de manipulação (Cf. KOSSOY, 2012).

A utilização da fotografia como fonte documental demanda uma reflexão de ordem teórico-metodológica sobre a imagem (aquilo que se vê) e também sobre o olhar, tanto de quem produziu a imagem, quanto de quem a observa depois de pronta. Ou seja: cada documento fotográfico é produzido dentro de um contexto histórico específico e traz em si a visão de mundo do fotógrafo e/ou do contratante.

Considerando que o presente trabalho debruçou-se sobre uma documentação produzida pelo Estado, é importante frisar que o *corpus* documental apresenta um olhar oficial sobre a Educação. Retomo aqui o conceito de “imagem oficial” construído por Antônio Ribeiro de Oliveira Jr., ao analisar a obra de Augusto Malta, fotógrafo da municipalidade carioca entre 1903 e 1936 e que paralelamente desenvolvia um trabalho de fotografia “artística”. Segundo Oliveira Jr.,

[...] falamos aqui da fotografia tida como oficial, isto é, criada e divulgada por uma agência produtora específica, o próprio Estado. Em numerosas das suas imagens [de Augusto Malta] isso pode ser demonstrado, pois sua

situação funcional o obrigava a acompanhar como “fotógrafo-documentarista oficial” as iniciativas tomadas pelos governos municipal e federal. A liberdade e a subjetividade de nosso fotógrafo eram limitadas pela imposição temática e pelos padrões de representação social existentes e consagrados em termos culturais, estéticos ou informativos. Para esta primeira agência produtora de fotografias que se tem nitidamente institucionalizada na época, já que a imprensa ainda engatinhava nesse campo, a feitura de sua imagem e sua circulação social têm de partir de uma organização deliberada e arbitrária, a qual é definida já no momento que antecede ao instante de sua criação. A produção dessas imagens é muito bem cuidada, e elas devem tornar visualmente críveis as opiniões e as realizações do poder público e, se possível, solenizá-las. Aqui o trabalho do fotógrafo cria a feição do Estado numa perspectiva de valorização positiva e desvinculada de um sentido de classe evidente (OLIVEIRA Jr., 1998, p. 80).

Outro conceito aqui adotado foi o de “fotografia escolar”, conforme proposto por Marcus Levy Bencostta (2011), para identificar toda aquela fotografia produzida ou referida no universo escolar. As fotografias escolares utilizadas durante a pesquisa foram alocadas a partir de um critério temático, em cinco categorias principais, muito semelhantes à classificação proposta por Bencostta em seu trabalho sobre fotografias escolares em Curitiba: construções (“vistas” das escolas, fachadas, interior, instalações em geral); grupos de alunos, professores, diretores e funcionários das escolas; atividades acadêmicas (aulas teóricas, aulas práticas, aulas de Educação Física); eventos (desfiles cívicos, comemorações, exéquias, festas religiosas, etc) e exposições de trabalhos de alunos. Para efeito de análise no entanto, estabeleci três eixos, conforme mencionado adiante, na descrição dos capítulos.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, esta dissertação está estruturada em três capítulos, além da presente introdução e uma conclusão. No capítulo 1, intitulado “Um projeto republicano para o Espírito Santo”, abordo mais detalhadamente a figura do presidente Jeronymo Monteiro, como ele se vinculava ao coronelismo e simultaneamente se identificava com uma elite de “doutores formados”. Comento a formação familiar recebida por Jeronymo, bem como sua formação acadêmica em São Paulo, e como estas influenciariam toda a sua práxis política e administrativa no Espírito Santo. É neste capítulo também, que discuto com maior profundidade a esperança depositada pelos republicanos no papel civilizador da instrução pública, como se deu a construção de um projeto educacional republicano e como este estava estreitamente ligado à ideologia do progresso, tão cara à República. Para

encerrar o capítulo, falo da reforma educacional construída por Jeronymo Monteiro, fortemente inspirada no modelo pedagógico e administrativo adotado por São Paulo.

O capítulo 2 chama-se “Imagens do Espírito Santo na Primeira República” e traz uma análise da administração de Jeronymo à frente da presidência do estado, já entrando com as fotografias oficiais constantes no relatório produzido ao final da gestão Monteiro. A primeira parte do capítulo visa situar rapidamente o estado no contexto do Oitocentos, desde o Império até os anos iniciais da República. Em seguida proponho uma análise do processo de criação de uma infraestrutura mínima de serviços em Vitória, a fim de superar as marcas do passado colonial da cidade e subsidiar o progresso do estado. Fecho o capítulo discutindo a reestruturação, ampliação e modernização do setor de segurança pública do estado, articulado às demandas políticas do sistema coronelista, ao qual Jeronymo estava perfeitamente integrado.

Por fim, o capítulo 3, com o título “Imagens da instrução pública no Espírito Santo na Primeira República – Entre rupturas e heranças” traz o escopo da pesquisa. É neste capítulo que analiso as informações trazidas pelas fotografias escolares constantes na documentação oficial produzida pela presidência do estado. Nesse capítulo, elegi três eixos de análise: os sujeitos da Educação, os espaços escolares e por fim, as festas cívicas escolares promovidas dentro do contexto republicano. Encerro o capítulo discutindo a visão edênica de Jeronymo Monteiro acerca da reforma educacional implementada durante sua gestão.

Sobre as fotografias aqui utilizadas, faço uma observação. No documento pesquisado, elas aparecem impressas em preto e branco. Optei por não buscar as imagens originais, mas sim fazer sua reprodução fotográfica, tal qual elas aparecem no documento. Também optei por manter as legendas originais de cada imagem. Uma outra decisão aqui tomada foi manter as dimensões aproximadas das fotografias, conforme apresentadas no documento. A maioria das fotos mede cerca de 11 X 16 centímetros. Entre aquelas que foram aqui analisadas, somente as fotos 05 e 15 aparecem no original em dimensão maior, com cerca de 15,5 X 21,5 centímetros. Para efeito de diagramação do produto final da pesquisa no entanto, mantive para todas as fotos o tamanho aproximado de 11 X 16 centímetros.

Uma outra observação importante antes de encerrar este prelúdio: todas as fotografias constantes no presente trabalho integram o documento “Exposição dos negócios do Estado do Espírito Santo no quadriênio de 1908 a 1912 pelo Exmo. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro presidente do estado no mesmo período”. O exemplar utilizado para reprodução das imagens pertence ao acervo do Setor de Coleções Especiais da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito, instituição à qual sou grata por ter me franqueado o acesso às fontes imprescindíveis para o desenvolvimento da pesquisa.

CAPÍTULO 1

Um projeto republicano para o Espírito Santo

*“Se a infância ajudou o poeta?,
Indaga-me uma entrevistadora.
‘Sim! O menino faz parte do adulto!’”*

(Mário Quintana)

1. UM PROJETO REPUBLICANO PARA O ESPÍRITO SANTO

Para melhor compreender todo o contexto que envolvia a questão educacional durante o período estudado (1908 – 1912), foi necessário primeiro conhecer a figura do presidente do estado à época, Jeronymo Monteiro, e perceber como ele e sua família se inscreviam plenamente dentro dos cânones do coronelismo brasileiro.

Grande proprietário rural e em disputa constante com o irmão Bernardino pela liderança do clã Monteiro³ e pela primazia política no estado, Jeronymo também encarnava perfeitamente o papel do “doutor”. Homem letrado, de modos refinados, formado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em São Paulo, tinha ideias e projetos bastante afinados com o novo momento político que então se consolidava no país.

Neste primeiro capítulo procuro demonstrar como essa formação familiar e acadêmica influenciou profundamente a administração e a prática política de Jeronymo Monteiro. Antes de adentrar às questões político-educacionais que marcaram a administração de Jeronymo porém, considero relevante esboçar sua história de vida e seu percurso político, até o momento em que alcançou a presidência do estado.

A discussão sobre o conceito de coronelismo no Brasil durante as décadas iniciais da República, também integra o capítulo. Mais adiante, apresento o projeto de reformulação da educação proposto por Jeronymo, consoante o modelo que já vinha sendo implementado no estado de São Paulo desde a década anterior.

Ressalto que todos os dados biográficos constantes no capítulo sobre Jeronymo e sua família, bem como sobre o cotidiano da Fazenda Monte Libano, berço do clã Monteiro, localizado na região sul do Espírito Santo, foram tomados das obras de

³ O termo “clã” não é utilizado aqui como conceito antropológico, mas sim como sinônimo de família ampliada, conforme vem sendo empregado pela historiografia para se referir aos Monteiro.

dois autores bastante conhecidos no estado e que tiveram contato direto com os Monteiro da Primeira República capixaba, ou com seus descendentes: Maria Stella de Novaes⁴ (1979) e Amylton de Almeida⁵ (2010).

1.1 Narrativa sobre um coronel-doutor

*“Ainda existirá a velha casa senhorial do Monteiro?
Meu sonho era acabar morando e morrendo na velha casa do Monteiro.
Já que não pode ser,
Quero, na hora da morte, estar lúcido
Para mandar a ti o meu último pensamento,
Recife.”*

(Manuel Bandeira)

Foi na Fazenda Monte Líbano em Cachoeiro de Itapemirim, que no ano de 1870, nasceu Jeronymo, filho de Henriqueta Rios de Souza e Francisco de Souza Monteiro, capitão da Guarda Nacional.⁶ A mãe era filha de um próspero comerciante mineiro, Bernardino Rios, que fôra chefe do Partido Liberal em Paulo Moreira⁷ e devido a divergências políticas locais, foi jurado de morte, sofreu um atentado dentro

⁴ Maria Stella de Novaes (1894 – 1981) foi professora, escritora e pesquisadora da história e folclore do Espírito Santo. Conhecida dos capixabas como Stelinha, era sobrinha de Jeronymo Monteiro e autora de sua biografia oficial. Na infância morou em Vitória na residência episcopal, sob os auspícios de outro tio, o bispo Dom Fernando. Orgulhava-se de ter presenciado diversos colóquios mantidos entre os parentes célebres, como “uma estudante quietinha e observadora...” (p. 78), e que por vezes, servia providencial cafezinho a fim de apaziguar os ânimos que eventualmente se exaltavam (p. 119). Em outro momento ela questiona, lançando luzes sobre sua própria participação nos episódios narrados: “quem poderá duvidar da atividade mental de uma criança quietinha?” (p. 73).

⁵ Amylton Dias de Almeida (1946 – 1995) foi jornalista, crítico de cinema, escritor, documentarista e cineasta. Utilizei a biografia escrita por ele, do ex-governador do Espírito Santo, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg (1899 – 1991), sobrinho e correligionário de Jeronymo Monteiro. Carlos Lindenberg nasceu e passou a infância na Fazenda Monte Líbano. O livro foi encomendado a Amylton pela Família Lindenberg, proprietária da Rede Gazeta, maior empresa do setor de telecomunicações (jornal, televisão, rádio e internet) do Espírito Santo, na qual o autor trabalhou por mais de 20 anos. Segundo os organizadores do livro, o próprio biografado, sua esposa e o filho mais novo – Cariê Lindenberg – fizeram uma revisão da obra, que só foi publicada cerca de 22 anos depois de concluída.

⁶ Em verbete sobre a origem do termo “coronelismo” constante na obra clássica “Coronelismo, enxada e voto”, Basílio de Magalhães diz que a Guarda Nacional foi criada em 1831 e durante quase um século contaria com um regimento em cada município brasileiro. Tal regimento era comandado pelo “coronel”, título concedido a algum chefe político local, ordinariamente um rico fazendeiro ou comerciante, que conduziria com mãos de ferro a política local (*in*: LEAL, 2012, p. 242). José Murilo de Carvalho observa ainda que, considerando o fato de os oficiais da Guarda Nacional serem indicados entre os homens mais ricos de cada município, a Guarda combinava “influências do governo e dos grandes proprietários e comerciantes. Era grande o poder de pressão de seus comandantes sobre os votantes que eram seus inferiores hierárquicos” (CARVALHO, 2013, p. 32).

⁷ Atual cidade de Alvinópolis / MG.

de sua loja e portanto, precisou transferir-se para o Espírito Santo, província com a qual já mantinha relações comerciais.

Quanto a Francisco, era filho de portugueses e na mocidade, tencionava ser professor. Por ter ficado órfão muito cedo e carecer de auxiliar na manutenção da família, empregou-se primeiro como mascate, em pouco tempo adquiriu uma tropa de burros e mais tarde se associou ao antigo patrão, o Sr. Bernardino Rios. Por fim, Francisco veio a desposar uma das filhas do Sr. Bernardino e após o revés em Minas, conseguiu convencê-lo a transferir-se para Cachoeiro, onde já vinham adquirindo terras.⁸

O dote de Henriqueta⁹ foi uma gleba e um casal de escravos com um filho pequeno para ajudá-la no serviço caseiro. Ao tempo da inauguração da casa-grande em 1869, os escravos já eram 200 nas senzalas da Fazenda Monte Líbano. A família orgulhava-se de trazer seus escravos, a quem chamavam “servos”, como os mais bem vistos de Cachoeiro. Para tanto, o Capitão Souza viajava ao Rio de Janeiro a cada fim de ano para comprar-lhes roupas e outros presentes de Natal. Aqueles que se destacavam por “bom comportamento”, ganhavam de bônus sabonetes ou algumas quinquilharias.

Imediatamente após a institucionalização do fim do escravismo no país, a Monte Líbano passou a receber famílias de imigrantes italianos para o trabalho à meia em suas lavouras de café. Dos antigos escravos, alguns permaneceram na Fazenda, uns poucos conseguiram comprar aos antigos senhores modestos lotes, e Isaac, o menino que fizera parte do dote de Sinhá Riqueta, por conta de décadas de serviços prestados, foi agraciado com um pequeno sítio no entorno da Monte Líbano. Também os parentes menos afortunados das famílias Rios e Monteiro foram trazidos das Minas Gerais e receberam sítios nas imediações da Fazenda. Dessa forma,

⁸ Esse movimento de Bernardino Rios e Francisco Monteiro não era isolado. Segundo Nara Saletto, a região sul do Espírito Santo atraiu um importante fluxo de migrantes fluminenses e mineiros, em meados do século XIX, devido à expansão da lavoura cafeeira. Vieram se fixar no estado, desde pequenos sitiantes, até grandes fazendeiros proprietários de escravos (SALETTO, 1996, p. 25).

⁹ A prática da dotação “constituiu-se no mecanismo privilegiado de alianças matrimoniais, funcionando como uma peça importante na barganha pelas melhores alianças e representando uma contribuição de peso na formação de uma nova unidade doméstica. Para esse fim, dotava-se principalmente com bens de produção, como escravos, terras, cabeças de gado” (ABRANTES, 2010, p. 29). A autora esclarece no entanto, que essa prática era usual entre as elites. As famílias menos abastadas concediam apenas o enxoval ou animais de serviço no dote, enquanto os mais pobres eram obrigados a prescindir do dote em favor de uniões consensuais.

ampliou-se consideravelmente o número de empregados, agregados, afilhados, todos endividados financeira e/ou moralmente com a Família Monteiro.

A Fazenda Monte Líbano era uma potestade. Da casa-grande em forma de “U”, abriam-se 58 janelas. A mobília, riquíssima, era parte em jacarandá nacional e outra parte importada da Áustria. Porcelanas chinesas, cristais, papéis de parede acetinados e grandes espelhos compunham a decoração. Do lado de fora, as senzalas abrigavam os trabalhadores escravizados que sustentavam a produção de café e as culturas de subsistência. Além dos extensos cafezais, plantava-se cana, milho e feijão, havia pomares, colmeias, criação de vacas, galinhas, porcos e coelhos para consumo interno. Havia também engenho de açúcar, serraria e olaria. A Monte Líbano era auto-suficiente: comprava-se apenas querosene e sal.¹⁰

Voltando a Jeronymo, na infância ele era cuidado por uma mucama. As primeiras letras foram aprendidas em casa. O sonho de juventude do Capitão Souza era lecionar, e ele havia inclusive, se aprofundado nos estudos de gramática e latim com tal esperança, antes de se empregar junto à Família Rios. Após o casamento, o Capitão dedicava parte de seu tempo após a lida na Fazenda, ao objetivo de melhor instruir a esposa. Nascidos os filhos, o casal os ensinava a ler e escrever, antes de matriculá-los na escola em Cachoeiro.

Vencido o curso primário, os filhos eram mandados para grandes internatos fora do estado. Aos 15 anos, Jeronymo seguiu numa penosa viagem com duração de quinze dias para o Caraça¹¹, junto com seus irmãos que lá estudavam: Antônio, Fernando e Bernardino.¹² Ao final do ano, os irmãos mais velhos concluíram o curso

¹⁰ A extensão da Fazenda Monte Líbano, a maior propriedade da região de Cachoeiro de Itapemirim, era de 2.000 hectares, o que totalizava cerca de 21% de toda área legitimada da região. Em 1895 a Fazenda era avaliada em 400 contos de réis e sua produção chegava a alcançar 10.000 arrobas de café, o que corresponderia a cerca de 200.000 pés, número considerado bastante expressivo para o Espírito Santo (SALETTI, 1996, p. 63).

¹¹ O Colégio do Caraça, fundado em 1820, ficava localizado em Mato Dentro de Minas (atualmente município de Catas Altas / MG). Abrigava além do Colégio, um seminário para formação de padres lazaristas (Cf. ANDRADE, 2000).

¹² A bibliografia consultada menciona a saída de casa dos filhos homens a fim de que prosseguissem nos estudos. Quanto às mulheres, encontrei apenas uma rápida observação dizendo que o Capitão Souza “em 1884, levou as filhas Dodona e Barbinha e o filho José para o Matoso” (NOVAES, 1979, p. 35). Barbinha, tornou-se professora após a viuvez, e diplomou-se no Curso Normal do Colégio do Carmo (Vitória), por volta dos 40 anos, juntamente com uma de suas filhas. Outra das irmãs Monteiro, Iota (falecida aos 19 anos), era pianista, o que denota uma educação diferenciada.

e foram transferidos para o Seminário São José, no Rio de Janeiro. Posteriormente Antônio iniciou o curso de Medicina no Rio de Janeiro, Bernardino formou-se em Direito em São Paulo e Fernando seguiu a carreira eclesiástica.¹³ O garoto Jeronymo definitivamente não se adaptou ao Caraça e à rigorosa disciplina imposta pelos padres lazaristas, e seus pais acharam por bem matriculá-lo no Colégio São Luís¹⁴, em Itu.

Poucos anos depois, faleceu o Capitão Souza e o primogênito Antônio precisou interromper os estudos, convocado pela mãe a auxiliá-la na administração da Fazenda.¹⁵ Casada aos 16 anos, Sinhá Riqueta enviuvou aos 48, com uma prole de nove filhos (duas haviam falecido), sendo os mais velhos ainda estudantes e apenas uma das moças (Maricota, mãe de Stelinha) já era casada.

Sinhá Riqueta é descrita como uma mulher extremamente dura e controladora. Inúmeros são os episódios, alguns dramáticos e outros quase anedóticos, sobre seu pulso firme no trato com a família, agregados e especialmente com os desafetos. Certa vez quando era recém-casada, ela estava sozinha em casa com o menino Isaac – o marido passava o dia fora, fiscalizando o trabalho dos escravos na lavoura –, quando um veado foi avistado próximo ao quintal, remexendo os canteiros. A sinhá saiu com o moleque, laçou o veado pelas pernas e amarrou-o na porta de entrada da cozinha à espera da chegada dos homens ao final do dia.

Conta-se também que logo após a Lei Áurea, ela com um grito, expulsou um ex-escravo que voltou armado à Fazenda. De outra feita, um ex-empregado foi à casa-grande acertar contas com o Coronel Antônio, o filho mais velho. Dona Henriqueta permaneceu à espreita na varanda, com a mão oculta sob a bata. Depois de

¹³ Fernando de Souza Monteiro mais tarde se tornaria bispo da Diocese do Espírito Santo.

¹⁴ O Colégio São Luis iniciou suas atividades em Itu / SP em 1867, sob a direção de padres jesuítas.

¹⁵ Mesmo tão corajosa e dona de uma personalidade tão firme, Sinhá Riqueta não hesitou em chamar o filho mais velho à Fazenda, por ocasião de sua viuvez. Segundo June Hahner, o marido era considerado oficialmente o “cabeça do casal” desde 1603, ano da compilação do Código Filipino em Portugal. Tal legislação vigoraria no Brasil até a instituição do Código Civil de 1916. Na prática, a mulher era legalmente incapacitada, devendo se sujeitar às ordens do marido. Com a morte deste, a mulher poderia ser considerada a chefe da casa, mas a autora frisa que a supremacia masculina prevalecia não apenas na legislação, mas sobretudo nos costumes e menciona exemplos de mulheres que diante da viuvez, passaram a administrar o patrimônio familiar juntamente com o filho mais velho (HAHNER, 2012, p. 50).

despachar o homem, Antônio questionou o porquê de ela ter permanecido ali durante toda a conversa. A mãe respondeu que soube que o empregado pretendia desfeitear seu filho, então ela trazia uma faca por baixo da bata e estava pronta a empurrá-la até o cabo no tal homem, caso houvesse a desfeita.

Dentro da distribuição de papéis no clã, o que cabia à Sinhá Riqueta era administrar todo o serviço dos escravos domésticos e depois dos empregados, o que ela fazia com mãos de ferro. Da matança dos porcos e galinhas, à preparação das refeições, passando pelo preparo das carnes e linguiças; da tecelagem à costura e ao bordado; a lavagem das roupas no rio; a vida de suas mucamas, tudo era fiscalizado de perto por ela, que andava pela casa com um terço em uma das mãos e um binóculo em outra para, das janelas da casa-grande, fiscalizar os trabalhos e demais ocorrências no terreiro, no pomar ou no rio. Sua palavra jamais era contestada e às vezes, nem chegava a ser necessária: somente com o olhar já era capaz de intimidar a qualquer um.

Entre as filhas, provavelmente a que mais se assemelhava a Sinhá Riqueta era Dodona (Helena), um ano mais velha que Jeronymo. Solteira e sem filhos, ela era articulada, extremamente firme e decidida. Acompanhava de muito perto e por diversas vezes influenciou diretamente a atuação política dos irmãos, especialmente de Jeronymo que recorria com certa frequência aos conselhos de Dom Fernando e de Dodona. Após a morte do bispo em 1916, era com a irmã que Jeronymo muitas vezes se aconselhava, sendo o episódio mais conhecido, o da sucessão de Bernardino na presidência do estado, que culminou no enfrentamento armado entre partidários dos dois irmãos.

Mas antes de adentrar à carreira política, Jeronymo precisou concluir sua formação acadêmica. Mesmo contrariado, permaneceu no colégio dos jesuítas em Itu até se matricular na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, na capital paulista. Antes de concluir o curso, foi promotor público na comarca de Cachoeiro de Itapemirim, sob orientação do irmão Bernardino, que já se formara por aquela mesma instituição no ano anterior.

Em 1897, Jeronymo casou-se com a jovem Cecília, filha do paraninfo de sua turma na faculdade, o Comendador Cícero Bastos, mineiro que assim como os ascendentes do clã Monteiro, fez fortuna no sul do Espírito Santo antes de se transferir para Piracicaba no interior de São Paulo. Já formado, o jovem advogado retornou a Cachoeiro e lançou-se na política pelo Partido Republicano Construtor.¹⁶ Foi eleito deputado estadual em 1895 e em 1897, deputado federal. Nessa época, Jeronymo pertencia ao bloco apoiador de Moniz Freire¹⁷, presidente do estado, a quem Bernardino – que também ingressara na vida política ao retornar de São Paulo – fazia oposição.

Impedido de lançar nova candidatura para as eleições de 1900 na chapa de Moniz Freire, Jeronymo rompeu com aquele grupo político e fundou uma nova agremiação, o Partido da Lavoura, para fazer frente aos monizistas. Derrotado no pleito, Jeronymo retornou à advocacia e à Fazenda Monte Líbano, para tocá-la junto ao irmão Antônio. Permaneceu em Cachoeiro até 1903, quando retornou ao interior de São Paulo, onde montou uma banca de advocacia e atuou como redator de um jornal.

Embora a primeira gestão de Moniz Freire à frente do executivo estadual tenha sido extremamente bem sucedida, seu segundo mandato foi marcado por uma crise financeira sem precedentes, motivada pelo excessivo endividamento do estado e por um período de seca prolongado, que afetou sobremaneira as exportações capixabas, aliados a uma baixa dos preços do café no mercado internacional. Em paralelo à crise financeira que demandou inúmeras demissões e outros cortes de despesas e investimentos promovidos pelo estado, veio a inevitável crise política. Embora tenha conseguido eleger seu sucessor – Henrique Coutinho – Moniz Freire logo se viu politicamente isolado. Logo após o início do mandato, Coutinho também romperia com aquele que era o principal chefe político do Espírito Santo desde a Proclamação.

¹⁶ Sobre o percurso de Jeronymo Monteiro na vida política até sua eleição para a presidência do estado, foram consultados VASCONCELLOS (1995) e SUETH (2006).

¹⁷ José de Mello Carvalho Moniz Freire (1861 – 1918) foi o primeiro presidente a ser eleito no Espírito Santo no período republicano, e por duas vezes esteve à frente do executivo estadual: entre 1892 e 1896 e novamente entre 1900 e 1904.

Com o estado indo à bancarrota¹⁸, Jeronymo foi convidado a retornar ao Espírito Santo, contratado por Coutinho como advogado autorizado a renegociar as dívidas públicas. Além das operações junto a credores nacionais e internacionais, Jeronymo recorreu à venda de patrimônio público – especialmente estradas de ferro em construção – a fim de conter gastos e fazer caixa para o estado.¹⁹ Embora tenha sido alvo de fortes críticas dos adversários, especialmente do bloco monizista, Jeronymo obteve êxito e emergiu desse processo, notado por sua competência e habilidade nas negociações.

Diante do clima de intensa animosidade reinante no estado ao tempo de sua sucessão, Henrique Coutinho foi à Diocese propor a candidatura de Dom Fernando de Souza Monteiro. O bispo era reconhecido pelo espírito conciliador e já havia mediado alguns importantes conflitos de natureza político-institucional em Vitória. Outro fator que o tornava peça-chave na eleição vindoura, era sua amizade pessoal tanto com Henrique Coutinho quanto com Moniz Freire. Dom Fernando no entanto, declinou do convite e, consultado sobre o nome mais apropriado para a sucessão, indicou o irmão, Jeronymo.

Assim, em outubro de 1907, costurados os acordos políticos necessários, realizou-se em Vitória, dentro do Palácio do Governo, a convenção do Partido Construtor com vistas à escolha do novo candidato à presidência do Espírito Santo. Jeronymo de Souza Monteiro foi apresentado por Henrique Coutinho aos demais correligionários políticos, como filho de destacada família de cafeicultores da região Sul do estado, e ainda como irmão do bispo Dom Fernando. Também foi ressaltada a atuação de Jeronymo na Câmara dos Deputados, à época em que exercera o mandato de deputado federal.

¹⁸ Sueth sintetizou da seguinte forma a conjuntura econômica do Espírito Santo durante a gestão de Henrique Coutinho: “[...] em fevereiro de 1907 a dívida do estado era alta, provocando uma situação que se agravava desde 1901 com a falta de pagamento dos encargos, especialmente os assumidos na Europa em 1894, no primeiro quadriênio de Moniz Freire” (SUETH, 2006, p. 91).

¹⁹ Sobre a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo e seu processo de alienação, bem como da Estrada de Ferro Caravelas, ver QUINTÃO (2008).

Após a realização do pleito em fevereiro de 1908, Jeronymo Monteiro sagrou-se vencedor absoluto, com 7.989 votos, contra os 13 votos do segundo colocado, o Barão de Monjardim.²⁰

Antes de assumir o cargo em maio daquele ano, o presidente eleito viajou para São Paulo e Minas Gerais com o intuito de observar de perto as medidas modernizadoras que tais estados vinham adotando. Em São Paulo esteve com o presidente do estado, Jorge Tibiriçá e visitou grupos escolares, repartições sanitárias, estudou a prestação de serviços de luz e saneamento básico, conheceu a organização do Tesouro Estadual. Em Minas também foi recebido pelo presidente João Pinheiro, com quem tratou sobre a questão dos limites entre os dois estados, visitou mais escolas, fazendas, conheceu as modernas máquinas americanas que abriam estradas de rodagem.

O novo presidente do Espírito Santo retornou a Cachoeiro de Itapemirim e em 19 de maio de 1908, quatro dias antes da posse, chegava a Vitória acompanhado da esposa, filhos, mãe e cunhados. Foi recebido com uma salva de 21 tiros, bandas de música e um enorme cortejo popular acompanhou a comitiva até o hotel. A cerimônia foi bastante comentada, as mulheres trajavam seus melhores vestidos e joias, houve banquete no Palácio e apresentação especial no Teatro Melpômene.

Começava aí, com muita pompa, a nova administração.

²⁰ Amylton de Almeida narra de forma tragicômica um episódio ocorrido em 1920, que ilustra bem como se desenvolviam as eleições no estado naquele tempo. Quando Carlos Lindenberg (sobrinho de Jeronymo Monteiro) ainda jovem, se candidatou à prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim, na véspera da eleição, deparou-se com o escrivão eleitoral e se disse surpreso por encontrá-lo em local diverso de onde deveria estar por conta do pleito. Ao ser interpelado por Lindenberg, o escrivão disse que a eleição (marcada para o dia seguinte), já estava “na garupa da mula”. “E eu?” “Você? Tem meia dúzia de votos!” (ALMEIDA, A., 2010, p. 117). Em outra passagem, o autor conta que Nêni (apelido familiar de Lindenberg) “descobriu a política aos 8 anos.” O garoto e dois primos trabalharam em 1907 na candidatura a deputado do tio, Bernardino Monteiro. A tarefa das crianças era elaborar (e muitas vezes assinar) o “constituo”, instrumento público de procuração, dando ao Cel. Antônio Monteiro (irmão mais velho de Bernardino) poderes para providenciar o alistamento eleitoral de trabalhadores rurais. Entre outras, eram alistados homens de até 15 anos, quando a legislação exigia idade mínima de 21 (idem, p. 97). Acerca desse controle que a classe política exercia sobre a documentação dos eleitores, Costa ao discorrer sobre a vida do fotógrafo Octávio Paes, narra uma passagem pouco após a Revolução de 30, quando ele passava por dificuldades financeiras e viajou ao interior do Espírito Santo a fim de fazer fotos da população, destinadas à confecção de títulos eleitorais. Após a revelação dos negativos, as fotos eram entregues diretamente aos candidatos, que quitavam o serviço prestado e providenciavam eles mesmos, os títulos de seus eleitores. (COSTA, C. 1996, p. 67).

1.2 Uma família de coronéis

Da biografia de Jeronymo Monteiro narrada acima, considero relevante destacar alguns pontos de interesse para o presente trabalho. Primeiro, para compreender o cenário político capixaba da Primeira República, faz-se mister trazer à tona o conceito de coronelismo, bastante aplicável à atuação do clã Monteiro, mormente a de Jeronymo.

Em segundo lugar, também é relevante analisar a importância atribuída pela família Monteiro à instrução de seus filhos. A consciência da família de que havia uma relação estreita entre uma esmerada e rigorosa educação em importantes escolas e a formação de lideranças dentro de uma estrutura oligárquica, garantiu a Jeronymo uma experiência pessoal que de certo modo, influenciou largamente sua práxis política, bem como o modelo educacional que ele implementaria em sua gestão à frente do executivo estadual.

Victor Nunes Leal no clássico “Coronelismo, enxada e voto”, concebe o coronelismo como

[...] resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. Por isso mesmo o coronelismo é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. [...] Paradoxalmente, entretanto, esses remanescentes de privatismo são alimentados pelo poder público, e isso se explica justamente em função do regime representativo, com sufrágio amplo, pois o governo não pode prescindir do eleitorado rural, cuja situação de dependência ainda é incontestável (LEAL, 2012, p. 43 – 44).

Embora os conceitos de coronelismo, mandonismo e clientelismo sejam utilizados com certa frequência como se fossem sinônimos, o historiador e cientista político José Murilo de Carvalho, alerta para o equívoco. Utilizando também a obra de Leal como referência, José Murilo chama atenção para o fato de o coronelismo ser “um

sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o Presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos” (CARVALHO, 1997). O autor assim esquematiza o sistema coronelista:

[...] o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado (CARVALHO, 1997).

Sobre o mandonismo e o clientelismo, José Murilo alerta para o fato de ambos não se constituírem em sistemas, mas sim, características da política ao longo da história do País. Porém, enquanto o coronelismo esteve circunscrito exclusivamente à Primeira República – e o autor tece duras críticas a quem toma o conceito em período diverso –, o mandonismo e o clientelismo perpassam todos os demais períodos históricos. Esse historiador considera no entanto, o declínio do mandonismo, enquanto que em sua análise, o clientelismo oscila no decorrer da história. Carvalho define o chefe político mandão como sendo “[...] aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política” (idem). Ainda segundo José Murilo, de forma diversa, o clientelismo se relaciona à concessão pela liderança, de diversificados tipos de benefícios emanados do poder público em troca de apoio político.

Jeronymo Monteiro assentou e reforçou seu poderio político sobre o pilar que segundo Vasconcellos, formava a base do coronelismo brasileiro na Primeira República: o pacto elitista, cujas estratégias se fundavam na violência, na vingança, na solidariedade intra-familiar, na corrupção eleitoral e sobretudo, na política de distribuição de favores e punições, bem como na apropriação privada do estado (VASCONCELLOS, 1995, p. 81). Victor Nunes Leal aponta ainda o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto²¹ e a desorganização dos serviços públicos locais como algumas das características secundárias do coronelismo. O autor lembra também que o prestígio político do coronel era decorrência direta de sua força

²¹ Sobre as estratégias utilizadas durante a Primeira República para burlar o sistema eleitoral, ver CARVALHO, 2013, p. 30 – 45.

eleitoral e que esta por sua vez, estava intimamente ligada à sua situação econômica e social como grande proprietário de terras (LEAL, 2012, p. 44 – 45).

Para a formação do político Jeronymo Monteiro, Vasconcellos considera que três questões foram fundamentais. De início é necessário recordar que o futuro presidente do estado nasceu e foi criado na casa-grande de uma rica fazenda escravocrata produtora de café “[...] produtora também de comportamentos extremamente perversos, nos quais estava ausente a noção de cidadania” (VASCONCELLOS, p. 143). Em seguida, o autor aponta como decisiva, a formação acadêmica de Jeronymo em Direito, curso à época profundamente influenciado pelo positivismo francês, o que revestiria sua atuação profissional e política de um caráter científico e racional. Por fim, Vasconcellos indica como decisiva, a demanda que Jeronymo, desde seu retorno a Cachoeiro, estabeleceria com o irmão Bernardino. A disputa pela liderança dos destinos do clã transbordou para o nível político estadual e trouxe importantes desdobramentos para a história do Espírito Santo por mais de vinte anos (Cf. VASCONCELLOS, 1995).

Considerando a conceituação de coronelismo como sistema e a importância da ancoragem da autoridade do coronel em sua estrutura familiar, friso que a atuação de Jeronymo não se dava de forma isolada. É relevante perceber o poderio da Família Monteiro em sua totalidade. Jeronymo não foi um menino-prodígio ou um ponto fora da curva de seu círculo familiar. Todos os seus irmãos tiveram uma atuação na política estadual durante a Primeira República.

Além de Jeronymo, Bernardino também presidiu o Espírito Santo (1916 – 1920) e antes havia sido senador da República. Os irmãos Antônio e José ocuparam tanto a Câmara de Cachoeiro, quanto o Congresso Legislativo estadual. Dom Fernando foi o segundo bispo da Diocese do Espírito Santo. Quequeta a irmã caçula, casou-se com o jovem engenheiro Florentino Avidos, que viria a presidir o estado entre 1924 e 1928. Maricota – a mãe da escritora Stelinha Novaes – casou-se com o médico Manuel de Novaes Melo, que foi deputado provincial e federal. Um dos filhos do casal, Henrique Novaes, foi prefeito de Vitória entre 1916 e 1920 e novamente em 1945. Henrique Novaes chegou a ser cotado para a sucessão de Bernardino na

presidência do estado. Barbinha era a mãe de Carlos Lindenberg, que governaria o estado entre 1947 e 1950, com um segundo mandato em 1959.

Embora as mulheres não ocupassem cargos, as irmãs Monteiro também desempenharam, da forma como lhes era possível à época, um importante papel no campo político. É possível afirmar que as Monteiro propiciaram uma ampliação do poderio político familiar, uma vez que novas alianças se formaram com outras famílias, através dos casamentos. Os filhos gerados pelas irmãs Monteiro também asseguraram a perpetuação do poder do clã no campo político estadual, durante mais de uma geração. Entre as Monteiro, a única²² que não se casou foi Dodona. No entanto, ela seria a principal eminência parda ao lado de Dom Fernando, do governo do irmão, Jeronymo. Após a morte de Dom Fernando (1916), é muito provável que a ascendência de Dodona sobre Jeronymo tenha se ampliado consideravelmente. Amylton de Almeida conta que, pouco antes das eleições de 1916,

[...] quando Sinhá Riqueta veio definitivamente para Vitória, em companhia de sua filha Dodona, a manchete foi a seguinte: “Chegaram ontem de Cachoeiro os canhões e torpedeiros que o governo mandou buscar para a campanha política”. Canhões e torpedeiros eram, obviamente, palavras inspiradas na guerra da Europa (ALMEIDA, A., 2010, p. 112).

A notícia foi publicada em *A Tarde*, um jornal de oposição ao governo e aos Monteiro. Embora bastante ofensiva, a manchete evidencia a dimensão da força política de Dodona e ainda, que essa força era claramente perceptível. Segundo Amylton, para vingar a avó e a tia, o adolescente Carlos Lindenberg juntou uma turma de amigos e cometeu o que ele mesmo chamou de “o crime da rosa vermelha”: um atentado no qual ele sabotou o maquinário do jornal, impedindo-o de voltar a circular (idem, p. 112 – 114).

Um episódio no qual a influência de Dodona foi decisiva e que se tornaria célebre, ocorreu ao tempo da sucessão de Bernardino, em 1920. Ela vetou a candidatura do sobrinho Henrique Novaes, primeiro nome lançado por Bernardino. Influenciado por Dodona, Jeronymo rompeu definitivamente com o irmão, e os dois partiram para o enfrentamento. Houve um “racha” no Congresso Legislativo, sendo que 13 deputados apoiaram Jeronymo e 12 permaneceram ao lado de Bernardino. O

²² Outras duas irmãs, Sinhá Bárbara e Iota, faleceram ainda jovens, antes do casamento.

Palácio do Governo foi tomado, houve luta armada, mortes, mas por fim, Jeronymo recuou, dando a vitória a Nestor Gomes, candidato apoiado por Bernardino (Cf. VASCONCELLOS, 1995, p. 165).

Quanto à formação acadêmico-escolar de Jeronymo Monteiro, esta era compatível com a das grandes lideranças políticas nacionais. Antes de chegar à Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, o capixaba passou por outras célebres instituições de educação do país. Durante a primeira infância, o futuro político – então chamado “Nhonhô”²³ – teve uma ama escrava. Segundo Stelinha Novaes, a “criança linda, de cabelos louros e cacheados, olhos claros [...], durante seis anos, foi considerado o caçulinha, aos cuidados de Emília, a mucama escolhida para cuidá-lo. Sempre fiel ao sinhozinho, a Tia Emília correspondia perfeitamente, à tradição das babás e didis lendárias da escravidão” (NOVAES, 1979, p. 45).

As primeiras letras, Jeronymo assim como seus irmãos, aprendeu com os pais em casa e os anos escolares iniciais foram cursados em Cachoeiro de Itapemirim. Aos quinze anos, como foi dito anteriormente, partiu para o Caraça em Minas Gerais e no ano seguinte, o destino foi o Colégio São Luís em Itu, de onde sairia diretamente para o Largo de São Francisco.

São Paulo e Minas Gerais já se constituíam no final do Império, como os dois principais centros do país no que tange à política, economia e cultura. Assim sendo, eram também o destino estudantil preferido dos filhos das elites agrárias que lutavam pela manutenção do poder numa sociedade que reverenciava seus bacharéis.

O Caraça segundo um antigo prospecto (s/d), só admitia “filhos de excelentes famílias”. O Colégio foi um verdadeiro celeiro de políticos republicanos. De acordo com a contabilidade de seus próprios dirigentes, até 1912 a instituição atendeu 4.267 alunos, entre eles dois Presidentes da República (Afonso Penna e Arthur

²³ O apelido “Nhonhô” era comum durante o período imperial. Segundo o Dicionário Houaiss, “nhonhô” é o redobro de “nhô”, forma apocopada de “senhor”. Era um tratamento mais carinhoso dado aos futuros “sinhôs”, ou senhores de escravos. No apelido doméstico, já se traçava portanto, o destino previsto para a criança.

Bernardes), dezesseis governadores de província ou presidentes de estado e cento e vinte deputados e senadores (Cf. ANDRADE, 2000).

Já o Colégio São Luís, dirigido por jesuítas, também era um grande internato destinado aos jovens das elites. Embora tenha insistido durante anos para sair do Colégio, a inspiração inaciana também marcou a atuação de Jeronymo. Inclusive quando em 1909, criou o brasão de armas do estado, Jeronymo fez com que o dístico contendo a imagem do Convento de Nossa Senhora da Penha, principal monumento religioso do Espírito Santo, fosse encimado pelos dizeres “Trabalha e confia”. O *slogan*, que anos depois viria a fazer parte também da bandeira oficial do estado, foi retirado da frase de Santo Inácio de Loiola, fundador da Companhia de Jesus: “Trabalha como se tudo dependesse de ti e confia como se tudo dependesse de Deus”.

Convém lembrar que Itu era, em fins do século XIX, uma cidade bastante próspera em função do desenvolvimento da lavoura cafeeira e sediava um importantíssimo clube republicano. Noto que a “Convenção de Itu”, primeiro Congresso do Partido Republicano Paulista, foi realizada na cidade em 1873.

Jeronymo não apenas estudou em São Paulo, mas estabeleceu laços muito mais profundos com aquele estado. Durante o curso superior, ele e seu irmão Bernardino frequentavam amiúde a residência do Comendador Bastos, até que Jeronymo veio a desposar uma de suas filhas. O Comendador apresentaria o genro a uma série de figuras de relevo da sociedade paulista da época. Foi a convite do sogro por exemplo, que Jeronymo retornaria ao interior de São Paulo para advogar, após o primeiro insucesso político no Espírito Santo. Também foi o Comendador que, após a eleição de 1908, apresentou o genro ao engenheiro Augusto Ramos²⁴, a quem seria dada a concessão dos serviços de água, iluminação pública e bondes da capital capixaba. Assim, São Paulo tornava-se um modelo a ser acompanhado, a referência principal para o jovem político.

²⁴ Augusto Ferreira Ramos (1860 – 1939) era engenheiro civil formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Uma de suas obras mais conhecidas foi o bondinho que liga a Praia Vermelha ao Morro do Pão de Açúcar no Rio de Janeiro. Conta-se que a ideia de construir esse teleférico surgiu quando Ramos coordenava o Pavilhão de São Paulo na Exposição Nacional de 1908, realizada no bairro da Urca, na capital federal. Realizou obras de engenharia em diversos estados, como o Espírito Santo, Bahia e Paraná, entre outros (Cf. BASTOS & LIMA, 2012).

1.3 Sobre o poder redentor da educação

Ao adentrar no debate sobre a reforma empreendida durante o governo de Jeronymo Monteiro na área educacional, é necessário não perder de vista a valoração atribuída pela República à instrução, bem como as ideologias que sustentavam o ideário republicano, que eram o liberalismo de influência norte-americana, o jacobinismo de inspiração francesa e o positivismo (Cf. CARVALHO, 2012).

Para Jorge Nagle, autor da obra clássica “Educação e Sociedade na Primeira República”, nesse período são retomados intensa e sistematicamente os princípios liberais, o que tenderia a provocar alterações nas bases da política, economia e da sociedade do país (Cf. NAGLE, 2009). Segundo Heleieth Saffioti, “[...] nos dois decênios que antecederam a proclamação da República, era intensa a agitação de ideias, diretamente inspiradas no liberalismo e no cientificismo estrangeiros, que, desta ou daquela maneira, equacionavam as mudanças exigidas pela estrutura social brasileira” (SAFFIOTI, 2013, p. 291).

Progresso, modernidade e “civilização” eram os atributos do novo país idealizado nos primórdios da República. Para alcançar tais metas, era imprescindível formar cidadãos e mão-de-obra comprometidos com a nova concepção. Assim, a instrução pública surge com grande destaque no projeto civilizador republicano. A instrução era uma chave com a qual os republicanos pretendiam abrir duas portas: a do progresso e a da unidade do país de dimensões continentais. O historiador Sebastião Pimentel Franco lembra que a instrução primária obrigatória, universal e gratuita já constava como importante conteúdo programático do Partido Republicano desde 1874, ano de sua fundação em São Paulo (FRANCO, 2001, p. 93).

Para além dos ideais de progresso e modernidade, Wenceslau Gonçalves Neto atenta também para a importância da construção de uma unidade nacional como central no primeiro período republicano no Brasil. Para o autor,

Tratava-se, enfim, de formar uma consciência nacional, fazendo com que a população se sentisse como parte de uma grande coletividade e não de comunidades locais ou regionais, sem pontos de aproximação entre si e, ainda por cima, controlados por lideranças ciosas na preservação do poder que exerceram por décadas seguidas (GONÇALVES NETO, 2011, P. 423).

Jorge Nagle observa também que a escolarização era tida pelos republicanos como o “motor da história”. Segundo esse autor, era através da educação que os republicanos buscavam atender às demandas por transformações sociais:

Aceitando-se a ideia de que a sociedade brasileira da época passa de uma “sociedade fechada” para uma “sociedade aberta”, torna-se necessário identificar o papel que a escolarização desempenhou, no sentido de favorecer ou dificultar tal passagem. [...] O mais manifesto resultado das transformações sociais mencionadas foi o aparecimento de inusitado entusiasmo pela escolarização e de marcante otimismo pedagógico: de um lado existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro lado, existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro (escolanovismo) (NAGLE, 2009, p. 115).

Embora o estudo de Nagle dê maior ênfase ao terceiro decênio do século XX, é relevante compreender sua proposta de análise sobre o que ele chamou de “a República possível”. Para o autor, até cerca de 1920, intelectuais e educadores brasileiros seriam tomados pela desilusão e frustração, diante das diversas “amputações” empreendidas a fim de “ajustar” o projeto republicano inicial à real conjuntura social, política e econômica brasileira nas primeiras décadas do novo regime (idem, p. 116).

Em relação ao Espírito Santo, na virada do século XIX para o século XX, Maria Alayde Salim, considera que havia nos meios intelectual e político capixabas, uma grande confiança nas promessas de transformação apresentadas pela República, não obstante a consciência existente acerca do atraso regional, comparativamente aos estados vizinhos (SALIM, 2009, p. 128).

O discurso da modernização econômico-social e da superação do atraso era válido não somente para o Espírito Santo, embora o estado mantivesse indicadores bastante sofríveis em ambas as áreas à época. Na virada do século XX, os processos de industrialização e urbanização já eram uma realidade em São Paulo e

começavam a ser deflagrados em outras regiões. Era imperiosa a necessidade de se preparar cidadãos e mão-de-obra comprometidos com essa nova promessa de país: urbanizado, higienizado, desodorizado, policiado, industrializado e bem educado. Em outras palavras, a República alardeava a reforma do modelo político e econômico construído ao longo do período colonial e consolidado durante o Império, e a educação seria o principal instrumento a ser utilizado nessa empreitada de transformar o Brasil em um país definitivamente “civilizado”.

Dentro deste contexto, Gonçalves Neto vislumbra a escola republicana como um instrumento de difusão da nova ordem política e ideológica, com o qual se pretendia fazer desaparecer em definitivo, quaisquer elementos simpáticos à monarquia. O autor acentua ainda, a influência que os modelos centralizados de educação escolar surgidos na Europa durante o século XIX, exerceriam sobre os republicanos brasileiros (GONÇALVES NETO, 2011, p. 424).

Por outro lado, Maria Cristina Gouvea e Alessandra Schueler consideram autoritário o projeto modernizador republicano, uma vez que adotava uma perspectiva “regeneradora”, de constituição da cidadania, com base nos modelos europeus e norte-americanos. Para as autoras,

[...] a modernização levada a cabo pelas elites dirigentes deu-se caracteristicamente até a década de 30, por um acordo que buscava excluir ou reprimir formas de participação popular. Os grupos populares, destacadamente os ex-escravos e seus descendentes, eram tomados como representantes da ordem imperial, de um passado que se queria a todo custo romper, pela negação de suas marcas. Verifica-se no período a ampla circulação de discursos de desqualificação da população brasileira, fundados nas teorias raciais europeias (GOUVEA & SCHUELER, 2012, p. 332).

A República subverteu a ordem política do país, viabilizada por oligarcas que, em sua maioria, assim como Jeronymo Monteiro, tiveram seus berços nas casas-grandes cuidados por “didis” escravas. No campo social no entanto, seria muito mais difícil romper drasticamente com uma lógica perversa, cujo substrato eram as oligarquias rurais e portanto, as mudanças seriam muito mais lentas. A sociedade brasileira mantinha-se coronelista, patriarcalista, racista, machista. Tomando de empréstimo a expressão cunhada por Nagle, é possível afirmar que a “República possível” permaneceria assaz excludente.

1.4 A importação de um modelo de educação para o Espírito Santo

Consoante os objetivos colocados anteriormente, na tentativa de implementar um novo projeto educacional civilizador, foram engendradas sucessivas reformas de caráter pedagógico e administrativo na área. As reformas tinham como foco principal racionalizar a ampliação da oferta de vagas e aumentar a eficiência do atendimento escolar.

A grande solução encontrada *a priori* em São Paulo e posteriormente estendida aos demais estados para equacionar o binômio racionalização / eficiência, consoante uma rápida expansão da oferta de vagas, foi a implantação da escola graduada. Rosa Fátima de Souza esclarece que o modelo tradicional, baseado no método individual e na escola unitária, constituída de um único professor (na imensa maioria das vezes sem qualquer formação específica) que ministrava aulas a uma turma constituída por alunos de diversas idades e em diferentes níveis de aprendizagem, necessariamente teria que ser modernizado para atender ao processo de escolarização em massa a que a república se propôs em seus primórdios (Cf. SOUZA, R., 2006).

A nova ordem pedagógica fundamentava-se primordialmente na escola graduada, que pressupunha o agrupamento de alunos por classes ou séries razoavelmente homogêneas, utilizando como um dos principais critérios, a idade. Além disso, a escola graduada previa um professor para cada classe, conteúdos pré-estabelecidos para cada série e critérios rígidos de promoção de alunos para séries mais avançadas. Outra característica extremamente importante desse novo modelo era o funcionamento de diversas classes no mesmo edifício-escola, preocupação que segundo Rosa Fátima de Souza, surgiu nos Estados Unidos por volta de 1830. De acordo com essa autora, os defensores do novo modelo apontavam a economia dos custos, a divisão do trabalho e a racionalização dos processos administrativos como principais ganhos. Essa modalidade organizativa até hoje é a base do sistema escolar brasileiro (Cf. SOUZA, R., 2006).

Para Gouvea e Schueler, os grupos escolares proporcionaram em um primeiro momento, o acesso de crianças oriundas das camadas populares à escolarização primária. No entanto, à medida que a proposta inicial de criação dos grupos escolares como espaços destinados à racionalização do atendimento educacional se consolidou como padrão de referência, os grupos passaram a ser instalados prioritariamente, nas regiões centrais das maiores cidades, geralmente habitadas por famílias de classes média e alta (GOUVEA & SCHUELER, 2012, p. 347). Desta forma, as crianças de famílias empobrecidas das áreas urbanas, bem como as crianças moradoras de áreas rurais continuaram a não ser contempladas com o propalado aumento de vagas.

Sobre a reformulação da instrução iniciada em São Paulo, Rosa Fátima de Souza assim enumera as principais etapas desse processo:

Esse ciclo de reformas iniciou em 1890 com a reorganização da Escola Normal da Capital ampliando os programas e redefinindo o papel dos professores e com a criação da Escola Modelo destinada à prática de ensino dos alunos mestres da Escola Normal fundamentada nos modernos processos pedagógicos. Na sequência, a lei de reforma da instrução pública de 1892 e a legislação complementar que lhe seguiram estruturaram o ensino primário, criaram os grupos escolares – modelo de escola graduada considerado o mais avançado da época –, e adotaram o método de ensino intuitivo, ícone da pedagogia moderna (SOUZA, R., 2012, p. 29 – 30).

Considero relevante destacar aqui, três questões que assumiram uma visível centralidade na reforma promovida na área educacional no Espírito Santo a partir de 1908. Em primeiro lugar, listarei a reorganização do modelo administrativo da instrução pública no estado; em seguida, a expansão de vagas, sobretudo no ensino primário e a seguir, o processo de feminização do magistério, que tomou bastante fôlego durante o período.

Ao analisar a “metodologia” adotada por Jeronymo logo no princípio de seu governo, é possível perceber nitidamente de onde partiu a “inspiração” para reformular a instrução pública. Guardadas as devidas proporções, as etapas cumpridas na reforma promovida por Jeronymo, equivaliam em conteúdo e ordenamento cronológico a aquelas propostas em São Paulo pelo reformador Caetano de Campos na década anterior, praticamente na mesma ordem listada acima por Rosa Fátima de Souza.

No relatório encaminhado ao Congresso Legislativo ao final de seu governo, Jeronymo Monteiro transcreveu o seguinte trecho de um parecer emitido por seu Secretário de Instrução, no ano de 1909:

Não é só para o bem do povo que se o ilustra: é também favor aos próprios governos, que encontrarão no seu desenvolvimento intelectual uma garantia, por isso que, serão melhor compreendidas as suas intenções, e acatadas as decisões que emanarem da sua autoridade. É mais fácil governar um povo culto, cioso de suas prerrogativas e direitos, que tem nítida a compreensão dos seus deveres, que um povo ignorante, indócil, sem iniciativa e inimigo do progresso. O papel da instrução é preparar e formar homens capazes e úteis às sociedades; o papel do Governo é fornecer meios fáceis de se adquirir a instrução, disseminando escolas e patrocinando iniciativas boas, confiadas à competência e ao amor por tão nobilitante tarefa (ESPÍRITO SANTO, 1913, p. 61 – 62).

Chamava-se Carlos Alberto Gomes Cardim, o Secretário. Era paulista e chegou ao Espírito Santo a convite do presidente do estado em 29 de junho de 1908, permanecendo até julho do ano seguinte. Segundo Regina Simões e Maria Alayde Salim, “Cardim integrava a chamada geração dos ‘normalistas republicanos’ formada no contexto da reforma educacional promovida no estado de São Paulo logo após a Proclamação da República” (SIMÕES & SALIM, 2009, p. 182). O novo Secretário causou furor em sua curta passagem pelo estado. Stelinha Novaes conta que ele “era o assunto obrigatório na cidade – TUDO ESTÁ MUDADO! [grifo da autora] O Prof. Cardim era o **insuportável** [grifo da autora], o duro, na língua dos demolidores. Era um verdadeiro bicho-papão... O tirano que a tudo vigiava!” (NOVAES, 1979, p. 122).

Mas por que tanto incômodo causado por um único Secretário? Apenas pelo fato de ser ele mais severo e controlador do que seus antecessores?

Gomes Cardim veio ao Espírito Santo com a missão de reformular a pasta considerada estratégica pela presidência do estado. Segundo o próprio Jeronymo, seu intuito era manter-se firme e empenhado na consecução de seu programa inicial de governo e para tanto, tratou de “dar uma organização mais perfeita aos serviços de instrução pública, cujas condições de atraso tive ocasião de por em relevo na minha primeira mensagem ao Congresso Legislativo” (ESPÍRITO SANTO, 1913, p. 56). Na verdade, na mensagem de 1908, por considerá-lo “doloroso”, Jeronymo não adentrou nos pormenores da situação “em que se achava o serviço de instrução no

Estado, quando se empreendeu, com todas as forças e com os máximos sacrifícios, a reforma que se executa” (ESPÍRITO SANTO, 1908, p. 19). Na ocasião, o presidente limitou-se a recomendar aos interessados, a leitura do relatório do diretor do respectivo departamento.

Ao apresentar Gomes Cardim em sua mensagem final, Jeronymo antes de tecer inúmeros elogios à competência profissional de seu colaborador, afirma que foi “buscar no adiantado estado de São Paulo o emérito educador” (ESPÍRITO SANTO, 1913, p. 56), já com o intuito de reformar o ensino no estado.

No quadro 1 estão listados os principais decretos e leis publicados no período 1908 – 1909 e que viriam a constituir a chamada “Reforma Gomes Cardim”. Conforme se pode visualizar, as primeiras investidas do novo Secretário apenas cinco dias após sua chegada ao estado, foram em direção à formação de professores. Logo de saída foi criada a Escola Modelo, designados os professores que lá iriam atuar e concomitantemente, houve a reorganização da Escola Normal. A Escola Modelo era o espaço destinado à prática pedagógica dos alunos da Escola Normal. Ainda na primeira quinzena de trabalho, Cardim conseguiu a aprovação dos programas de ensino de ambas as escolas. Para Simões e Salim, a reorganização administrativa da Inspetoria e o fortalecimento da Escola Normal e da Escola Modelo denotam uma situação de regulação e controle da atividade docente que se consubstanciava principalmente na proposta curricular das escolas (SIMÕES, & SALIM, 2009, p. 181).

Na sequência, foram criadas três escolas noturnas destinadas a alunos maiores de 12 anos e ainda os cargos da inspetoria escolar. Em setembro do mesmo ano, foi criado o Grupo Escolar Gomes Cardim. Franco e Assis ressaltam a situação de precariedade na qual o primeiro grupo escolar do Espírito Santo começou a funcionar. Segundo os autores, o Grupo iniciou suas atividades em setembro, dois meses antes do encerramento do ano letivo, sem um prédio próprio, tendo que funcionar em uma sala anexa à Escola Modelo, o que denota que a “instituição foi gestada dentro de um movimento marcado por uma política imediatista e superficial” (FRANCO & ASSIS, 2013, p. 67).

QUADRO 1

ATOS DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO		
DATA	LEGISLAÇÃO	CONTEÚDO
04/07/1908	Decreto nº108	Criação da Escola Modelo
04/07/1908	Decreto nº109	Novo regulamento da Escola Normal
07/07/1908	Decreto nº110	Designação de professores para a Escola Modelo
07/07/1908	Decreto nº111	Nomeação de Gomes Cardim para exercer a função em comissão de Diretor da Escola Modelo
08/07/1908	Decreto nº114	Aprovação dos programas de ensino da Escola Normal
11/07/1908	Decreto nº118	Aprovação dos programas de ensino da Escola Modelo e grupos escolares
01/08/1908	Decreto nº143	Criação de duas escolas noturnas
08/08/1908	Decreto nº150	Criação de uma escola noturna
29/08/1908	Decreto nº163	Criação de cargos de inspetor escolar ambulante
05/09/1908	Decreto nº166	Criação do Grupo Escolar Gomes Cardim
16/12/1908	Lei nº 545	Nova organização da instrução pública primária e secundária
02/02/1909	Decreto nº230	Regulamento da Lei nº 545 / 1908
06/02/1909	Decreto nº236	Nomeação de Gomes Cardim para o cargo de Inspetor Geral do Ensino
06/02/1909	Decreto nº237	Criação da Escola Complementar
17/04/1909	Decreto nº322	Criação de cargos de inspetor escolar ambulante
17/04/1909	Decreto nº330	Aprovação do programa de “Noções de Agricultura”

Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). Exposição sobre os negócios do Estado do Espírito Santo no quadriênio de 1908 a 1912 pelo Exmo. Sr. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro, presidente do estado durante o mesmo período.

OBS.: A organização do serviço de instrução seria novamente regulamentada pelo decreto nº 583 de 05 de março de 1910, que reformulou os serviços administrativos do estado.

Diversas eram as modalidades de escola que ofertavam o ensino primário, obrigatório para crianças entre 7 e 12 anos: escolas isoladas, escolas reunidas, grupos escolares – até 1912 somente o Grupo Escolar Gomes Cardim, em Vitória e o Grupo Escolar

Bernardino Monteiro, em Cachoeiro de Itapemirim, entraram em funcionamento – Escola Modelo, Escola Complementar e escolas particulares subvencionadas pelo estado. As crianças com mais de 12 anos poderiam frequentar o curso primário, porém nas escolas noturnas.

Quanto ao ensino secundário, o estado dividia-o em duas categorias. O secundário profissional, destinado à formação de professores e professoras para as escolas primárias, era ministrado pela Escola Normal ou por colégios particulares que lhe fossem equiparados – notadamente o Colégio do Carmo.²⁵ O curso secundário “propriamente dito” era ministrado no Ginásio Espírito Santo.

Para Simões e Salim, a reforma empreendida por Gomes Cardim “remete aos movimentos de modernização do Brasil pela via da expansão e qualificação da instrução pública que, nos discursos oficiais, figurava como eixo sustentador do desenvolvimento socioeconômico, político e cultural” (SIMÕES, & SALIM, 2009, p. 169).

Outro tema que surge na mensagem final de Jeronymo Monteiro com certo destaque pela impressão negativa causada, é a questão da escolarização dos filhos de imigrantes. O presidente e o Inspetor Geral se mostraram chocados com a realidade por eles encontrada em localidades povoadas por colonos alemães e italianos. Em Campinho de Santa Isabel²⁶ por exemplo, a escola frequentada pelos filhos dos colonos alemães estava sob a responsabilidade do pastor protestante da localidade. Todos os alunos falavam apenas o idioma alemão, à exceção de um, que embora soubesse falar português, se dizia alemão, mesmo tendo nascido em Rio Fundo.²⁷ Outro caso relatado pelo Inspetor Geral²⁸ foi presenciado em visita oficial ao município de Alfredo Chaves²⁹, região colonizada por italianos. Nessa localidade, os

²⁵ O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, mais conhecido como Colégio do Carmo, era mantido pela Diocese do Espírito Santo, com subvenção estatal. Oferecia as modalidades internato e externato, além de um orfanato, todos gerenciados pela Congregação das Filhas de São Vicente de Paula. Pelo Decreto n. 334 / 1909, o Colégio do Carmo foi equiparado à Escola Normal.

²⁶ Atualmente a localidade é parte do município de Domingos Martins, a cerca de 52 km de distância de Vitória.

²⁷ Atualmente a localidade é parte do município de Marechal Floriano, a cerca de 57 km de distância de Vitória.

²⁸ Não há especificação se o caso foi observado por Gomes Cardim ou por seu sucessor.

²⁹ O município de Alfredo Chaves dista cerca de 89 km de Vitória.

alunos da escola primária se recusavam a cantar o Hino Nacional e a canção “Sou Brasileiro”, pois se diziam italianos e não brasileiros (Cf. ESPÍRITO SANTO, 1913).

Diante da situação, que ia de encontro ao princípio de construção da unidade nacional advogado pelos republicanos, Jeronymo se disse impressionado “da maneira mais dolorosa”. Instituiu então, a obrigatoriedade do ensino das disciplinas de História e Geografia do Brasil, Educação Cívica, bem como da Língua Portuguesa, sendo facultado o uso de idioma estrangeiro nas colônias de imigrantes.³⁰ Nesse episódio, nitidamente a escola – por meio de uma matriz curricular “nacionalizadora” – emerge como mediadora do processo de manutenção da unidade geográfica, linguística e cultural do país, a partir de uma perspectiva de integração das levas de imigrantes europeus e seus descendentes.

No que diz respeito ao propósito republicano inicial de universalização da educação, duas décadas após a Proclamação, Jeronymo, que parecia contar com um otimismo inato, já operava com a ideia de uma “República possível”. Em sua mensagem de 1910, o presidente do Espírito Santo dizia:

Os grandes sacrifícios feitos no presente terão, de futuro, compensadora reprodução no preparo e no levantamento intelectual da nova geração – preciosa esperança e valioso penhor do nosso progresso e da nossa civilização. Assim é que procura o governo difundir o ensino, tanto quanto lhe permitem os recursos, aumentando as escolas e disseminando-as por todo o estado, subordinadas todas ao mesmo método, à mesma disciplina e ao mesmo regulamento. Disto nos dão seguro atestado o número de escolas providas, a respectiva matrícula e, sobretudo, a frequência (ESPÍRITO SANTO, 1910, p. 21).

No que tange à ampliação do índice de matrículas no ensino primário, é necessário olhar os dados exibidos por Jeronymo Monteiro com parcimônia. O quadro 2 apresenta a evolução do número de escolas existentes e o respectivo número de alunos matriculados, segundo dados informados na mensagem final encaminhada ao Legislativo.

³⁰ O uso de idiomas estrangeiros em detrimento do Português em escolas de imigrantes no interior do Espírito Santo iria perdurar até a campanha de nacionalização do ensino, promovida durante a Era Vargas.

QUADRO 2

NÚMERO DE ESCOLAS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – 1908 A 1912					
Indicadores	1908	1909	1910	1911	1912
Escolas existentes	125	160	222	247	271
Escolas providas	121	148	160	176	173
Escolas não providas	1	12	62	71	98
Alunos matriculados	2.740	4.210	4.907	6.204	7.340

Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). Exposição sobre os negócios do Estado do Espírito Santo no quadriênio de 1908 a 1912 pelo Exmo. Sr. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro, presidente do estado durante o mesmo período.

Para Cynthia Pereira de Souza, esse esforço de quantificação de dados, embora necessário para a gestão educacional pelos poderes públicos, demanda cautela por parte de pesquisadores. Os números segundo Souza, prestam-se também à comparação interna (entre unidades administrativas de um mesmo país) ou ainda, à comparação externa, estabelecida entre diversos países. Segundo essa autora,

A criança-aluno foi transformada em um grande cálculo contábil, a partir de uma gama variada de categorias (matrículas, conclusões, evasão, repetência, eliminação, alfabetizados, analfabetos, não matriculados, divisões por sexo, por idade, etc.), permitindo que sucessivos governos viessem a descrevê-la, compará-la, explicá-la, isolá-la dos outros setores da população, para melhor conhecê-la (SOUZA, C., 2011, p. 205).

A primeira tentativa de sistematização de dados estatísticos referentes à população brasileira ocorreu ainda no Império, com a fundação em 1871 da Diretoria Geral de Estatística (DGE). Em 1907, diante do estabelecimento do federalismo e do novo contexto republicano, que previa o registro do cidadão minimamente ao nascer e morrer, e ainda a instituição do casamento civil, a DGE foi inteiramente reformulada. Consoante as dificuldades encontradas por aquele órgão em recolher informações advindas dos estados e municípios, foi publicado em 1908, o decreto n. 1.850³¹, que previa a obrigatoriedade do envio de dados sempre que solicitados à DGE por parte

³¹ Decreto presidencial n. 1.850 de 02 de janeiro de 1908. Disponível em http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=1850&tipo_norma=DEC&data=19080102&link=s

de autoridades civis e militares de instituições públicas ou privadas, estados e municípios. O não cumprimento da legislação sujeitaria o infrator a multas. Pouco tempo depois seria criado o serviço de estatística no Espírito Santo, por meio do decreto estadual nº 129 de 08 de julho de 1908 (Cf. SENRA, 2006).

Em São Paulo, de acordo com Rosa Fátima de Souza, foi exatamente na Primeira República que as mensagens de governo passaram a apresentar uma série de dados estatísticos sobre as taxas de matrículas, número de escolas, além dos investimentos feitos na área, de modo a confirmar o sucesso das ações empreendidas pelo estado (SOUZA, R., 2012, p. 27).

Quanto ao Espírito Santo, Franco observa que, não obstante a ampliação considerável da oferta de vagas, “Jeronymo Monteiro omitiu dados estatísticos reais sobre a porcentagem da população que tinha acesso à instrução, talvez porque esses dados revelassem que o ‘esforço’ republicano pela universalização não passava de uma falácia” (FRANCO, 2001, p. 107). Ainda que com dados “maquiados”, a documentação produzida por Jeronymo evidencia o quanto ele se conectava a tendências nacionais de administração.

Mas o que permaneceria como um dos grandes “gargalos” para a ampliação do número de escolas e da oferta de vagas no ensino primário em todo país, era justamente a carência de mão-de-obra especializada, ou seja, o baixíssimo número de profissionais com formação específica para atuar na docência. O professor seria considerado o grande artífice do projeto educacional republicano e o magistério passou a ser visto como uma “missão”. Segundo Rosa Fátima de Souza,

[...] sobre a desoladora figura do mestre-escola do Império, combatido, sem vitalidade e sem ânimo, vergado pelo abandono e pela precariedade de recursos financeiros e materiais – sobre a figura do mestre-escola da palmatória e do compêndio –, foi construída a figura enaltecida dos apóstolos da instrução primária. Profissionais de sólida competência, cômicos de sua missão, formados pela escola normal – o ‘templo de luz’, o viveiro de onde saíam os heróis anônimos da República. O sucesso da escola renovada dependia, pois, dos novos professores formados de acordo com os valores republicanos. O magistério deixava de ser uma desventura e tornava-se uma profissão digna, reconhecida e edificante. (SOUZA, R. 2006, p. 70)

Desta forma, surgiu a necessidade de implantar e consolidar os cursos de formação de professores em todo país. No Espírito Santo, a Escola Normal foi criada por decreto no governo de Moniz Freire em 1892, e contava com seções masculina e feminina separadas, que funcionavam em locais distintos e com currículos diferenciados. A reforma monizista, instituída pelo Decreto n. 02 de 04 de junho de 1892, tinha como uma de suas principais características, no que era concernente à formação de professores, a cisão curricular proposta para as seções feminina e masculina de um mesmo curso, no mesmo período. No quadro 3 estão apresentadas ambas as matrizes curriculares.

No âmbito do presente estudo, importa ressaltar duas questões. De início, destaco o verdadeiro abismo que havia entre as matrizes curriculares das seções feminina e masculina da Escola Normal até 1908. O quadro 3 demonstra com clareza a dicotomia perversa existente. Costa e Silva apontam que, enquanto o currículo da seção masculina da Escola Normal fôra construído a partir de uma lógica positivista, na seção feminina, a matriz curricular privilegiava “o ensino de humanidades, aliado à música, desenho e trabalhos manuais, sendo que o ensino das ‘ciências positivas’ era praticamente vedado às mulheres, ficando o ensino de matemática limitado à aritmética e noções de cálculo algébrico” (COSTA & SILVA).

Na concepção das matrizes curriculares das escolas normais capixabas, estavam claramente marcadas as noções de categorização e hierarquização das ciências, conforme preconizado pelo positivismo de Augusto Comte. Ainda segundo os autores, essa diferenciação curricular não se restringia ao elenco de disciplinas, mas também ao conteúdo ministrado. Na seção feminina, quase todas as disciplinas, exceto Francês, Geografia e Aritmética, possuíam restrições de ementa em relação à seção masculina (idem).

Às meninas era interdito o estudo de disciplinas das grandes áreas de Ciências Biológicas (onde estão incluídas as disciplinas das áreas de Fisiologia e Morfologia), bem como Ciências Exatas e da Terra.³² Dentro da área de Exatas, eram

³² Utilizo aqui a classificação contemporânea apresentada na Tabela de Áreas do Conhecimento, estabelecida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Disponível em www.cnpq.br

ministrados às moças apenas conteúdos elementares de Aritmética e as primeiras noções de Cálculo Algébrico, sendo vedado a elas o estudo de disciplinas como Geometria, Física, Astronomia e Química.

QUADRO 3

MATRIZES CURRICULARES DA ESCOLA NORMAL – 1892 A 1908				
Cadeiras		Disciplinas	Seção Feminina	Seção Masculina
1 ^a	Estudo prático e teórico	Língua Nacional	X	X
2 ^a		Língua Francesa	X	X
3 ^a	Estudos descritivos	Geografia	X	X
		História Universal		X
4 ^a	Estudos descritivos	História Natural	X	X
5 ^a	Curso analítico de ciências	Aritmética	X	X
		Álgebra	X	X
		Geometria		X
		Noções Gerais de Mecânica terrestre e celeste		X
6 ^a	Curso analítico de ciências	Física		X
		Química		X
		Biologia (especialmente anatomia e fisiologia humana)		X
7 ^a	Curso sintético de ciências – Contemplação abstrata da unidade do saber humano	Matemáticas		X
		Astronomia		X
		Física		X
		Química		X
		Biologia		X
		Sociologia		X
8 ^a	Curso teórico e prático	Pedagogia	X	X
		Metodologia		X
Cadeira Anexa		Música, Piano e Canto	X	
Cadeira Anexa		Desenho	X	
		Duração total do curso	4 anos	5 anos

OBS.: Na seção feminina, durante os intervalos das aulas, as alunas faziam trabalhos de agulha, corte, moldes e bordados, podendo ainda ser reservado outro horário para esta atividade.

Fonte: Decreto n° 02 de 04 de junho de 1892.

Para Salim, essa diferenciação entre os currículos destinados às seções masculina e feminina da Escola Normal, evidencia a representação de mulher predominante à época, como um ser despreparado para estudar em uma situação de igualdade com o homem (SALIM, 2009, p. 180).

Outra questão que cumpre ser observada é o espaço ocupado na formação das professoras, pelas atividades consideradas próprias do gênero feminino, ou seja, trabalhos manuais, desenho e música. O mesmo decreto n. 02 previa que uma das professoras da seção feminina da Escola Normal ministraria também aulas de trabalhos de agulha (corte e costura, bordados) durante os intervalos, a fim de entreter as alunas. Quanto à educação musical, igualmente exclusiva para a seção feminina, Saffioti observa que “nos conservatórios musicais, a partir do último decênio do Império, sempre predominou o elemento feminino, pois a música foi e ainda é tida como atividade apropriada ao sexo feminino” (SAFFIOTI, 2013, p. 311).

A escritora Stelinha Novaes embora criticasse essa educação musical compulsória, por outro lado enaltecia a francomania ensinada às moças abastadas nos colégios internos:

Sim, era quase obrigatório a uma jovem tocar piano antigamente. Nem se consultava a vocação, a inclinação das meninas. ‘Moça de família deve saber tocar piano’ era norma educativa. E qual a sinhazinha que não dedilhava ou batucava a ‘Sobre as Ondas’, ‘*Le Lac de Come*’, ou a monótona ‘Dalila’? Quantas vocações estioladas no exercício das escalas e dos acordes? Da ‘Serenata de Schubert’, nos compassos da ‘Norma’, nos trechos adaptados de ‘O Rigoletto’ ou de ‘O Trovador’?! [...] Voltavam [do colégio para casa] as mocinhas saturadas de costumes à francesa, falando francês, tocando piano, eméritas nos trabalhos manuais. Uma lindeza! E sofriam a nostalgia do progresso, quando caíam nas fazendas distantes, onde, como se dizia ‘enterravam a mocidade’! [...] Durante muitos anos, os livros franceses ou traduzidos de autores franceses dominaram nos institutos para a juventude feminina (NOVAES, 1999, p. 73 – 75).

Na prática, as matrizes curriculares apresentadas no quadro 3, nunca foram implementadas da forma como haviam sido planejadas. As aulas da seção masculina deveriam ser ministradas exclusivamente por professores homens, enquanto as aulas da seção feminina seriam ministradas sempre que possível, por professoras. Considerando que não havia no estado professores e menos ainda

professoras em número suficiente para assumir tantas disciplinas, os cursos foram reduzidos para 03 anos. Por motivo de contenção de despesas, o governo fechou a Escola Normal entre 1898 e 1900.

Somente em 1908, durante a reforma promovida por Gomes Cardim, ocorreu a unificação das matrizes curriculares. A divisão em seções feminina e masculina porém, só deixou de existir em 1914, quando a matrícula de homens na Escola Normal já era bastante reduzida. Os trabalhos manuais no entanto, permaneciam distintos: costura e bordado para mulheres e marcenaria para os homens. A Educação Física também era diferenciada: enquanto meninos praticavam exercícios militares, as meninas faziam ginástica.

Esportes como o basquete, começavam a ser introduzidos nas escolas, também para as moças. Franco (2001) entrevistou uma ex-aluna do Colégio do Carmo que jogava basquete e se queixava do fato de não poder tomar banho após o jogo, pois o banho só era permitido às internas duas vezes por semana. Novaes relatou uma partida de basquete realizada na Escola Normal durante uma visita oficial do presidente Jeronymo Monteiro à instituição, em uma atividade festiva. Embora a autora – uma ex-aluna e defensora apaixonada daquela escola – afirmasse que fôra um espetáculo bonito, frisava também que os “eternos descontentes” ficaram escandalizados e consideraram o jogo uma vergonha. Houve quem dissesse que pais de família não deveriam consentir que suas filhas praticassem tal esporte. A exaltação não foi contida nem mesmo pelo recato do uniforme das atletas: um calção-bombacho, cujo comprimento ia até o tornozelo (NOVAES, 1979, p. 127).

Na verdade a diferenciação da matriz curricular por gênero era uma herança do período imperial, quando a legislação abriu a possibilidade da existência de escolas femininas. A princípio, a República herdou a divisão de classes escolares e principalmente, a diferenciação curricular por gênero. A proposta de coeducação (educação de meninos e meninas juntos em uma mesma escola e classe), que começou a ser implantada primeiro em São Paulo e de lá estendeu-se para outros estados, demorou ainda alguns anos para ser aceita pela sociedade.

A partir dos fatores explicitados, quais sejam a expansão quantitativa da oferta de vagas e a rejeição à coeducação, observamos no Brasil um outro fenômeno que já estava em curso em outros países: a feminização do magistério. Segundo Jane Soares de Almeida,

[...] a mão de obra feminina na educação principiou a revelar-se necessária principalmente tendo em vista os impedimentos morais dos professores de educar as meninas e a recusa da sociedade à coeducação dos sexos, considerada perigosa do ponto de vista moral. Quando o poder público abriu a possibilidade de as mulheres poderem ensinar e com isso exercerem uma profissão remunerada, produziu-se uma grande demanda pela profissão de professora. O discurso ideológico que acompanhou essa demanda construiu uma série de argumentações que alocavam às mulheres um melhor desempenho profissional na educação, derivado do fato de a docência estar ligada às ideias de domesticidade e maternidade. Essa ideologia teve o poder de reforçar os estereótipos e a segregação sexual, pois se entendia que cuidar de crianças e educar era missão feminina, por isso o magistério se revelava como seu lugar por excelência (ALMEIDA, J., 2006, p. 136).

A autora observa que a presença feminina no magistério já era predominante em outros países da Europa e nos Estados Unidos da América, desde a segunda metade do século XIX. No Brasil, assim como em Portugal, o processo de feminização foi viabilizado a partir da recusa da sociedade à coeducação, o que demandava a formação de professoras aptas a reger as classes femininas (idem, p. 138).

Essa identificação de um *locus* feminino no mercado de trabalho não se restringiu apenas à docência. Maluf e Mott (1998) indicam que outras profissões como enfermeira, datilógrafa, secretária e telefonista também eram consideradas extensões das atribuições femininas. June Hahner diz que “[...] apesar de alguma resistência masculina ao ingresso das mulheres na sala de aula no final do século XIX, o magistério era geralmente aceito como uma extensão do tradicional papel de nutriz, num sentido amplo, da mulher-mãe” (HAHNER, 2003, p. 80).

Não por acaso, ambos os textos utilizam o termo “extensão”. Todos os autores consultados concordam que o magistério era percebido como uma expansão das atividades precípuas da mulher à época. Havia uma ideia de continuidade entre as funções de esposa, dona de casa e principalmente mãe, e o magistério. Em comum com a enfermagem e o secretariado citados anteriormente, o magistério requeria da mulher, o cuidado. Paciência, bondade, candura e mormente o “instinto maternal”,

eram considerados fundamentais para o exercício destas profissões, e tidos como atributos essencialmente femininos.

Sobre essa possibilidade de conjugar profissão e maternidade num mesmo conceito, Almeida argumenta:

O magistério primário trazia em si esses dois determinantes: dava espaço para a inserção no mundo público e no trabalho assalariado e possibilitava definir numa profissão os espaços da maternidade canalizada no afeto para com os alunos. Dessa forma, viabilizavam o cruzamento entre o público e o privado, dentro das condições sociais apresentadas na época. A aceitação dos atributos de vocação e missão sagrada possuía justificativas, e a imagética acerca da maternidade revestia-se de uma aura de grande importância na vida dessas mulheres. A incorporação de atributos maternais à profissão servia, em decorrência, ao poder oficial, à profissão em si e às próprias mulheres, que se sentiam duplamente beneficiadas, pois podiam ser mães e podiam ser professoras, com aceitação e autorização social, com o aval de pais e maridos e sob as bênçãos da religião católica (ALMEIDA, J., 2006, p. 142).

Não obstante as características tidas como inatas, invocadas no estabelecimento desse lugar feminino no mercado de trabalho, a realidade reservada às normalistas após sua formatura era inteiramente distinta. Segundo o estereótipo popularmente estabelecido, a normalista era uma moça doce, paciente, cuidadosa, a mulher frágil que necessitava trabalhar honradamente enquanto aguardava a ventura de um bom casamento.

Conforme Franco (2001) e Salim (2009), após formada, a normalista³³ era encaminhada para escolas distantes das principais cidades e vilas. Residiam durante o ano inteiro em casas de famílias que se dispunham a acolher a nova professora. Em algumas localidades havia famílias de posses que podiam receber confortavelmente mais uma moradora na residência. Outras vezes, as professoras tinham que dividir uma cama com as crianças da casa e até repartir a parca alimentação que a família poderia oferecer. Nas áreas rurais, nem sempre a casa ficava próxima à escola, sendo necessárias extenuantes caminhadas diárias.

³³ Elas continuavam a ostentar com orgulho o título de normalistas mesmo após a formatura. Ao ser chamada de normalista, automaticamente se estabelecia uma distinção entre a professora formada por um curso Normal e aquela sem formação específica na área.

As nomeações bem como as remoções, dependiam de indicação política. Para ser nomeada ou removida para uma cadeira melhor ou mais próxima de sua cidade natal, a professora tinha que se submeter às práticas clientelistas e ao mandonismo local vigentes na época. Rosa Fátima de Souza (2006) ao estudar a feminização do magistério no estado de São Paulo fala no “tempo de desterro”, que cada normalista teria que lecionar em escolas isoladas e distantes até lograr a almejada cadeira no grupo escolar.

Se de fato eram dóceis e frágeis até o curso, rapidamente as normalistas que tencionavam permanecer no magistério tinham que se endurecer diante de tantas agruras. Surgiam mulheres firmes, verdadeiras fortalezas, capazes de se articular politicamente e enfrentar tamanhos desafios.

Ainda segundo Rosa Fátima, lecionar no grupo escolar era uma ambição dos professores públicos, devido às melhores condições de trabalho e infraestrutura encontradas, à localização dos grupos nos principais bairros das grandes cidades, bem como ao prestígio social daquelas instituições. A instrução ministrada no grupo escolar era considerada uma referência em termos qualitativos. Portanto seu corpo docente também era percebido como diferenciado. Lecionar no grupo era considerado o ápice da carreira, principalmente para as professoras, visto que os cargos de direção e inspetoria eram espaços reservados exclusivamente aos homens (SOUZA, R., 2006, p. 74).

Adiante no terceiro capítulo, abordarei de forma mais específica, os sujeitos da Educação, bem como os espaços e eventos escolares, durante a gestão Monteiro. Antes porém, o segundo capítulo traça um esboço do que era o Espírito Santo – especialmente Vitória – até 1908, e algumas das ações empreendidas por Jeronymo Monteiro no sentido de criar uma infraestrutura que sustentasse o progresso do estado, apagando reminiscências de um indesejado passado colonial.

CAPÍTULO 2

Imagens do Espírito Santo na Primeira República

*“Leio que certa cidade,
e olhe que não das maiores,
tem quatro milhões de almas...
Mas isso deve ser para atenuar a situação.
O que a cidade tem, no duro,
são quatro milhões de bocas!”*

(Mário Quintana)

2 IMAGENS DO ESPÍRITO SANTO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Este capítulo propõe uma análise do governo Jeronymo Monteiro, a partir das fotografias constantes em sua mensagem final encaminhada ao Congresso Legislativo. As imagens foram divididas em dois grandes blocos: as fotos escolares constituem o objeto do próximo capítulo e as demais foram agrupadas em diversos subconjuntos conforme os temas e sub-temas.

Dois destes temas me parecem fundamentais para compreender as ações e estratégias utilizadas por Jeronymo para inscrever seu governo na onda modernista que já arrebatava as principais capitais brasileiras. O primeiro deles se refere à criação de uma infraestrutura mínima de saneamento e eletrificação. O Espírito Santo encontrado por Jeronymo em 1908 estava mais para província do que para estado republicano. Vitória, a capital, fôra moldada à imagem de uma pequena vila portuguesa e carecia da prestação de serviços por parte dos poderes públicos.

A ausência de uma infraestrutura de saneamento básico em uma cidade construída sobre uma ilha alagadiça, trazia adoecimento para sua população. Já a falta de eletrificação, além de prejudicar ainda mais a qualidade de vida dos moradores das cidades, impossibilitava o desenvolvimento da indústria, o que manteria *ad infinitum*, a dependência da economia capixaba das oscilações do mercado internacional de café, seu principal produto de exportação. A partir de imagens constantes naquele documento oficial, analiso como se deu a criação dessa infraestrutura básica necessária à consecução dos ideais de progresso formulados pelos republicanos capixabas, sob a liderança política de Jeronymo Monteiro.

A outra questão a ser debatida refere-se à construção de um aparato de segurança pública, que se articulava ao sistema coronelista vigente durante toda a Primeira República. Faço aqui uma contraposição entre os discursos verbal e visual elaborados por Jeronymo em torno da segurança pública.

Com a discussão destes dois eixos apontados, procuro contribuir para o entendimento das relações sociais que se estabeleciam no Espírito Santo durante a Primeira República – especialmente enquanto Jeronymo Monteiro presidiu o estado – a partir dos registros fotográficos presentes na documentação oficial. Antes porém, faço um breve relato a fim de contextualizar o Espírito Santo do ponto de vista econômico e social durante o século XIX.

2.1 Da província ao estado do Espírito Santo

Além do plantio de cana e mandioca destinados à exportação de açúcar e farinha, no Espírito Santo até a introdução das grandes lavouras de café, em meados do século XIX, os moradores da província dedicavam-se apenas à agricultura de subsistência, minuciosamente descrita por Saint-Hilaire.³⁴ Esse naturalista francês passou alguns meses no litoral do Espírito Santo e nas matas do Rio Doce. O viajante observou a grande influência dos jesuítas na Vila de Vitória e adjacências, cerca de sessenta anos após terem sido expulsos do país (SAINT-HILAIRE, 1974).

Havia durante o período colonial, uma proibição de abertura de estradas no Espírito Santo em direção ao interior do país, que impedia a circulação de riquezas, bem como a comunicação da capitania com Minas Gerais. Isolada por terra, a capitania capixaba era considerada das mais pobres do Brasil.

Em visita pastoral à Vila de Vitória no ano de 1812, o bispo do Rio de Janeiro, Dom José Caetano da Silva Coutinho³⁵, mostrou-se um tanto irritado, pois cotidianamente precisava distribuir mais esmolas entre os moradores da Vila de Vitória, do que conseguia arrecadar em donativos para a Igreja durante sua visita: “crismeimei perto de

³⁴ Auguste de Saint-Hilaire (1779 – 1853) foi um naturalista francês que viajou ao Brasil entre 1816 e 1822. Os relatos de viajantes estrangeiros ou brasileiros são fontes relevantes para o estudo da paisagem natural e urbana do Espírito Santo e do cotidiano de seus moradores até o século XIX. Entre os principais viajantes que legaram uma documentação escrita e/ou iconográfica sobre o estado, destaco Auguste de Saint-Hilaire, Príncipe Maximiliano von Wied-Newied, Auguste François Biard, Edward Wilberforce, Princesa Teresa da Baviera, Imperador Dom Pedro II e o Bispo Dom José Caetano da Silva Coutinho, dentre outros.

³⁵ O Espírito Santo esteve ligado à Diocese do Rio de Janeiro até 1895. A Diocese do Espírito Santo foi criada pelo Papa Leão XIII através da Bula *Santíssimo Domino Nostro* de 15 de novembro de 1895, sendo que o primeiro bispo, Dom João Baptista Corrêa Nery, esteve à frente da Diocese entre 1896 e 1901 e foi sucedido por Dom Fernando de Souza Monteiro.

duas mil pessoas, e não chegaram as esmolas a trinta mil réis; prova da grande pobreza da terra: eu a conheci ainda mais pela aluvião de mendigos que me perseguiram em casa e pelas ruas, e que eu mesmo fui visitar em suas casas, e por quem reparti mais de duzentos mil réis” (COUTINHO, J. 2002, p. 114). Mais adiante, o bispo descreveu a situação de penúria da vila, embora tenha se mostrado extremamente impiedoso com seus moradores:

Esta vila tem um certo ar de tristeza, como Óbidos e Alenquer, com as quais se parece, posto que maior que qualquer delas. [...] mostrando muitas casas nobres de dois e três andares, igrejas, torres e sobretudo o magnífico colégio dos jesuítas; destacando por trás de tudo isto os montes, os rochedos, os arvoredos, que fazem um grupo bastantemente pitoresco, e ao longe da outra banda do canal uma perspectiva arrogante e impostora. Mas o interior não corresponde porque as ruas são tortas e estreitas, as casas velhas, e os capixabas pobres, feios, e poucos *'absque eo, quam intrinsecus latet'*.³⁶ Chamam-se estes homens capixabas, [por causa] das pequenas hortinhas que cultivam, e que na língua brasílica têm este nome; ou de uma de suas três fontes, que tem este nome, e é a que fica na extremidade oriental; a segunda fonte é a chamada a Grande, e fica no meio da vila; e a terceira, chamada da Lapa, fica no Campinho, na extremidade ocidental; e todas têm excelentes águas. Os ares também são mui puros e ventilados; outras mais coisas me agradaram nesta terra; e se a comunicação com Vila Rica, que está no paralelo de 20 graus, a restaurar da decadência que tem tido, eu a preferiria a Campos [dos Goytacazes] para viver nela, apesar do maior número e riqueza dos rústicos campistas. Campos respira visivelmente mais indústria e opulência; a vila da Vitória não tem mais de quatro mil almas, posto que a freguesia passe de 10.000, no seu porto não vi mais de uma dúzia de sumacas, e poucas canoas e barcos em movimento; mas tem mais ar de antiguidade e nobreza: decida cada um como quiser, entre os rivais e partidistas de uma e outra (COUTINHO, J. 2002, p. 115).

Em sua visita pastoral seguinte, realizada no ano de 1819, o mesmo bispo, talvez por se encontrar curado “dos catarros” que lhe afligiam em 1812, mostrou-se mais condescendente com os capixabas e em carta a El-Rei D. João VI, disse ser a freguesia de Vitória “das mais notáveis do bispado”, sendo que “seu povo geralmente é pobre, mas dócil e civilizado” (idem, p. 124). Para o bispo, a Vila teria grande crescimento no comércio e navegação, caso se pudesse transportar produtos de Minas Gerais. D. José Caetano ainda sugeriu ao Rei de Portugal, que a Vila de Vitória seria o local mais apto entre o Rio de Janeiro e a Bahia para a construção de uma catedral, quando da criação de novos bispados.

³⁶ Segundo nota do editor, ‘sem falar o que está escondido dentro’, seria uma referência irônica ao Livro dos Cânticos, cap. 4.

A partir de 1850, o café despontou como importante produto de exportação das lavouras do estado. Segundo Vilma Paraíso Almada, “embora jamais tenha atingido, até o fim do período escravista, cifras de produção registradas pelos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, a cultura cafeeira atuará como elemento vivificador da economia e da sociedade capixabas” (ALMADA, 1993, p. 51). Essa autora aponta o dinamismo que a cafeicultura imprimiu à economia do estado, não só pelo aporte financeiro que trouxe para o Espírito Santo, como também pelas soluções encontradas para a questão de mão-de-obra. Para Almada, a historiografia tradicionalmente apontava apenas o grande fluxo de imigrantes europeus para o trabalho nas lavouras, principalmente a partir de 1892, como responsável pela nova estrutura fundiária e produtiva observada no estado no início do século XX. Apesar disso, a autora indica que tal dinamismo se deve muito mais à chegada de milhares de migrantes nacionais ao estado nesse mesmo período (idem).

Quando ao final de 1889, a notícia da instituição da República chega ao Espírito Santo, encontra uma província cuja economia está fundamentada essencialmente na agro-exportação. Levas de imigrantes europeus chegavam sucessivamente, e eram encaminhados especialmente para a região montanhosa do estado, a fim de trabalhar nas lavouras de café, que à época, já se constituía na maior fonte de riqueza capixaba. Enquanto isso, toda a faixa litorânea permanecia habitada por uma expressiva maioria de negros e mestiços, além de portugueses e seus descendentes. Quanto à população indígena, esta se via em número cada vez mais restrito, ocupando aldeias no litoral e principalmente, nas densas matas ao norte do Rio Doce.

No campo político, o poder concentrava-se em reduzidos círculos oligárquicos. Fazendeiros, principalmente do sul do Espírito Santo, juntamente com alguns comerciantes que se estabeleciam graças à crescente exportação do café, constituíam uma pequena elite ávida por assumir o controle político do estado. É primordial lembrar que, durante o Império, os presidentes da província eram indicados pela Corte, que inexoravelmente enviava dignitários de outras províncias de maior destaque, para dirigir o Espírito Santo.

Quanto às condições de urbanização de Vitória, a arquiteta Maria Izabel Perini Muniz relata que “até fins do século XIX, pouco havia se modificado em relação ao quadro apresentado por Saint-Hilaire. E apesar da beleza e do bucolismo de seu sítio urbano, a vida da população de Vitória não era das mais saudáveis. A cidade não possuía a menor infraestrutura sanitária” (MUNIZ, 2001, p. 22).

Em síntese, no alvorecer do século XX, Vitória permanecia uma cidade com uma configuração portuguesa, que havia se desenvolvido em torno do antigo Colégio de São Thiago³⁷, seguindo uma marcante tradição jesuítica já existente em Portugal e replicada por aquela Ordem em todas as vilas e aldeamentos onde atuou durante dois séculos.³⁸

2.2 Imagens da construção de um pequeno estado republicano

2.2.1 Melhoramentos urbanos em Vitória

Desde o princípio de seu governo, Jeronymo Monteiro demonstrou uma singular preocupação com a reconfiguração urbanística da capital do estado. No documento produzido ao final de sua gestão, o presidente sintetizou o quão negativa era a impressão que a cidade de Vitória lhe causava:

Ao iniciar o meu governo, depois de ponderado estudo sobre as necessidades a prover no nosso estado, reconheci que deveria antes de quaisquer outras, me ocupar da que se referia aos melhoramentos da nossa capital, que encontrei em condições de muita inferioridade em relação aos centros populosos que têm a função de constituir o foco de civilização de um povo. Cidade mal construída, de ruas estreitas, sem alinhamento, com edifícios de feição e arquitetura antiga e colonial, espalhados desordenadamente, segundo os acidentes do terreno, estava desprovida de um regular serviço de limpeza e de higiene públicas, de água e de esgotos. A iluminação era deficientíssima, mesmo esta só em noites em que não havia luar, o hospital estava quase em ruínas, o cemitério público era de área insuficiente. Era enfim uma cidade absolutamente despida das mais rudimentares e das mais essenciais condições de higiene e de conforto. Bem como sucedia a todo estado, em Vitória, e parece que não me enganei, tudo estava por fazer, embora não tivessem faltado a algumas das administrações precedentes boa vontade e patriotismo. Entreguei-me então à tarefa ingente de resolver tão sérios problemas à medida dos recursos de que dispunha, começando pela capital (ESPÍRITO SANTO, 1913. p. 203).

³⁷ O Colégio e Igreja de São Thiago formavam o principal conjunto arquitetônico erguido pelos jesuítas no Espírito Santo. O Colégio antigo foi inteiramente reformado e descaracterizado durante o governo de Jeronymo Monteiro.

³⁸ Para maiores detalhes sobre o projeto urbanístico desenvolvido pela Companhia de Jesus nos núcleos onde atuou no estado, ver CARVALHO, José Antônio de. O Colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo.

Segundo sua própria opinião, Jeronymo não poupou esforços e em quatro anos, além de uma série de obras em prédios do estado, criou em Vitória, uma rede de serviços públicos equivalente às que estavam disponíveis nas principais capitais brasileiras da época.

Considerava o presidente, que era de extrema urgência promover os melhoramentos urbanos da capital, “cujas condições eram um verdadeiro embaraço para o desejado progresso do estado”, sendo a primeira etapa para a necessária transformação, o fornecimento de água, luz e a criação de uma rede de esgoto, o que lhe parecia “uma velha e justa aspiração do povo vitoriense” (idem, p. 205).

Desde o princípio do século XIX, a população já clamava pela canalização das águas. Segundo Elmo Elton, nos primeiros anos do século XX, cinco chafarizes abasteciam a Ilha de Vitória e estavam situados nos seguintes locais: Capixaba, Fonte Grande, Lapa, Rua São Francisco e Ladeira do Chafariz.³⁹ Durante os períodos de seca, o abastecimento da cidade ficava bastante comprometido, sendo necessário apelar para a retirada de água dos rios próximos. Essa água era envazada em barris e transportada de canoa até Vitória, mediante pagamento a comerciantes (ELTON, 1987, p. 98 – 100).

A instabilidade no fornecimento da água revoltava a população da cidade. Elton descreve os transtornos e as disputas em torno da obtenção da água, vivenciadas pelos habitantes de Vitória, sobretudo durante os períodos de seca:

As ‘filas de apanhar água’, então [em época de estiagem], se tornavam mais extensas. Formavam-se de barris, latas, potes e demais utensílios, os carregadores ou ‘donos’ se assentavam em derredor, onde encontrassem lugar, e ‘vigiam a sua vez’ de substituir o antecessor. Discussões, brigas a socos e pontapés, xingamentos às autoridades, tudo isso acontecia nas áreas dos chafarizes, a polícia intervindo amiúde, prendendo os exaltados,

³⁹ Todos os chafarizes mencionados estavam situados na região atualmente denominada Centro de Vitória. O antigo chafariz da Esplanada da Capixaba, embora não forneça mais água potável, é mantido como monumento, à entrada do Parque Municipal da Gruta da Onça, localizado na Rua Barão de Monjardim. A Fonte Grande já não mais existe, mas permanece nomeando o maciço central que domina a paisagem da Ilha de Vitória. Rua da Lapa era a denominação antiga da Rua Thiers Velozo, próxima ao Parque Moscoso. A Rua de São Francisco localizava-se nas imediações do Convento de mesmo nome. A Ladeira do Chafariz atualmente é chamada de Rua Nestor Gomes.

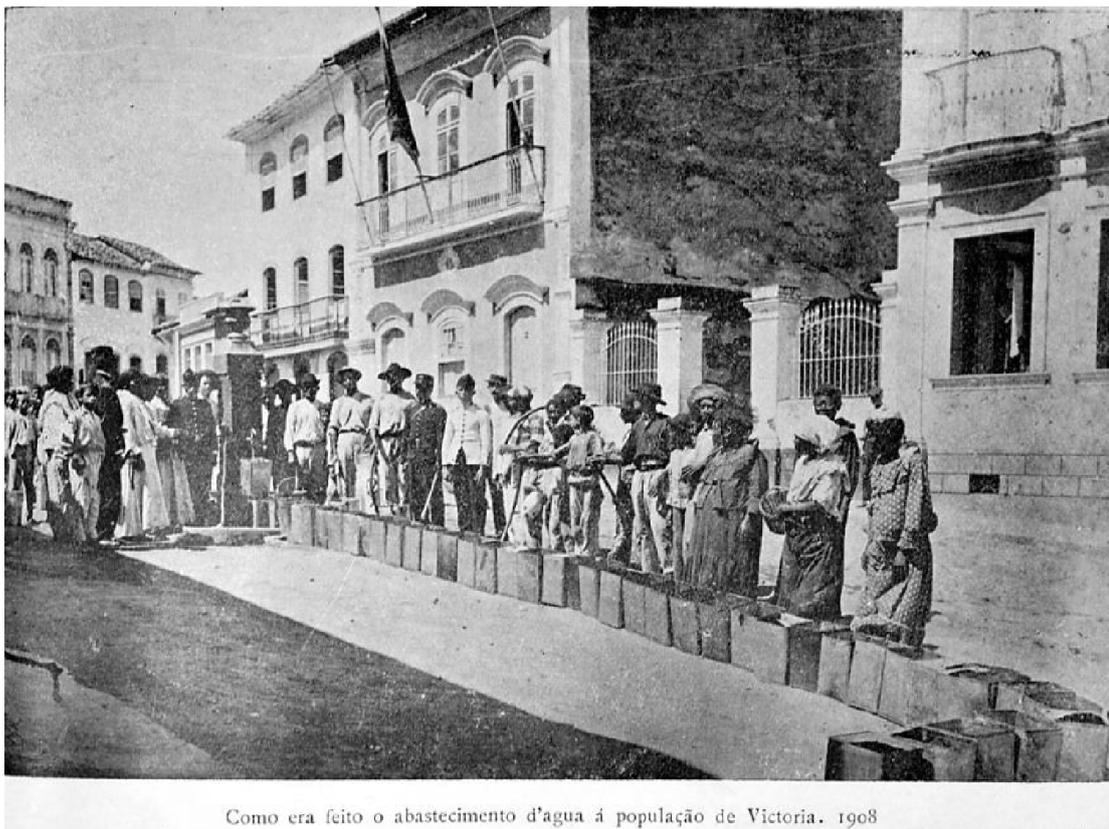
quando não surrados os soldados que ali iam a serviço (ELTON, 1987, p. 99).

A foto 01 mostra um chafariz em pleno funcionamento em Vitória no ano de 1908. No lado esquerdo da rua veem-se grandes sobrados coloniais e no lado direito, bem em frente ao chafariz, um prédio público. Trata-se de uma “fila para apanhar água”, que guarda muita semelhança com o relato de Elmo Elton. Uma extensa fila formada por pessoas humildes nas primeiras posições, inclusive algumas mulheres e uma criança. As últimas posições estão guardadas apenas por latões colocados no chão, ou seja, os lugares estão demarcados na fila. Dois soldados fardados aguardam sua vez de apanhar a água, enquanto do outro lado do chafariz, dois oficiais estão a postos, sendo que um está de frente e o outro, de costas, parece policiar a pequena aglomeração de populares à esquerda da foto. Na fila, a maior parte das pessoas dirige o olhar para o lado esquerdo, onde se encontram os policiais.

A imagem não apresenta uma situação de conflito, conforme descrita pelo cronista, até porque, a fonte está em pleno funcionamento, não havendo portanto, carestia de água naquele momento. Mesmo assim, a polícia faz-se presente, seja como consumidora da água – representada pelos dois soldados que calmamente aguardam a vez de encher seus latões – seja exercendo o papel de mantenedora da ordem na fila.

A população revoltava-se contra o poder público, visto como instância que deveria se responsabilizar pelo fornecimento da água, ou ao menos pela regulação da prestação desse serviço, partindo algumas vezes para o enfrentamento. Com base em informações de Elton (1987), é possível perceber que a maior parte das tentativas empreendidas por particulares de ampliar o fornecimento de água na cidade, até a gestão de Henrique Coutinho (antecessor de Jeronymo Monteiro), incluindo-se aí a perfuração de poços e o transporte de água do Rio Marinho ou do Rio Jucu, foi empreendida por particulares interessados apenas em lucrar com essa

Foto 01 – Como era feito o abastecimento d'água à população de Victoria – 1908



Fonte: Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1908 a 1912 pelo Exmo. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro presidente do estado durante o mesmo período.
Acervo: CE / BC / UFES

situação. Segundo Serafim Derenzi, a água era distribuída em pipas levadas por carroças e vendida a cerca de 200 réis a lata, sendo que um quilo de peixe na mesma época, custava até 500 réis (DERENZI, 1995, p. 152).

Além de padecer com a precariedade do sistema de distribuição de água, a população de Vitória estava ainda à mercê da poluição causada pela falta de esgotamento sanitário. Amylton de Almeida descreve de forma bastante crua a questão do descarte de dejetos em Vitória:

Moscas, mosquitos, ratos, lixo por todas as ruas, matagal em todos os terrenos baldios, uma cidade suja – as fezes guardadas em tonéis de madeira (os tigres) e despejados na maré. Italianos que se desviaram da roça apareciam nas ruas onde moravam as famílias mais abastadas entoando o prego: “*signora, quero la merda*”. Usava-se sombrinha, mesmo em noites de luar, nas ruas mais pobres: os dejetos eram lançados pelas janelas às ruas. O entrudo não dispensava água, tinta, farinha, e também merda, lançadas no rosto dos participantes da alegria carnavalesca (ALMEIDA, A., 2010, p. 128).

Elton conta que a ocupação de “carregador de cocô” era comum em Vitória até o princípio do século XX. Esse cronista descreveu da seguinte forma o trabalho de Mané Cocô, carregador preferido pelas famílias ricas da cidade, que cobrava apenas cinco tostões pelo serviço de retirada dos detritos:

Tinha freguesia numerosa e certa, de modo que duas ou três vezes por semana, ia a casas de famílias, mormente de famílias moradoras da Cidade Alta, apanhar os barris onde eram depositados fezes e urina, além de lixo diverso – carga que preferencialmente atirava, em maré vazante, ora no Porto dos Padres, ora no Cais de São Francisco. Esses barris, porque não esvaziados diariamente, se enchiam de vermes, o mosqueiro em redor, tudo provocando sufocante fedor. Um flagelo! (ELTON, 1985, p. 30 – 31).

Faz-se necessário destacar que o Porto dos Padres localizava-se muito próximo ao antigo Colégio dos Jesuítas⁴⁰, no princípio da rua atualmente denominada General Osório, enquanto o Cais de São Francisco servia ao convento de mesmo nome, muito próximo ao Mangal do Campinho.⁴¹ Em outras palavras, os dejetos recolhidos das casas eram atirados ao mar, exatamente em frente à região mais intensamente movimentada da cidade.

⁴⁰ O Colégio dos Jesuítas, sede do executivo estadual, foi inteiramente reformado por Jerônimo Monteiro e hoje é denominado Palácio Anchieta.

⁴¹ O Mangal do Campinho foi aterrado e transformado na Praça Moscoso, atualmente chamado Parque Moscoso.

A questão portanto, não se abatia apenas sobre as camadas populares da cidade. Nem mesmo nas repartições públicas ou no Palácio do Governo, a situação era diferente das áreas residenciais. Segundo Amylton de Almeida, somente ao tempo da posse, Jeronymo Monteiro teria tomado conhecimento que o Palácio era desprovido dos serviços de água encanada, luz elétrica e esgotamento sanitário. “Os funcionários públicos tinham direito a uma sala especial que chamavam em sua tranquilidade de *merdeiro*. Bem que Jeronymo estranhou o cheiro. Conta-se que interrompia de vez em quando seu discurso de posse para olhar de soslaio as pessoas e, a seguir, os sapatos delas” (ALMEIDA, A. 2010, p. 129).

Sobre a iluminação pública, Derenzi diz que esse serviço estava a cargo de particulares em Vitória desde 1837, quando foi inaugurado. Os primeiros lampiões ficavam dispostos em esquinas da cidade e prédios públicos, funcionando à base de azeite de peixe.⁴² Desde então, sucessivos contratos foram estabelecidos entre o poder público provincial – e depois estadual – e particulares para a colocação e manutenção de lampiões em logradouros da cidade. Em 1879 quando se passou a utilizar a iluminação a gás, algumas poucas residências foram beneficiadas. Em 1908 segundo esse autor, o serviço já não mais funcionava e restavam apenas alguns lampiões a querosene nas ruas, mantidos pelos próprios moradores (DERENZI, 1995, p. 121 e 155). A primeira edificação de Vitória a contar com geração de eletricidade, foi o Teatro Melpômene⁴³, inaugurado em 1896 (RIBEIRO, 2013, p. 53).

O Estado já havia empreendido desde o final do século anterior, algumas tentativas de canalizar água para a Ilha, nenhuma delas bem sucedida. Em 13 de novembro de 1908, foi assinado entre o Estado e o engenheiro Augusto Ramos, contrato para concessão dos serviços de água, luz e esgoto.⁴⁴ Tantas vezes adiada, a obra de canalização da água potável chegou mesmo a ser iniciada e abandonada, de tal forma que Jeronymo diria que o povo capixaba tão descrente estava, que mesmo

⁴² Os combustíveis mais utilizados na iluminação pública no Brasil até a introdução da energia elétrica eram o azeite de peixe, o óleo de mamona, o querosene e o gás (RIBEIRO, 2013, p. 52).

⁴³ O belo Teatro Melpômene era todo construído em pinho de riga e estava localizado no Largo de Nossa Senhora da Conceição da Prainha (atual Praça Costa Pereira). Encerrou suas atividades após um incêndio em 1923, sendo demolido em 1925.

⁴⁴ Um aditamento ao contrato foi assinado em 06 de agosto de 1909, ampliando consideravelmente as metas colocadas inicialmente.

com a chegada dos equipamentos importados da Europa para a construção da represa e linhas adutoras, manteve-se inteiramente indiferente à obra (ESPÍRITO SANTO, 1913, p. 204).

Em setembro de 1909 finalmente aconteceu “o primeiro jorro” da tão sonhada água encanada. Derenzi⁴⁵ relata que viu pessoalmente “homens e mulheres molhados pelos repuxos, chorarem comovidos, quando a água começou a correr nas torneiras e esguichou triunfalmente na Praça Oito” (DERENZI, 1995, p. 162).

As obras de esgotamento sanitário ao contrário foram mais morosas, devido às dificuldades técnicas em relação à geografia da cidade, sendo entregues apenas em fevereiro de 1911. É verdade que a criação de uma rede de esgotos beneficiou parte da população com a retirada dos efluentes do entorno das regiões mais densamente habitadas da cidade. No entanto, o destino desses mesmos efluentes continuou a ser a Baía de Vitória, passando apenas o despejo a ser feito no Forte de São João, a menos de dois quilômetros de distância do local antigo, o Porto dos Padres.

Ao concluir seu mandato, Jeronymo afirmava já ter levado água encanada a 1.279 casas da cidade de Vitória, sendo que 1.217 estavam conectadas à rede de esgoto (ESPÍRITO SANTO, 1913. p. 206 e 239). Também foram beneficiadas a cidade de Cariacica, provida de água, e a Cidade do Espírito Santo⁴⁶, abastecida com os serviços de água e luz elétrica a partir de dezembro de 1910 (idem, p. 240).

Jair Rostoldo chama atenção para o fato de que os serviços públicos de fornecimento de água e luz elétrica não se estendiam aos modestos arrabaldes de Vitória, mormente à Praia do Suá e à Villa Rubim, este último, bairro já bastante populoso à época. “[...] Os serviços não atendiam a toda sociedade, apenas uma parcela que habitava e convivia na região central da cidade, local de residência dos grupos de sustentação política estadual” (ROSTOLDO, 2014, p. 121).

⁴⁵ Luiz Serafim Derenzi (1898 – 1977) era engenheiro, escritor e foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

⁴⁶ Cidade do Espírito Santo era a denominação antiga do município de Vila Velha. Ambas as cidades, Vila Velha e Cariacica atualmente integram a Grande Vitória.

Para Rostoldo, os serviços básicos implementados em Vitória por Jeronymo, eram de fato relevantes, mas não suficientes para fazer a cidade embarcar no “trem do progresso”. Considerando que beneficiavam apenas parte da sociedade, Rostoldo diz que as obras “não seriam suficientes para a inclusão de Vitória no rol das cidades com padrão republicano” (idem, p. 119).

Sobre o modelo de concessão de serviços públicos por meio de contratos celebrados entre o Estado e a iniciativa privada, Luiz Cláudio Ribeiro comenta que ele fôra viabilizado pela Constituição de 1891. Pelo ordenamento jurídico republicano, estados e municípios passaram a deter “poderes concessórios ilimitados”. Isto, somado à concepção de que os recursos hídricos integravam a propriedade da terra, criava “um novo espaço de poder e negociação entre as administrações locais, os proprietários de terras e recursos energéticos e as empresas particulares e públicas de exploração dos serviços de geração e distribuição de energia, transporte, etc” (RIBEIRO, 2013, p. 52).

*

* *

O fornecimento de água e energia elétrica trouxe alguns desdobramentos importantes para o cotidiano dos capixabas. Aparecem com destaque na mensagem final de Jeronymo Monteiro, a construção de uma lavanderia pública na região do Moscoso e a modernização do serviço de bondes.

Jeronymo fez erguer em Vitória duas lavanderias, ou seja, espaços públicos reservados à lavagem de roupas. A primeira situava-se no Moscoso e contava com 40 tanques e a outra, em Santo Antônio, com a metade. Ambas as lavanderias dispunham do serviço de água encanada abundante e drenagem dos efluentes, e ainda disponibilizavam banheiros para as usuárias. O presidente frisava que a intenção do estado era prestar melhor serviço às “classes menos favorecidas da fortuna” (ESPÍRITO SANTO, 1913, p. 339).

A lavagem de roupas era uma ocupação essencialmente feminina, que na esfera das famílias empobrecidas, extrapolava o âmbito doméstico. Com o crescimento das

idades, a lavagem de roupa “para fora” tornou-se uma atividade econômica que permitia à mulher uma possibilidade de contribuir financeiramente para o sustento da casa.⁴⁷

Maluf e Mott descrevem o processo de lavagem da roupa e comentam a relevância econômica e social da atividade:

No início do século XX, a grande maioria das mulheres, além de realizar todo o serviço doméstico, era responsável pela sobrevivência do grupo familiar. Estava excluída do mercado formal de trabalho e exercia as tarefas menos qualificadas e mais desvalorizadas, executadas com frequência dentro de casa, juntamente com os serviços domésticos. A lavagem da roupa nas cidades brasileiras era, no período, uma importante fonte de renda para as mulheres. As lavadeiras reuniam-se nas fontes e chafarizes, nas margens dos córregos e rios que cortavam as cidades ou nos tanques públicos dos cortiços. Braços nus, mãos calejadas, pele queimada pelo sol, passavam a jornada ao ar livre, esquentando as refeições nos mesmos fogões em que ferviam a roupa, estendendo-a nos muros, em jirais [...] e telhados de zinco de suas casas, sem conhecer a separação entre o local de trabalho e o de moradia (MALUF & MOTT, 1998, p. 408 – 409).

As autoras ressaltam que o acelerado processo de urbanização “empurrava” as lavadeiras para bairros cada vez mais distantes – por conta dos processos de valorização e especulação imobiliária – ou para habitações cada vez menores em cortiços. Cresciam também as recomendações, inclusive advindas da classe médica, para que as donas-de-casa evitassem a contratação de lavadeiras da cidade, mormente as que viviam em cortiços, a fim de evitar toda sorte de contaminação das roupas. Preocupavam-se as senhoras burguesas com a água por diversas vezes reutilizada nas lavagens e com as possíveis doenças que as lavadeiras e suas casas poderiam transmitir às roupas. O contágio para Maluf e Mott parecia “ser uma via de mão única”, uma vez que se pensava exclusivamente nas doenças que poderiam ser transmitidas pelas lavadeiras às roupas e nunca o inverso. As muitas doenças de fundo ocupacional adquiridas pelas lavadeiras após anos de trabalho extenuante, também não eram consideradas (idem, p. 409 – 411).

⁴⁷ Sobre a participação feminina no mercado de trabalho, Heleieth Saffioti aponta que no recenseamento realizado em 1900, 45,3% da população economicamente ativa era constituída por mulheres – excetuadas desse total as pessoas que haviam sido classificadas como tendo profissão ignorada ou profissão improdutiva. Dentro dessa estatística, 52,6% exerciam atividades domésticas (SAFFIOTI, 2013, p. 336).

Duas fotografias integrantes da mensagem final de Jeronymo Monteiro retratam a Lavanderia do Moscoso, inaugurada em 1912. A primeira mostra apenas o espaço físico após a conclusão da obra, enquanto a segunda fotografia retrata a cerimônia de inauguração.

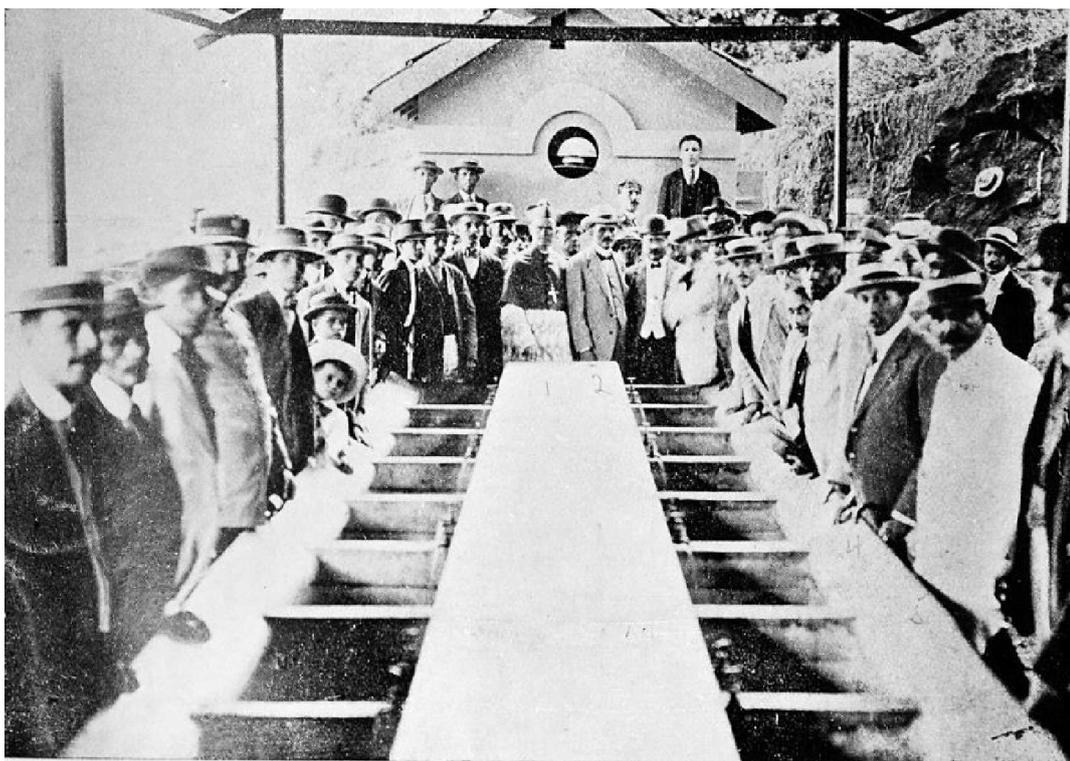
Na foto 02 vemos os tanques e à sua volta, as autoridades e os convidados presentes à solenidade. Ao centro, duas fileiras paralelas de vinte tanques cada – nesta foto só é possível ver oito pares de tanques. Os tanques são fixos e cada fileira se constitui em um bloco único, cuja subdivisão demarca um tanque. Cada tanque é dotado de uma torneira própria. As duas fileiras são separadas por uma grande bancada única, que provavelmente deveria ser utilizada para apoiar tanto as roupas quanto os insumos necessários à lavagem. O prédio constituía-se num galpão somente com a cobertura e aberto nas laterais. Ao fundo está uma pequena construção com telhado de duas águas e um óculo – provavelmente o banheiro destinado às lavadeiras.

Mais de quarenta pessoas se reúnem à volta dos tanques, todas olhando para o fotógrafo. Ao centro estão o presidente Jeronymo Monteiro, o Bispo Dom Fernando e o deputado Júlio Leite. À direita da foto estão o empresário Antenor Guimarães e o Sr. Grijó⁴⁸. Os presentes estão muito bem trajados, com paletó, gravata e chapéu. Dois meninos também de chapéu aparecem no lado esquerdo da foto, em meio aos adultos. Apenas homens participam da cena.

Jeronymo faz questão de frisar o quanto se preocupou em garantir uma melhor prestação de serviços e até ampliar o conforto para os desfavorecidos da sociedade (ESPÍRITO SANTO, 191, p. 339). Nota-se porém, que a cerimônia é bastante elitizada. Os desfavorecidos não foram convidados e não tomaram parte da inauguração da obra. As mulheres humildes, protagonistas do processo de lavagem de roupas e que portanto, deveriam ser a principal clientela do novo serviço oferecido pelo Estado, não estavam presentes. Nem mesmo os companheiros ou familiares destas mulheres, homens das camadas populares, lá estavam.

⁴⁸ A identificação de tais personagens baseou-se em anotações à lápis em torno da fotografia, feitas provavelmente por Mário Aristides Freire, primeiro proprietário do exemplar do documento utilizado para as reproduções constantes na presente dissertação. Mário Aristides Freires era advogado, jornalista e escritor, nascido em Vitória, no ano de 1886.

Foto 02 – Inauguração da lavanderia pública da Villa do Moscoso – Victoria –1912



Inauguração da lavanderia publica da Villa Moscoso. Victoria 1912

Fonte: Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1908 a 1912 pelo Exmo. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro presidente do estado durante o mesmo período.
Acervo: CE / BC / UFES

*
* *
*

O transporte coletivo também foi alvo de modernização durante o período estudado. Derenzi registra que “um bonde a tração animal trafegava pela Cidade Baixa, da Vila Rubim ao Forte de São João, passando pelo Largo da Conceição, ruas do Rosário, Cristóvão Colombo e Barão de Monjardim” (DERENZI, 1995, p. 151). O serviço havia sido implantado na gestão anterior, sob a administração direta do estado. Logo no início de seu mandato, Jeronymo estendeu a linha até a Praia do Suá e em 1909, arrendou o serviço a particulares. Mais tarde a linha foi novamente estendida, desta vez em direção a Santo Antônio.

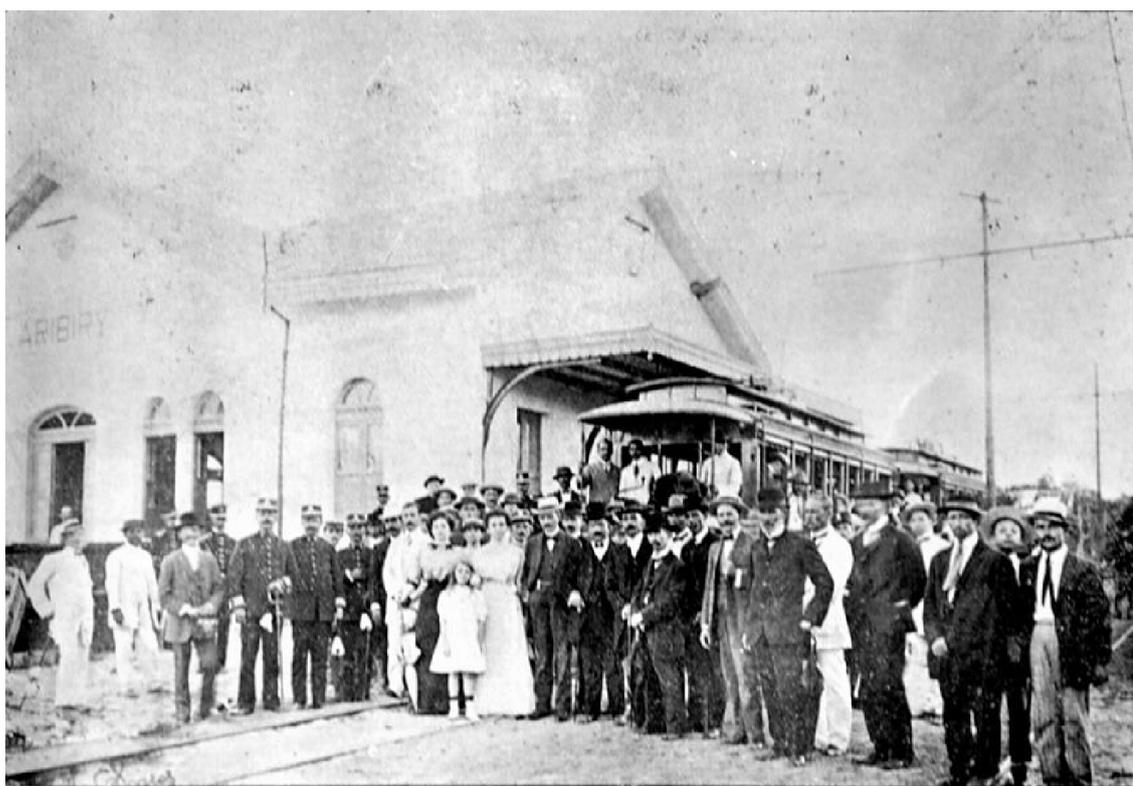
Considerando as queixas dos arrendatários e alegando o mau estado de conservação dos equipamentos e os custos de manutenção, o governo decidiu pela completa reconstrução do sistema, substituindo até mesmo os antigos carros puxados a burro por modernos *bonds* eletrificados. Em Vitória, o bonde passou a atender desde Santo Antônio até à Praia do Suá, cruzando todo o Centro, inclusive a Cidade Alta. Em 12 de abril de 1912 foi inaugurada uma nova linha que permitia a ligação da capital à Cidade do Espírito Santo, passando pelo bairro do Aribiry.⁴⁹

A solenidade foi devidamente fotografada e da Mensagem final, constam duas imagens desse evento, sendo uma retratando a visita à casa de máquinas da convertedora e a outra mostrando o grupo de autoridades presentes, à frente da estação.

Na foto 03 é possível ver a lateral e a fachada principal da estação, onde se lê “Aribiry”. Dois carros de bonde estão parados e um grupo de aproximadamente cinquenta pessoas, se posta à frente, posando para o fotógrafo. O grupo é um pouco mais heterogêneo do que o da foto 02. Nesta há autoridades civis e militares, duas

⁴⁹ Em informe publicado no jornal O Diário nos dias 14, 15 e 17 de abril de 1912, constavam os horários e valores cobrados pelo novo serviço. A travessia de barca de Vitória (Cais 8 de Setembro) até a estação de Argolas (em Vila Velha) custava 100 réis. O mesmo valor era cobrado no bonde para cada uma das demais etapas: de Argolas à estação do Aribiry e desta à estação de Vila Velha.

Foto 03 – Inauguração dos bondes elétricos de Villa Velha – 1912



Inauguração dos bondes electricos de Villa Velha, 1912.

Fonte: Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1908 a 1912 pelo Exmo. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro presidente do estado durante o mesmo período.
Acervo: CE / BC / UFES

mulheres e uma menina.⁵⁰ As mulheres estão finamente trajadas⁵¹ – uma inclusive com guarda-sol à mão –, assim como os homens, que vestem paletó, gravata e chapéu. Entre os militares presentes, dois trazem espadas. Alguns homens estão na plataforma da estação e pelo menos quatro deles estão dentro do primeiro bonde. Jeronymo Monteiro posiciona-se no centro da foto, sendo que as mulheres estão logo à esquerda, entre o presidente e os militares.

De acordo com o jornal *O Diário* (14 de abril de 1912), um grupo grande de autoridades e “pessoas gradas” – expressão muito utilizada pelos jornais da época – deslocou-se em duas lanchas de Vitória para o Aribiry, a fim de participar do evento. Novamente, a população da localidade humilde não foi convidada a tomar parte da solenidade.

Entre as obras realizadas por Jeronymo, uma da qual ele muito se orgulhava, era a construção da Praça do Moscoso. A área localizada no centro da cidade, entre o canal da Baía de Vitória e o Morro da Fonte Grande, anteriormente chamava-se Mangal do Campinho ou Lapa do Mangal. A região era considerada um foco permanente de doenças, especialmente de impaludismo e beribéri que acometiam as tropas alojadas no Quartel de Polícia, localizado no sopé do morro.

Segundo Derenzi, diversas áreas alagadiças da cidade, entre elas o caminho entre o Porto dos Padres e o hospital da Irmandade da Misericórdia⁵², receberam os primeiros aterros durante a gestão de Francisco Rubim, presidente da Província entre 1812 e 1819, “facilitando a caminhada dos pedestres a pés enxutos” (DERENZI, 1995, p. 103). A área portanto, tornou-se poluída devido a esse aterramento, que impedia a movimentação natural das marés (MUNIZ, 2001, p. 27). De fato, o Campinho era uma baixada situada entre três morros: Fonte Grande, São Francisco e Santa Clara. O aterro parcial passou a funcionar como uma barragem,

⁵⁰ As mulheres presentes eram a Sra. Cecília Bastos Monteiro, esposa de Jeronymo, a esposa do Maestro Antonio Auñon Sierra e a menina Anna Barcellos (Cf. *O Diário*, 14 de abril de 1912, p. 1).

⁵¹ Na fonte analisada, excetuadas as fotografias escolares, pouquíssimas são as imagens que apresentam mulheres. Em todo o documento, a foto 03 é a única que traz com algum destaque, um grupo de mulheres da elite.

⁵² A Santa Casa de Misericórdia de Vitória desde a sua fundação está localizada na Vila Rubim, bairro da periferia da capital.

que impedia o livre escoamento da água, provocando seu acúmulo em períodos chuvosos.

Na foto 04, datada de 1909, observa-se um descampado com uma enorme poça d'água ao centro e uma outra poça um pouco menor, à direita. Três homens caminham separadamente pela água e outros dois estão na faixa estreita que separa as duas poças. Eles vestem roupas simples, com as calças arregaçadas. Ao fundo, é possível ver a cidade. As casas que margeiam o Campinho são quase todas térreas e pequenas, há apenas um sobrado à direita. Há um espaço entre as poças e as cercas de madeira que separam as casas do Campinho. Estas cercas estão tomadas de roupas lavadas estendidas para secagem, à moda de varais. Acima, vemos a parte alta da cidade, com casas maiores e alguns sobrados, quase todos em estilo colonial. Duas igrejas destacam-se na paisagem: a primeira, bem ao centro da imagem, é a Igreja de São Gonçalo e à direita, é possível visualizar a torre da Igreja de São Thiago, anexa ao Palácio do Governo.

Para fazer os levantamentos necessários à obra do Campinho, o Estado destacou uma comissão de oito engenheiros. Em 1910 foram realizadas diversas desapropriações no entorno do local e finalmente, as obras iniciaram (Cf. ESPÍRITO SANTO, 1913). Luiz Serafim Derenzi ainda menino, morava nas imediações do Campinho e era filho de um dos técnicos encarregados da obra. Esse autor narra com detalhes o processo de aterramento.

O aterro do Campinho foi realizado em paralelo à reconstrução da Santa Casa de Misericórdia. Aquele antigo hospital erguido na gestão de Francisco Rubim, quase um século antes, foi inteiramente reconstruído durante o governo de Jeronymo Monteiro. Para a construção dos modernos pavilhões da Santa Casa, foram necessárias obras para aplainar e fazer a contenção da encosta sobre a qual eles seriam erguidos. Toda a terra extraída manualmente da Santa Casa era levada em carroças para o Campinho, trabalho que Derenzi classificou como um “esforço titânico que se despendeu naqueles meses revolucionários” (DERENZI, 1995, p. 160 – 161).

Foto 04 – Campinho ou Praça Moscoso em 1909



Campinho ou Praça Moscoso em 1909.

Fonte: Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1908 a 1912 pelo Exmo. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro presidente do estado durante o mesmo período.
Acervo: CE / BC / UFES

Após a conclusão do aterro e da drenagem, foi executado no local um projeto paisagístico que incluía jardins, lagos entre as alamedas, pontes e iluminação elétrica. Tornou-se a Praça do Moscoso o “mais belo e atraente logradouro público” de Vitória, segundo palavras de Jeronymo Monteiro (ESPÍRITO SANTO, 1913, p. 288). O local inclusive, passou a ser bastante cobiçado pelas elites para construção de novas residências.

A Praça Moscoso e seus novos frequentadores são apresentados na foto 05. O fotógrafo estava posicionado praticamente no mesmo local em que foi tomada a imagem de 1909. Em primeiro plano vemos um lago e dois pequenos chafarizes em forma de ganso fazem jorrar água na vertical. No centro do lago há uma ilha ajardinada, onde três homens vestidos com traje passeio completo, posam para o fotógrafo. Entre os homens está Antônio Ataíde.⁵³ É possível ver dois postes de luz – um à esquerda e outro à direita – e no canto direito estão uma ponte e um pequeno simulacro de ruína grega. Ao fundo, vemos a cidade. No centro destaca-se o grande edifício da Escola Modelo em estilo eclético, anexo ao Palácio do Governo. À direita está a Rua Caramuru, uma das ligações entre a Cidade Alta e aquela baixada.

O enquadramento da foto 05, ao contrário da foto 04, não inclui a Igreja de São Gonçalo, templo de feições coloniais⁵⁴, cujo orago de origem portuguesa, era bastante popular na antiga metrópole. É possível perceber também que muitas casinhas antigas desapareceram, permitindo melhor visualização do Palácio, sede do poder executivo.

Derenzi, ao elogiar o programa urbanístico de Jeronymo Monteiro para a capital do estado, justificou da seguinte forma a demanda por reformas e grandes obras:

No registro dos navegantes, o Porto de Vitória adquiria fama pela beleza panorâmica do canal de acesso e pelo perigo do contágio de epidemias mortíferas. A história demográfica da cidade está marcada, através dos séculos, por infortúnios dolorosos. Suas condições sanitárias não ofereciam resistência aos surtos das moléstias imigratórias e transmissíveis. Por muitas vezes, a letalidade atingiu cifras impressionantes, que as crônicas

⁵³ Conforme identificação de Mário Aristides Freire. Antônio Ataíde (1860 – 1945) era engenheiro e professor, foi prefeito de Vila Velha e por diversas vezes foi eleito deputado estadual (Cf. <http://www.morrodomoreno.com.br/materias/a-vida-de-antonio-athayde.html>).

⁵⁴ A Igreja de São Gonçalo ainda existe, mas sofreu uma reforma em 1929 que descaracterizou sua fachada.

Foto 05 – Campinho ou Praça Moscoso em maio de 1912, depois de concluídos os trabalhos de drenagem, aterro e ajardinamento



Fonte: Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1908 a 1912 pelo Exmo. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro presidente do estado durante o mesmo período.
Acervo: CE / BC / UFES

contam com cores melancólicas. Febre amarela, peste bubônica e varíola, em cidade pobre e sem defesa, exterminam populações.⁵⁵ As obras de saneamento são caras. Exigem recursos vultosos, técnicos e materiais. Jeronimo Monteiro presenciara a obra de Pereira Passos, Paulo de Frontin e Osvaldo Cruz, no Rio de Janeiro.⁵⁶ Não ignorava a transcendência do cometimento. Mas seu amor à terra o desafiava. Fossem quais fossem os sacrifícios, era preciso remir o labéu que conspurcava a salubridade climática da capital (DERENZI, 1995, p. 159).

No Rio de Janeiro, o prefeito Pereira Passos já havia sido encarregado em 1902 pelo Presidente Rodrigues Alves, de empreender uma drástica reforma urbana, jocosamente chamada pela população de “o bota-abaixo do Pereira Passos”, dado o elevado número de demolições impostas pela prefeitura. Ao analisar tal reforma, Pechman e Fritsch afirmam que o súbito adensamento populacional e o crescimento acelerado de aglomerados habitacionais como os cortiços, não eram movimento observado exclusivamente no Rio, mas em todas as grandes cidades importantes do mundo durante o século XIX. Paralelamente ao crescimento desordenado, o medo dos ciclos epidêmicos pairava tal como a espada de Dâmocles, suspensa sobre a cabeça do rei por um delicado fio (PECHMAN & FRITSCH, 1985, p. 140 – 142). Segundo os autores,

A percepção crescente de que a vida das cidades ameaçava paralisar-se em função da ocorrência frequente de epidemias criou as condições básicas para que médicos, engenheiros sanitários, políticos e autoridades governamentais se debruçassem na busca de soluções para o enfrentamento da questão da saúde pública. Desde logo tornou-se evidente que as cidades só poderiam se livrar das condições sanitárias adversas em que se encontravam, caso passassem por um processo de reforma em sua estrutura urbanística. Ou seja, o combate à insalubridade impunha a ordenação do espaço urbano, o disciplinamento de seus usos, o emprego de instrumentos de controle que pudessem regular a vida na cidade. Lutar contra a insalubridade implicava prevenir focos potenciais de enfermidade, que poderiam estar assentados nos mais diversos pontos da cidade [...]. Hábitos anti-higiênicos deveriam ser abandonados. Água encanada e rede de esgotos careciam ser instalados [...]. A higienização das cidades demandava a adoção de medidas tão amplas em seu tecido urbanístico que, no fim e ao cabo, saneá-las acabava por significar reformá-las em toda a sua amplitude. Livrar as cidades dos fantasmas das doenças era empresa que transcendia a competência do médico sanitário. Tratava-se em verdade, de replanejar as cidades, de escorá-las em novos fundamentos, de

⁵⁵ Sobre os surtos epidêmicos ao longo do século XIX no Espírito Santo, ver FRANCO, S. Cólera e surtos epidêmicos no oitocentos no Espírito Santo (1855 – 1856). In: FRANCO, S. *et alii* (org.). Uma história brasileira das doenças: volume 4. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p. 69 – 89. Sobre a febre amarela no estado ver FRANCO, S. A presença da febre amarela na Província do Espírito Santo no século XIX. In: FRANCO, S. *et alii* (org.). Uma história brasileira das doenças: volume 5. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 73 – 99.

⁵⁶ Não foram encontrados outros registros confirmando que Jeronimo tivesse de fato acompanhado presencialmente a grande reforma urbana empreendida na capital da República, durante a gestão do prefeito Pereira Passos (1902 – 1906).

submetê-las a novas formas de organização (PECHMAN & FRITSCH, 1985, p. 142).

Assim como o Rio de Janeiro havia passado até 1906 por uma reforma extremamente radical, ao assumir o governo em 1908, Jeronymo tencionou promover uma reforma com vistas ao saneamento e ao embelezamento de Vitória. No Espírito Santo não havia nomes de maior destaque na equipe responsável pelas obras, ao contrário da capital federal, onde a tríade formada pelo político Passos, o sanitarista Osvaldo Cruz e o engenheiro Frontin foi encarregada de tocar a reforma higienista.

O projeto capixaba no entanto, se inscrevia na fórmula sugerida por Pechman e Fritsch: uma ampla reforma urbanística, que incluía a criação de uma infraestrutura de saneamento básico, operacionalizada por uma equipe multidisciplinar. Uma característica de Jeronymo Monteiro – interessante, porém não inusitada, consoante sua formação acadêmica – era o fato de ele buscar respaldar com um caráter científico, decisões suas que poderiam parecer polêmicas ou gerar contestações. No caso do lançamento do esgoto na Baía, por exemplo, foi convocada uma “reunião de quase todos os médicos da cidade, convidados a dar seu parecer sobre o assunto, e foi amplamente discutida a questão, sendo por eles resolvido que podia o Governo consentir na escolha daquele local sem prejuízo para a saúde pública” (ESPÍRITO SANTO, 1913, p. 239).

A questão mais relevante trazida por Pechman e Fritsch no entanto, está relacionada às disputas político-ideológicas travadas em torno da construção do projeto de reforma urbana na capital federal. Para os autores, liberais, anarquistas, socialistas e positivistas posicionaram-se de formas inteiramente distintas quanto aos possíveis usos da cidade e sobre a prestação de serviços pelo Estado. A discussão em torno do combate às epidemias gerou um debate muito mais amplo sobre qual o tipo de cidade a ser erguida e sobretudo, a quem se destinava o gozo da cidade? A poucos? A muitos? Ou a todos? (Cf. PECHMAN & FRITSCH, 1985).

Nicolau Sevcenko confirma que o processo de “aburguesamento intensivo da paisagem carioca” (SEVCENKO, 2003, p. 47), não era isolado, mas antes, inspirado na remodelação urbana pela qual haviam passado no século anterior, Paris e outras capitais europeias. Para o autor, havia uma “pressão contínua para a ampliação do

mercado consumidor de produtos industrializados. [...] O crescimento da produção e da demanda abriram caminho para o desdobramento espacial do sistema capitalista [...]” (idem, p. 60).

Concomitantemente a essa expansão dos mercados consumidores, o autor afirma que surgiu uma nova forma de imperialismo, caracterizada pelo “*boom* de exportação de capitais europeus”, a partir de 1873, voltado para as antigas áreas coloniais. “Os capitais destinavam-se sobretudo a empréstimos governamentais e à instalação de uma infraestrutura de meios de comunicação, de transporte e de bens de capital destinados ao incremento das indústrias extrativas e ao beneficiamento de matérias-primas” (idem, p. 61).

Mas a Sevckenko interessam particularmente, as tensões sociais que permearam as transformações do espaço urbano e da mentalidade do carioca nos primórdios da República. O autor afirma que

Quatro princípios fundamentais regeram o transcurso dessa metamorfose: a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense (SEVCENKO, 2003, p. 43).

Esse historiador discorre sobre as nefastas relações e tensões surgidas entre uma burguesia excessivamente arrivista, que a todo custo busca apropriar-se de padrões estéticos ditados pela Europa – sobretudo França e Inglaterra – e uma imensa camada da população colocada inteiramente à margem de um possível crescimento econômico. Em paralelo ao desfile dos burgueses *chics* ou *smarts* por seu espaço-símbolo na cidade – a Avenida Central –, o Rio assistia ao inchamento populacional: empurrada pelas demolições nas áreas centrais da cidade, a população empobrecida se amontoava em moradias precárias, que se alastravam pelos morros e manguezais da cidade, ou ainda em antigos casarões que se transformavam em habitações coletivas – cortiços, casas de cômodos ou pensões – imundas e insalubres (idem).

De acordo com Sevcenko, o Rio de Janeiro abrigava um verdadeiro “inferno social”. Além das condições sub-humanas de moradia, a imensa população de excluídos estava sujeita ao desemprego ou às “profissões de miséria” – trapeiros, papaleiros, catadores de lixos e materiais diversos, caçadores de ratos, ledoras de mãos, tatuadores, entre outras. Como consequência de condições tão adversas de existência, desenvolveu-se largamente entre a população empobrecida do Rio de Janeiro, o que o autor chamou de “circo dos horrores”: mendicância, índices hoje considerados alarmantes de delinquência – inclusive infantil –, alcoolismo, loucura e suicídios. Ainda segundo Sevcenko, a polícia carioca agia duramente, prendendo e espancando quaisquer desviantes da ordem – mendigos e pobres em geral. Os internamentos em hospícios – inclusive por requisição policial – subiram de 77 em 1889 para 5.546 em 1898. Os casos de insurgência popular considerados mais graves implicavam a deportação dos envolvidos para o Acre (idem, p. 82 – 87).

Para Margareth Rago, o universo sanitarista vislumbrava “[...] privadas, esgotos, prostitutas, pobres, doentes, loucos e negros associados numa mesma operação simbólica” (RAGO, 2014, p. 223). A autora levanta a hipótese da desodorização da *urbs* como estratégia de controle social:

A intolerância aos cheiros fortes, aos fedores da cidade, às emanções fétidas exaladas pelos excrementos, lixos, multidões e a sedução pelo espaço oxigenado e perfumado acentuam-se progressivamente desde o final do século XVIII na Europa. A ascensão da burguesia e a imposição de sua hegemonia supõem a instituição de um novo imaginário social, de novas formas de percepção cultural e de uma nova sensibilidade. A cidade, nesse sentido, será lida a partir das novas concessões médicas e biológicas do determinismo físico e moral, que se colocam em oposição à visão mecanicista do pensamento das Luzes (RAGO, 2014, p. 222).

Para a autora, a desodorização dos espaços urbanos foi um artifício fundamental nesse momento de constituição de um mercado de trabalho livre, que influenciaria inclusive a demarcação dos espaços permitidos à circulação de cada grupo social (idem, p. 215). Logo, desodorização e higienismo social aqui, são faces de uma mesma moeda.

Em Vitória, Jeronymo Monteiro promoveu uma série de demolições de antigos imóveis coloniais – a Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia, por exemplo –, construiu e remodelou outros, conforme uma nova estética europeizante. O exemplo

máximo foi a reforma do antigo Colégio dos Jesuítas, imponente edifício de linhas austeras, subitamente transformado em um “palácio” de rebuscados traços ecléticos. O traçado colonial da cidade também foi redesenhado, com diversos aterros e alargamentos de ruas. No entanto, não há registros em sua documentação, nem na literatura, de que em Vitória o processo tenha sido tão sofrido quanto no Rio de Janeiro, com tamanhas tensões sociais.

O fato de não haver registros de grandes rebeliões populares ou situações extremas como o degredo interno de cidadãos, não invalida porém, o caráter excludente das reformas urbanas promovidas em Vitória durante a administração de Jeronymo Monteiro.

Retomo o exemplo das lavadeiras anteriormente apresentado. Ao tempo em que o Campinho era apenas um charco empestado de mosquitos, lá estavam elas a lavar as roupas em tinas, com água trazida das cercanias. Depois, aquelas roupas eram estendidas para secar ao sol, penduradas nas cercas de suas casinholas. As lavadeiras, seus companheiros e filhos circulavam livremente pelo Campinho, muitas vezes arriscando-se entre as grandes poças de água parada. Aterrado o Campinho e inaugurada a Praça do Moscoso, os antigos personagens daquele cenário foram suprimidos e as famílias da melhor sociedade vitoriense – expressão também muito utilizada pela imprensa da época – lá iam para fazer o *footing*.

Da Lavanderia do Moscoso, imagina-se que seria um espaço a ser usufruído pelas lavadeiras que mesmo após as desapropriações, permaneceram na região. Jeronymo no entanto, não quis associar a imagem de seu governo a mulheres empobrecidas, que precisavam trabalhar para custear o sustento da família. Antes de gerar conforto para as lavadeiras, a Lavanderia destinava-se na verdade, à proteção das famílias gradas, para que suas roupas não se contaminassem durante a lavagem com água de chafariz reutilizada ou com doenças que a própria lavadeira – ou sua casa considerada infecta – pudesse transmitir. As lavadeiras não eram portanto, aquilo a que chamamos hoje de “público-alvo” da nova lavanderia, mas sim, meras intermediárias. Assim é que, ao inaugurar a Lavanderia do Moscoso, os convidados são apenas aqueles que deveriam atestar suas boas condições de higiene e portanto, de modernização da cidade.

Quanto ao traçado urbanístico da capital capixaba, como já foi descrito anteriormente, assemelhava-se fortemente às cidades lusitanas. Tal identificação era favorecida pela própria geografia da Ilha, dividida em duas partes, alta e baixa. As ruas eram estreitas, enladeiradas, sinuosas, e quando muito, calçadas no estilo pé-de-moleque. A arquitetura das edificações também era referenciada na antiga metrópole, sendo a contiguidade das casas, uma de suas principais características.

A paisagem era dominada pelas inúmeras igrejas antigas.⁵⁷ Em cada beco ou escadaria, em cada ladeira, em cada adro de igreja estava “impressa” uma memória de um passado colonial que já não interessava às elites que comandavam a cidade. Assim, tudo o que era antigo – de feições coloniais – era considerado também atrasado e sobretudo insalubre, ou seja, representava um risco para a sobrevivência e o bem estar da coletividade. As imagens publicadas por Jeronymo Monteiro apresentam uma cisão muito acentuada entre a cidade do distante passado colonial e a cidade erguida consoante o princípio republicano modernizador.

Na cidade colonial, os habitantes eram pobres, usavam roupas desenxabidas, os homens de camisas de mangas dobradas, os meninos de calças acima do tornozelo. As mulheres usavam saiões e na cabeça, lenços. As casas eram velhas e coladas umas às outras, não permitiam a livre circulação do ar. A água empoçada pelas ruas e descampados atraía mosquitos e fazia exalar miasmas, responsabilizados pelo adoecimento da população.

Já a Vitória republicana ao contrário, era povoada por homens vestidos com traje passeio completo: calça social, paletó, colete e gravata. Um chapéu elegante também era acessório indispensável para bem compor o figurino. Sombrinhas protegiam as peles claras dos efeitos deletérios do sol escaldante. O uniforme escolar – conforme será discutido no próximo capítulo – e o militar também habilitavam o indivíduo a circular pelo progresso trazido para a cidade. São estes – e

⁵⁷ Em 1908 Vitória contava com nove igrejas e capelas: São Thiago (anexa ao antigo Colégio dos Jesuítas), São Gonçalo, Nossa Senhora da Misericórdia, Nossa Senhora da Vitória (Matriz), Nossa Senhora do Carmo ou Nossa Senhora Auxiliadora (anexa ao convento do mesmo nome), São Francisco (anexa ao convento do mesmo nome), Nossa Senhora do Rosário, Capela de Santa Luzia e Capela de Nossa Senhora das Neves.

somente estes – os indivíduos que estavam identificados com o novo projeto de cidade.

2.2.2 Segurança pública

Desde o princípio de seu mandato, Jeronymo Monteiro concentrou-se bastante também na organização da área de segurança no estado. A partir da reforma administrativa, Jeronymo promoveu a reorganização desse setor, por intermédio da criação de um departamento de segurança pública, coordenado pelo chefe de polícia.

De acordo com Patrícia Merlo e Carolina Veiga, a estruturação de uma força policial no Espírito Santo deu-se em 1835 e durante o século XIX, “a polícia e a justiça deveriam cuidar para a imposição da ordem dominante, instituindo comportamentos socialmente aceitos, afastando as manifestações sem controle e reprimindo as possibilidades de rebeldia dos segmentos mais ‘perigosos’ como escravos, libertos e acoitadores” (MERLO & VEIGA, 2014, p. 55).

Dentro da reestruturação administrativa implementada por Jeronymo Monteiro, foram aprovados um regulamento para a polícia civil e a criação dos cargos de médico legista e delegado auxiliar. O delegado deveria assessorar o chefe de polícia, sobretudo nos casos mais difíceis e delicados, podendo deslocar-se para diligências em todo o estado. Foi designado também um comissário de polícia marítima, incumbido tanto de fiscalizar o embarque e desembarque de passageiros no Porto de Vitória, quanto de defender a população da entrada de “malfeitores do mar, criminosos, indivíduos suspeitos, caftens, anarquistas, etc.” (ESPÍRITO SANTO, 1913, p. 142).

Entre as demandas colocadas para essa polícia no início do século XX, Merlo e Veiga destacam que

Fazia parte da atividade policial diária reprimir os comportamentos considerados transgressores, a fim de manter a ordem pública e os bons costumes. O serviço desses policiais passava pelo anseio de modernização, pois era necessário dar conta da nova realidade urbana. Era preciso monitorar a cidade e manter a ordem, conter mendigos de rua e vadios,

prostitutas e pobres urbanos que já habitavam a cidade e que também se envolviam com jogos proibidos, álcool e pequenos furtos (MERLO & VEIGA, 2014, p.75).

Quanto ao Corpo Militar de Polícia, Jeronymo diz ter dedicado especial atenção a aquela força, especialmente no que tange às instalações do Quartel de Vitória.⁵⁸ A construção era grandiosa para os padrões de Vitória no início do século XX, e chamava atenção por seu telhado circundado por ameias e merlões, que o fazia assemelhar-se a uma fortificação medieval. O prédio em forma de quadra, contava com espessas paredes de pedra e dezoito janelas de frente (Foto 06).

Todavia o terreno era alagadiço e não oferecia uma base sólida para o imponente edifício, todo em pedra. As paredes, o vigamento e a cobertura de telhas francesas ameaçavam ruir. Ao tempo das chuvas, a água chegava a subir meio metro no lado de dentro do prédio, o que além de abalar ainda mais as estruturas da construção, fazia com que o local se tornasse um “campo de cultura de miasmas que ameaçavam permanentemente e alteravam a saúde das pessoas que se viam forçadas a ali permanecer” (ESPÍRITO SANTO, 1913, p. 143). Jeronymo chegou inclusive a relatar que havia no Quartel, um foco de beribéri⁵⁹ que dizimava a força que lá se alojava.

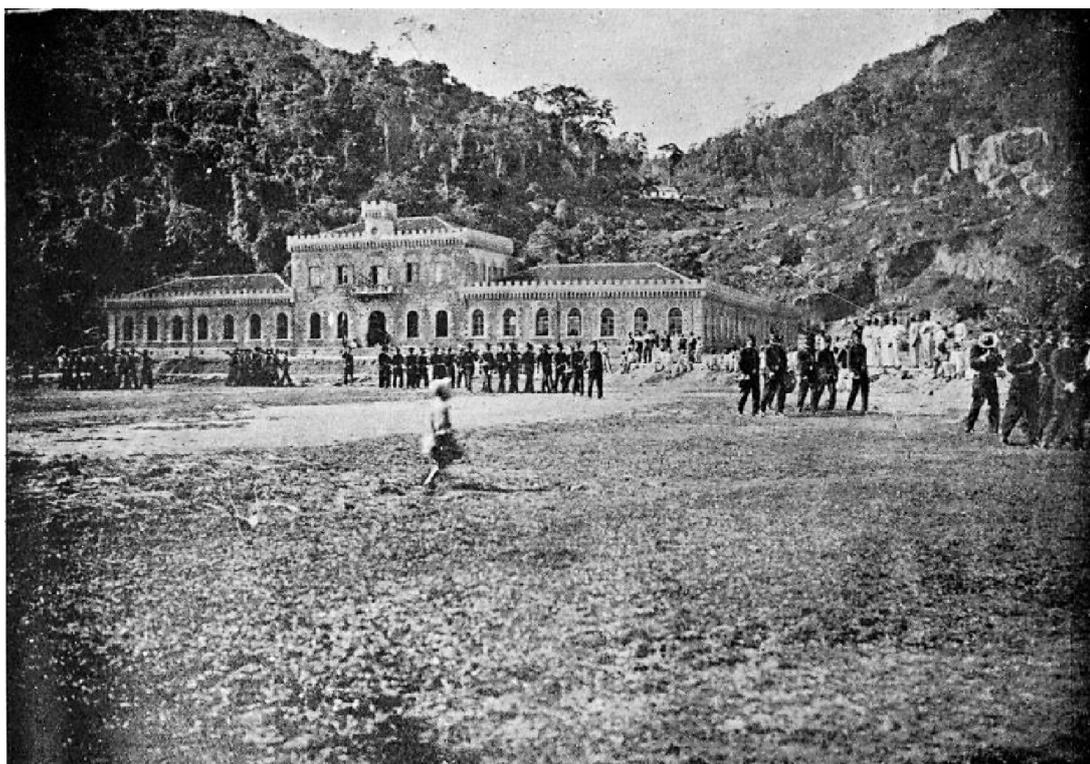
Em sua mensagem final, Jeronymo dedicou algumas páginas e diversas imagens às obras realizadas no faustoso prédio do Quartel de Polícia. Apesar de considerar o edifício moderno e de vastas proporções, o presidente por várias vezes afirmou que o mesmo apresentava “defeitos graves na construção” e se constituía num “foco perigoso e permanente de infecções” (idem, p. 142).⁶⁰ Também por diversas vezes ele afirmou que os gastos com os constantes reparos eram elevados e que mesmo considerando o alto custo para o estado, procedeu à reforma estrutural no prédio a fim de evitar sua completa ruína. Percebe-se na fala de Jeronymo, uma crítica polida

⁵⁸ O antigo Quartel de Polícia localizava-se nas imediações do Mangal do Campinho, ao sopé do Morro da Fonte Grande. O prédio foi demolido em 1956 e atualmente no local funciona uma unidade do SESC (Serviço Social do Comércio), na Praça Misael Pena, Centro de Vitória.

⁵⁹ Hoje sabe-se que o beribéri é uma doença causada pelo déficit de tiamina (vitamina B1), ou seja, está diretamente relacionada a estados de carência nutricional. No início do século XX, quando ainda não estavam descobertas as vitaminas, havia uma grande controvérsia no meio científico sobre a etiologia do beribéri. No Brasil, predominava ainda a concepção miasmática, que relacionava a doença à exposição do indivíduo aos odores pestilentos derivados de matéria putrefata e às demais condições precárias de higiene (Cf. COSTA, C., 2015).

⁶⁰ Sobre as estratégias adotadas na administração Monteiro para combater o possível “foco” de beribéri no antigo Quartel de Polícia de Vitória, ver COSTA, C. (2015).

Foto 06 – Quartel Central de Polícia (Desfile da Força)



Quartel Central da Polícia. (Desfile da força).

Fonte: Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1908 a 1912 pelo Exmo. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro presidente do estado durante o mesmo período.
Acervo: CE / BC / UFES

e velada a seu mais ferrenho adversário político: o Quartel fora construído na década anterior, no primeiro mandato de Moniz Freire à frente do executivo estadual.

Obras estruturais de drenagem e aterro foram realizadas no Quartel de Vitória, tanto no prédio quanto em seu entorno. Com relação à drenagem e calçamento, Jeronymo fez questão de ressaltar que estas não oneraram grandemente os cofres do estado, uma vez que teriam sido realizadas “espontaneamente” por sentenciados da Justiça⁶¹, a troco de uma “módica remuneração” (idem, ibidem). O assoalho e telhado foram trocados e o vigamento, reforçado. Durante as reformas, o Quartel foi dotado dos serviços de energia elétrica, água e esgotamento sanitário. Também foram reformados a cozinha e o refeitório, e construídos banheiros destinados aos oficiais e aos praças.

Além das obras no Quartel, o estado adquiriu mobiliário novo para o prédio, fardamento e especialmente armas e munição para os policiais: 300 carabinas Mauser e 40.000 cartuchos, além de 280 pistolas Mauser e revólveres Smith & Wesson com a respectiva munição, estas últimas destinadas ao policiamento urbano. Segundo o presidente do estado, “ficou assim bem municada e provida a nossa polícia” (idem, p. 145). Uma casa forte em cimento armado foi construída para abrigar em segurança todo esse armamento.

Em relação à segurança pública – assim como agiu na área de instrução – Jeronymo Monteiro foi buscar em São Paulo a inspiração necessária para reorganizar o setor. Um oficial e um “inferior” (que logo depois se tornaria primeiro tenente) foram enviados a São Paulo “a fim de se instruírem na disciplina e nos bons ensinamentos da polícia daquele estado que é incontestavelmente, o melhor modelo no Brasil, e adaptarem-no depois entre nós” (idem, ibidem). O documento afirma que ambos foram muito bem recebidos pela força paulista e que na volta, obtiveram “bons resultados” ao multiplicar os conhecimentos adquiridos. Diversos cursos foram

⁶¹ Alexander Jabert diz que há “motivos para suspeitar de que a vida dos presos capixabas não era aparentemente tão ruim”, pois até 1908, os relatórios da justiça informam que muito “presos” circulavam livremente pelas ruas de Vitória. Havia o caso inclusive de um sentenciado que era o responsável pela jardinagem do Palácio do Governo. Durante anos a justiça clamou pelo recolhimento dos presos à cadeia pública, ação que segundo esse autor, só foi empreendida por Jeronymo Monteiro, após a reforma do Quartel (JABERT, 2005, p. 703 – 704).

ofertados aos integrantes da força policial: desde esgrima (obrigatório), até língua portuguesa.

Por fim, Jeronymo criou o que chamou de “regalias” para os policiais: aumentou os vencimentos, tornou vitalício o cargo de capitão, e criou ainda uma caixa beneficente a fim de amparar as famílias de policiais falecidos.

Retomando a questão da influência exercida por São Paulo na administração do Espírito Santo, ela se fez presente também na área de segurança pública. O modelo binário de polícia adotado no estado era paulista em sua origem. Marcelo Martins esclarece que na Primeira República, a polícia de São Paulo era subdividida em duas. À polícia judicial, gerenciada por bacharéis nomeados e promovidos por meio de apadrinhamentos, cabiam os inquéritos enquanto que a outra constituía uma força militarizada, encarregada do policiamento (MARTINS, 2011, p. 252).

Ao estudar a modernização da polícia paulista no alvorecer da República, Martins afirma que a reforma da instituição policial remanescente do Império, bem como a ampliação de seu contingente, se deu a partir de uma necessidade por parte das elites, de estabelecer processos de controle social da população:

Num momento específico da nossa história, em que se promovia uma imigração em massa para atender aos interesses dos cafeicultores e a economia vivia crises internas, a polícia aparece como uma mediadora importante dessa integração conflituosa, entre as expectativas nutridas pelas classes dominantes e aqueles que para sobreviver, trocavam sua força de trabalho por um salário. Uma frase do governador Campos Salles (1841 – 1913) expressa bem essa preocupação: ‘uma boa polícia é condição de um bom governo’. Para Campos Salles e seus pares, o projeto de modernidade e progresso da nação dependia fundamentalmente da manutenção da ordem. Só assim o trabalho poderia se transformar em riqueza (MARTINS, 2011, p. 253).

Ainda segundo Martins, de início, a ampliação do efetivo policial foi alvo de descontentamento popular e de críticas por parte da imprensa, dada a violência e despreparo dos novos contratados. Paulatinamente, as polícias de São Paulo foram sofrendo reformulações – embora os delegados continuassem a ser indicados por critérios políticos – e o passo definitivo em direção à profissionalização foi dado pelo Presidente Jorge Tibiriçá, a quem Jeronymo Monteiro tinha visitado no interstício entre sua eleição e posse no governo do Espírito Santo. Tibiriçá contratou uma

“missão militar francesa”, que veio treinar a força paulista, transformando-a em um exército com mais de 14 mil homens devidamente armados, com o qual “São Paulo pretendia afirmar sua posição perante os demais estados, afastando qualquer ameaça de intervenção federal. Era uma decisão política, visando o plano nacional. [...] Na prática, Tibiriçá construiu uma polícia remunerada e bem estruturada, afinada com um projeto político” (idem, p. 254 – 255).

Ao encerrar o capítulo de seu relatório final de governo que trata da temática da segurança pública, Jeronymo Monteiro agradeceu de modo muito especial, a parceria estabelecida juntamente às polícias:

[...] aprez-me consignar o meu louvor e o meu agradecimento mais vivo e sincero à Força Pública e à Polícia Civil do Estado, que tanto se mostraram dedicadas ao serviço e dignas da elevada função de que as incumbi. Isentas de paixões oriundas de interesses pessoais ou políticos, elas souberam cumprir com imparcialidade, exatidão e energia, os seus deveres durante todo o meu período governamental, não lhes cabendo a responsabilidade pela impunidade que possa ter havido em qualquer fato delituoso. Auxiliando-se mutuamente, sempre ligadas pela mais louvável harmonia e solidariedade, quando não conseguiram evitar quaisquer perturbações da ordem pública, puderam restabelecê-la com prontidão e energia todas as vezes que foi subvertida: garantiam em toda a sua plenitude o uso de todos os direitos e liberdades, impedindo e reprimindo os abusos e efetuando a captura dos delinquentes, para entregá-los à ação da justiça (ESPÍRITO SANTO, 1913, p. 149).

Sobre essa pretensa isenção das forças policiais em relação ao processo político regional, Robert Reiner afirma que é comum que ele seja invocado, sobretudo por parte da própria classe policial, a título de neutralidade. O autor no entanto, considera tal concepção indefensável, pois restringe o conceito de política unicamente a conflitos partidários, quando na verdade,

[...] todos os relacionamentos que têm uma dimensão de poder são políticos. Nesse sentido, a polícia é, inerentemente e sem escapatória, política [...] seu papel específico na aplicação das leis e na manutenção da ordem é o de especialista em coerção. A arte do policiamento bem sucedido é ser capaz de minimizar o uso da força, mas esta permanece como o recurso especializado da polícia, seu papel distintivo na ordem política. Nesse sentido, a polícia está no coração do funcionamento do Estado [...]. É necessário que se faça uma distinção entre o partidarismo como propósito e o partidarismo como impacto. Numa sociedade que é dividida em classes, etnias, gênero e outras dimensões de desigualdade, o impacto das leis, mesmo quando formuladas e aplicadas de forma imparcial e universal, vai reproduzir tais divisões. Este é o ponto contido no famoso aforismo de Anatole France ‘a lei, em sua majestática igualdade, proíbe tanto o rico como o pobre de dormir sob as pontes, de mendigar nas ruas e de roubar o

pão'. Na prática, é claro, as desigualdades do poder social provavelmente têm um impacto nos procedimentos de legislação e de administração da justiça, de tal forma que a própria lei pode se afastar da imparcialidade formal. Por estes dois motivos, o impacto da lei e sua aplicação em uma sociedade desigual vão ser objetivamente políticos, até mesmo no sentido mais limitado de partidarismo, favorecendo alguns grupos às custas de outros (REINER, 2004, p. 28 – 29).

Para Reiner, o policiamento é uma forma de controle social exercida em todo tipo de situação em que há um potencial de conflito ou ameaça à ordem, seja ela consensualmente pactuada, imposta por meio de opressão ou ambas as situações. Embora o policiamento, atividade destinada à manutenção da ordem social, seja praticamente universal, as corporações policiais especializadas e profissionalizadas, às quais foi atribuída formalmente a incumbência de zelar pela segurança, inclusive com legitimação da força, estão presentes apenas em sociedades relativamente complexas. O autor diz ainda que “em si, a polícia desenvolveu-se como uma instituição chave nas sociedades modernas, sendo um dos aspectos do surgimento das modernas formas de Estado” (idem, p. 27).

No Espírito Santo, ao promover uma reorganização de ordem administrativa, material e social da polícia capixaba, Jeronymo Monteiro estava na verdade, cercado-se de uma força militarizada que lhe seria leal nos principais conflitos políticos nos quais se envolveria durante e após sua gestão à frente do executivo estadual.⁶² Na própria mensagem final ao Congresso Legislativo, Jeronymo chegou a fazer referência à necessidade de intervenção policial (inclusive com apoio federal) à época da escolha de seu sucessor e dos novos representantes do estado no Congresso Nacional (ESPÍRITO SANTO, 1913, p. 149 – 150).

Além desse episódio de fundo político-partidário, outros dois eventos considerados dignos de nota por Jeronymo em sua mensagem final também eram de natureza política em sentido lato. Ambos os episódios referiam-se a greves de trabalhadores: a primeira, deflagrada por ferroviários que atuavam na construção da Estrada de Ferro Leopoldina em Cachoeiro de Itapemirim e, de outra feita, estivadores do Porto de Vitória. No episódio de Cachoeiro, sucedido em 1908, Jeronymo relata que os

⁶² Sobre a disputa acerca da sucessão estadual em 1916 que culminou com o episódio conhecido como a “Revolta de Xandoca”, ver BOU-HABIB FILHO (2007). Sobre o embate envolvendo Jeronymo em oposição a seu irmão Bernardino Monteiro, durante o processo de sucessão em 1920, ver VASCONCELLOS (1995).

maiores obstáculos para solucionar a questão foram o reduzido efetivo de policiais e a dificuldade de acesso à cidade, visto que a estrada de ferro ainda não estava concluída. Para debelar o movimento paredista, o estado se socorreu do governo federal, solicitando tropas a fim de forçar o retorno dos trabalhadores à construção (idem, p. 149).

Em verdade, por diversas vezes em sua documentação, Jeronymo é enfático ao defender a boa índole dos capixabas e minimizar as situações delituosas que envolviam a população em geral e que demandavam intervenção policial. Em sua mensagem ao Legislativo em 1908, por exemplo, o presidente afirmava:

No estado, em todas as localidades, reina inteira paz e a mais perfeita tranquilidade. As pequenas ocorrências perturbadoras da ordem pública receberam pronta atenção da autoridade e, desse modo, foram prevenidas quaisquer desagradáveis consequências. Para isso muito concorrem sem dúvida, o espírito de ordem e o sentimento de respeito e submissão à lei e à autoridade, tão nobres predicados do povo espiritosantense (ESPÍRITO SANTO, 1908, p. 08 – 09).

É importante salientar que tais observações sobre o clima de “perfeita tranquilidade” e “inteira paz” reinantes no estado, foram tecidas quase que *pari passu* ao processo de reorganização do setor de segurança pública estadual, que demandou a ampliação do efetivo policial, o aumento expressivo de gastos com as obras de reforma do Quartel de Vitória, cadeias do interior e penitenciária de Cachoeiro de Itapemirim, além da renovação do armamento da Força Policial. Conforme mencionado anteriormente, foi também durante essa reforma administrativa que Jeronymo criou novos cargos comissionados de delegado de polícia, com a incumbência de realizar diligências, inclusive no interior do estado.

Para Victor Nunes Leal, a relação existente entre o aparato policial e o sistema coronelista brasileiro da Primeira República era bastante direta. Leal vislumbra as figuras do delegado e subdelegado de polícia como peças de suma importância nos arranjos políticos locais. A nomeação do delegado, embora fosse atribuição do governante, era feita em acordo com as lideranças locais, visto que o delegado tinha poderes suficientes para favorecer ou embaraçar interesses e ações de aliados ou de adversários. Ao compactuar com a perseguição aos oposicionistas, o delegado representava, segundo Leal, uma “contribuição do governo estadual à consolidação

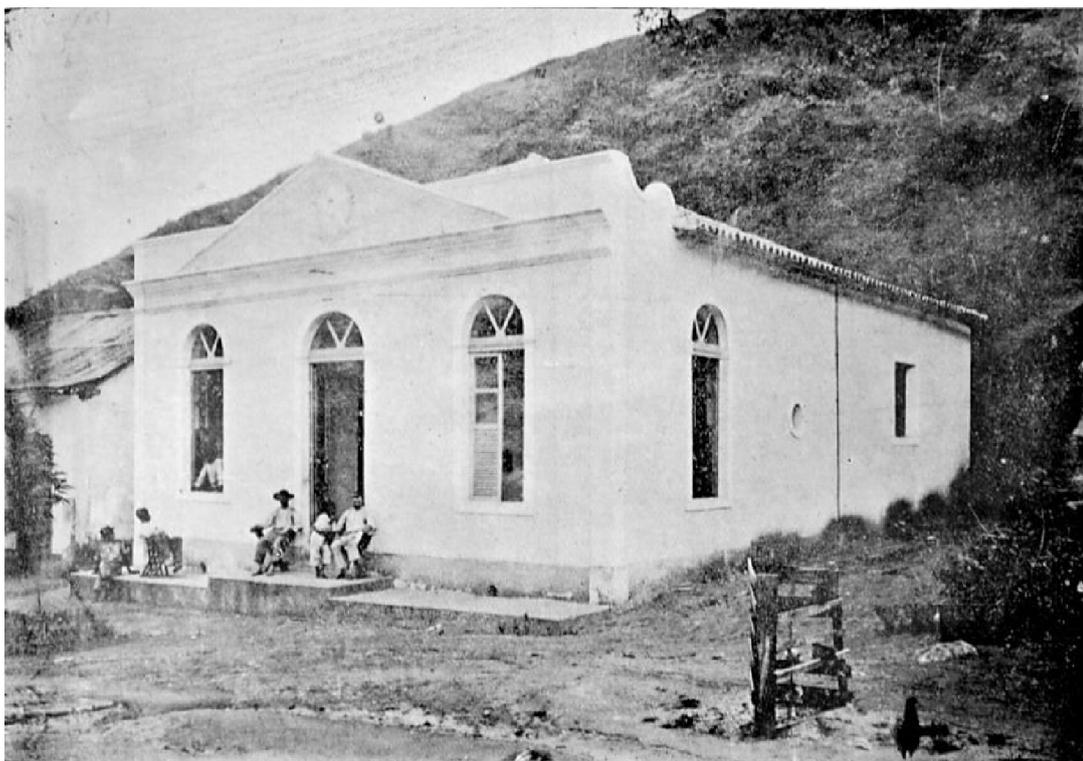
do prestígio dos seus correligionários no município. Mas nada disso via de regra, se compara a esse trunfo decisivo: pôr a polícia do Estado sob as ordens do chefe situacionista local” (LEAL, 2012, p. 66). O autor nota ainda a função policial exercida, oficialmente ou não, pelos coronéis e que eventualmente se efetivava com o auxílio de agregados e capangas. Leal também observa de passagem, a relevância do papel exercido pela capangagem e que esta foi reduzida pelo “desenvolvimento da polícia, que não raro faz as suas vezes” (idem, p. 46 e 244).

Diante das falas de Leal (2012) e Reiner (2004), foi possível (re)interpretar um subconjunto de fotografias que integram o capítulo sobre segurança pública na mensagem final de Jeronymo Monteiro. São oito fotos de edificações destinadas à segurança pública no estado – excetuadas as fotos do Quartel de Vitória. Podem ser agrupadas nesse subconjunto, as imagens da construção do edifício da segurança pública em Vitória, construção da penitenciária de Cachoeiro de Itapemirim, cadeia pública do Arraial de Castelo, cadeia pública do Arraial de São João de Muquy, cadeia pública de Cachoeiro de Itapemirim, cadeia de São Pedro de Itabapoana (obra) e cadeia pública de Cachoeiro de Santa Leopoldina.

A imagem da cadeia de Cachoeiro de Santa Leopoldina⁶³ é bastante emblemática. Na foto 07, em primeiro plano há uma pequena construção térrea, com uma porta e duas janelas na fachada. A janela à direita está entreaberta, e tem vidros na parte superior e venezianas na parte inferior. A outra janela está completamente aberta e nela encontra-se um homem debruçado. A porta da frente também está entreaberta e na lateral direita do prédio, há uma outra janela aberta, um óculo e uma nova janela menor, também aberta. A edificação está localizada logo abaixo de uma pequena montanha e ao lado de uma outra casa de construção mais simples. À frente da cadeia vemos quatro homens e uma criança. Os adultos estão dispostos livremente no canto esquerdo da foto: o primeiro está sentado na calçada e olha para os demais; o segundo homem está logo a seu lado, sentado de forma despojada

⁶³ Cachoeiro de Santa Leopoldina (atual município de Santa Leopoldina), localizado às margens do Rio Santa Maria, ganhou importância com o incremento das lavouras cafeeiras no Espírito Santo nas últimas décadas do século XIX. Naquela localidade havia um porto fluvial, onde a produção chegava carregada por tropas de burros e o café era então embarcado em canoas rumo ao Porto de Vitória, distante cerca de 60 km, rio abaixo. A cidade tornou-se um rico entreposto comercial e só entrou em decadência após a introdução das estradas de rodagem e utilização de veículos automotores como meio de transporte preferencial para o escoamento do café (Cf. COSTA, J., 1982).

Foto 07 – Cadeia pública de Cachoeiro de Santa Leopoldina, construída em 1912



Cadeia Publica de Cachoeiro de Santa Leopoldina, construida em 1912.

Fonte: Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1908 a 1912 pelo Exmo. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro presidente do estado durante o mesmo período.
Acervo: CE / BC / UFES

em um banco; os outros dois homens estão sentados no mesmo tipo de banco e ladeiam a porta da frente da cadeia. O menino posiciona-se exatamente à frente da porta entreaberta e está levemente reclinado, apoiando-se sobre o braço do quarto homem. No canto inferior direito, há uma muda de árvore cercada e uma galinha.

Mesmo que não existam grades visíveis, as janelas e a porta estejam abertas, adultos, crianças e animais circulem livremente pelo local, a cadeia é um emblema da presença do Estado. A cadeia era por excelência, um espaço de controle social, *locus* do exercício de poder coercitivo representado pela polícia e pelo delegado.

Embora o corpo do documento faça referência também à reforma da cadeia de Viana e à construção de novas cadeias em Linhares e Afonso Cláudio, as fotografias – à exceção da capital e de Santa Leopoldina – mostram somente as cadeias criadas no Sul do Espírito Santo. Em Cachoeiro de Itapemirim, o berço do clã Monteiro inclusive, são mostradas imagens da cadeia pública e de uma penitenciária em construção, algo que não havia nem mesmo na capital, Vitória.

Nitidamente, o que preocupa Jeronymo não é a criminalidade ordinária, os crimes contra a vida, a honra ou contra o patrimônio. O que o preocupa fortemente são as perturbações da ordem pública, mormente a manutenção da ordem política no Espírito Santo. Através dessas imagens, Jeronymo não só visibiliza, como reafirma a presença armada do Estado nos redutos eleitorais da família Monteiro.

CAPÍTULO 3

Imagens da instrução pública no Espírito Santo na Primeira República – Entre rupturas e heranças

*“No semicírculo das cadeiras
Nota-se um certo movimento.
As crianças trocam de lugar,
Mas sem barulho: é um retrato.
Vinte anos é um grande tempo.
Modela qualquer imagem.”*

(Carlos Drummond de Andrade)

3. IMAGENS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO ESPÍRITO SANTO NA PRIMEIRA REPÚBLICA – ENTRE RUPTURAS E HERANÇAS

Durante todo seu mandato como presidente do Espírito Santo, Jeronymo Monteiro externou vivamente seu entusiasmo pela educação – no sentido definido por Jorge Nagle (2009). Em suas preleções endereçadas ao Legislativo, Jeronymo procurava sensibilizar os parlamentares para a relevância da destinação de recursos para a instrução, imprimindo um conceito de investimento aos gastos públicos na área.

Jeronymo não costumava esmiuçar dados numéricos para evidenciar os resultados planejados ou os alcançados, mas sim, privilegiava um discurso de caráter otimista, elevado por vezes às raias do exagero. Exaltava ele mesmo, seu empenho em destinar recursos a fim de promover um crescimento quantitativo e qualitativo na área da educação.

Já em 1908, meses após sua posse, Jeronymo relatava ao Legislativo:

Esta reforma introduzida num estreitíssimo período de dois meses tem encontrado a melhor aceitação do público, constituindo as novas escolas o centro de atração e de convergência da população infantil de nossa capital. A elas têm ocorrido hoje até mesmo as crianças afastadas das antigas escolas, pela nenhuma confiança que o ensino aí ministrado inspirava aos seus progenitores, que de preferência, as entregavam aos cuidados dos professores particulares existentes. O aumento da matrícula e, sobretudo da frequência escolar, sofreu uma benéfica e extraordinária modificação (ESPÍRITO SANTO, 1908, p. 20 – 21).

De acordo com o documento mencionado acima, os alunos matriculados nas escolas primárias de Vitória e arredores totalizavam 932, sendo a frequência média de 867. Antes da reforma, os matriculados estavam reduzidos a 710, enquanto que apenas 572 alunos eram frequentes (idem, p. 21).

A Mensagem de 1909 reafirmava os “benéficos resultados” da reforma levada a efeito no ano anterior, identificando um “movimento animador”, tanto em relação à matrícula, quanto à frequência: “nos alunos percebe-se grande contentamento e

amor à escola, além da boa disposição que mostram pelo estudo” (ESPÍRITO SANTO, 1909, p. 14 – 15). Nesse ano, Jeronymo apresenta dados de abrangência estadual, dizendo apenas que “no Estado existem atualmente 134 escolas, com matrícula de 4.525 alunos e com a frequência média de 3.432” (idem, p. 15).

Já em 1910, o presidente identificava alguns dos fatores aos quais atribuiu o número crescente de matrículas: “os bons resultados do novo método e da atual organização do ensino no Estado, são a cada passo testemunhados não só pelos pais dos alunos, como por todos os que de ânimo desapaixonado, se dão ao pequeno trabalho de os observar nas nossas escolas” (ESPÍRITO SANTO, 1910, p. 22).

Não obstante Jeronymo clamasse por uma hipotética isenção política na análise dos poucos dados apresentados – para que o fizessem os de “ânimo desapaixonado” –, parece ele mesmo ter sido tomado de intensa paixão pela causa, visto que majorava a relevância dos dados estatísticos. Na página anterior do documento, o Presidente já havia afirmado que naquele ano, o estado contava com 219 escolas providas, totalizando 5.049 matrículas e 3.773 alunos frequentes.

Ainda segundo a Mensagem de 1910, o recenseamento da população no ano 1900 apontara 209.000 habitantes para o Espírito Santo, o que indicava que cerca 2,5% dos habitantes estavam matriculados, enquanto quase 2% da população efetivamente frequentavam os bancos escolares. Supunha também o documento, que “a população escolar comumente, não excede da quarta parte da população total de um estado”, e que portanto, os alunos matriculados representavam quase 10%, sendo cerca de 7% os frequentes, a se contabilizar uma população presumida de 52.245 crianças (idem, p. 21).

Em seu último ano de mandato, Jeronymo apresentou os seguintes números: 271 escolas existentes – sendo apenas 173 providas – com 7.340 alunos matriculados e sem qualquer menção à frequência (ESPÍRITO SANTO, 1913, p. 60). É justamente na Mensagem de 1912, que Jeronymo expressa da forma mais superlativa sua auto-avaliação dos resultados da reforma educacional por ele empreendida:

Graças ao trabalho do Governo e à nova organização do ensino, a escola presentemente deixou de ser o terror das crianças, a toda hora lembrada como um lugar de sofrimentos e privações, para transformar-se no Éden, desejado e querido, onde a mocidade vai feliz e contente formar o coração, o espírito e o corpo para bem servir à sociedade e à Pátria (ESPÍRITO SANTO, 1913, p. 67 – 68).

O que posso destacar de louvável no discurso de Jeronymo são dois pontos: uma certa preocupação com o envolvimento das famílias no processo educacional e o cuidado em atrair crianças e jovens para a escola, procurando demonstrar todo empenho em transformá-la em um ambiente agradável e prazeroso.

Após tais considerações iniciais, propus aqui uma reflexão sobre as imagens escolhidas por Jeronymo Monteiro para representar o trabalho por ele desenvolvido na área da instrução pública entre os anos 1908 e 1912 a fim de transformar a escola em um espaço que ele considerava “edênico”. Como era aquele “Éden” e os personagens que poderiam dele desfrutar?

Dividi as fotografias escolares constantes na Mensagem de 1912 em três subconjuntos, a fim de analisar especialmente de que forma eram mostrados os alunos das escolas primárias e normalistas; os espaços das salas de aula onde se desenvolveu o processo educacional e a seguir, faço também uma discussão sobre a realização de festas cívicas como uma estratégia importante para a consolidação do projeto educacional republicano.

3.1 Os sujeitos da educação

*“Os antigos retratos de parede
não conseguem ficar longo tempo abstratos.
Às vezes os seus olhos te fixam, obstinados
porque eles nunca se desumanizam de todo.”*

(Mário Quintana)

Nesta seção trabalhei com um subconjunto de quinze fotografias a que denominei “grupos de alunos”⁶⁴, visto que se constituíam em fotos posadas de alunos do curso

⁶⁴ A maior parte de tais imagens está identificada na legenda meramente como “grupo de alunos”, o nome da escola e ano da foto.

primário e/ou normalistas em frente ou na lateral das respectivas escolas⁶⁵, sem identificação de um evento especial. Fazem parte deste subconjunto fotos das seguintes instituições: Escola Modelo, Escola Normal, Escola da Villa Rubim, Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, Instituto de Bellas Artes e Ginásio Espírito Santo – todos em Vitória. De outros municípios do estado estão representadas: Escola de Anchieta, Escola de Guarapary, Escola de Fundão, Escola de Boa Família, Escola da Villa do Alegre, Escola de Boa Vista e Colégio do Divino Espírito Santo.

Os sujeitos da história da educação, para Luz Elena Lafarga, são as meninas e os meninos de outrora, que têm sido esquecidos pelos historiadores e podem ser reencontrados através dessa “maravillosa ventana del tiempo que son las imágenes de ayer” (LAFARGA, 2012, p. 193).

De acordo com Rosa Fátima de Souza, a fotografia de grupos de alunos tornou-se popular no país durante o século XX:

A disseminação desse tipo de imagem consagrou uma representação simbólica da vida escolar. Ser aluno é ser integrante de uma classe. Assim a identidade individual projeta-se na identidade do grupo. Desde o final do século XIX, a classe tornou-se a unidade fundamental da organização pedagógica da escola primária, expressando um critério de classificação dos grupos e de identidade coletiva. [...] As crianças transformadas em alunos [...] são tratadas como sujeito coletivo dissolvidas e reconhecidas pelos padrões preestabelecidos de condutas apropriadas. A categoria que despersonaliza enseja a homogeneização, o tratamento de todos os alunos como um só (SOUZA, 2009, p. 317).

Apesar dessa pretensa homogeneização dos grupos de alunos, as imagens denunciam amiúde, a diversidade existente no interior do próprio grupo, e especialmente, as desigualdades entre os grupos de diferentes escolas e localidades.

As fotos 08 e 09 retratam alunas da Escola Normal, localizada no Centro de Vitória, ao lado do Palácio Anchieta – sede do executivo estadual e residência do presidente.

⁶⁵ A única fotografia deste subconjunto realizada no interior do edifício escolar, refere-se ao Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (Colégio do Carmo), em 1912. Segundo Franco, no Carmo, apesar de as alunas internas e externas estudarem juntas, eram proibidas de conversar e até mesmo o recreio era feito em espaços distintos, para restringir o contato das internas com o mundo externo (FRANCO, 2001, p. 245). Portanto, é provável que as freiras que dirigiam aquela instituição limitassem ao máximo as saídas das alunas durante os dias letivos.

Foto 08 – Grupo de normalistas e alunas da Escola Modelo que em comissão foram ao Palácio cumprimentar o Presidente do Estado no 1º aniversário de seu governo.



Grupo de normalistas e alunas da Escola Modelo que em comissão foram a Palacio cumprimentar o Presidente do Estado, no 1º aniversario de seu Governo.

Fonte: Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1908 a 1912 pelo Exmo. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro presidente do estado durante o mesmo período.

Acervo: CE / BC / UFES

Foto 09 – Escola Normal (grupo de alunas tendo ao lado o Dr. Deocleciano de Oliveira, Inspetor Geral do Ensino e Diretor da Escola).



Escola Normal (Grupo de alunas, tendo ao lado o dr. Deocleciano de Oliveira, Inspetor Geral do Ensino e Director da Escola).

Fonte: Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1908 a 1912 pelo Exmo. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro presidente do estado durante o mesmo período.
Acervo: CE / BC / UFES

A foto 08 foi tirada por ocasião do primeiro aniversário do mandato de Jeronymo Monteiro – maio de 1909 – e apresenta dois grupos de estudantes. À frente, na primeira fila, estão sentadas nove alunas da Escola Modelo e mais uma aluna, de pé. Logo atrás, outro grupo formado por onze normalistas, está de pé, ladeado por mais três alunas da Escola Modelo à esquerda e outras cinco à direita. Todas as alunas da Escola Modelo e ainda, três normalistas carregam buquês de flores. Todas estão uniformizadas; no entanto, é possível perceber diferenças entre os calçados (botas), meias, saias e gravatas. Também os penteados são inteiramente distintos, sendo os adornos de cabelo (laços e tiaras) mais utilizados pelas meninas do curso primário, enquanto as normalistas davam preferência ao cabelo preso em coque atrás da cabeça.

As alunas estão reunidas no pátio da Escola Normal, cujo prédio é visto ao fundo. Nas laterais podemos ver parte da folhagem das grandes árvores do pátio. Parados numa porta aberta bem ao fundo da imagem, à direita, dois homens observam a cena de longe.

Quanto à foto 09, ela foi tirada posteriormente à 08, visto que Deocleciano de Oliveira assumiu a Inspeção Geral de Ensino em janeiro de 1910. Esta imagem traz o Professor Deocleciano de pé, vestindo traje passeio completo – calça social, paletó, colete e gravata – ao lado de um grupo de dez normalistas – cinco moças de pé e cinco sentadas logo à frente. O grupo está em frente à Escola Normal, da qual é possível visualizar quatro janelas. Nesta foto, as moças estão bem mais próximas à câmera e portanto, é possível observar com mais detalhes seus rostos e os uniformes por elas utilizados. Elas têm um olhar circunspecto e altivo. Apenas a quarta moça da primeira fileira esboça um sorriso, mas muito discreto.

Segundo Franco, a maior parte das alunas da Escola Normal provinha de famílias da elite capixaba, com algumas exceções. Ex-alunas daquela escola entrevistadas pelo autor, afirmaram não haver entre as normalistas, discriminação em função das diferenças sociais e econômicas. Algumas falas das entrevistadas contudo, evidenciam que ao contrário, havia sim distinções entre elas, como por exemplo: “tínhamos duas colegas morenas que eram pobres, mas muito inteligentes” e “existiam alunas mais ricas, que eram gabolas, viviam juntas num mundo à parte” (FRANCO, 2001, p.

231). Quando a entrevistada se refere às colegas “morenas”, utiliza a conjunção adversativa “mas”, como se o fato de serem aquelas moças negras e pobres, a princípio as desqualificasse como alunas, sendo portanto necessário sublinhar que a capacidade intelectual justificava a inserção delas entre as demais normalistas – brancas e ricas. Já as moças cuja situação econômica familiar transcendia a média, eram tidas como pedantes, pois procuravam não se envolver com as outras alunas.

Enquanto o uniforme da Escola Modelo era vermelho e branco (NOVAES, 1979, p. 125), o das normalistas era azul e branco e continuaria basicamente o mesmo por mais de cinquenta anos. De acordo com Stelinha Novaes, o tipo de saia do uniforme da Escola Normal era livre até cerca de 1910, quando duas alunas passaram a utilizar um modelito chamado *jupe entravée*, que cerceava os movimentos e “obrigava as portadoras ao andar miudinho”. A autora considerou as novas saias “medonhas” e disse que o caso chegou a irritar o Professor Deocleciano de Oliveira, que obrigou as tais alunas a retirar a “trava” que prendia a barra das saias e instituiu a obrigatoriedade do modelo pregueado (NOVAES, 1999, p. 44). É mister ressaltar que cada aluna, ou melhor, cada família era responsável pela confecção do próprio uniforme, o que inexoravelmente acarretava diferenças entre os mesmos.

Mesmo após a extinção da Escola Normal, o uniforme azul, especialmente a saia pregueada, permaneceria na memória coletiva da cidade durante décadas. As saias das normalistas tornaram-se “objetos de desejo” de moças e rapazes vitorienses: elas sonhavam um dia poder ostentar aquele uniforme e desfrutar de todo o prestígio que a roupa poderia lhes proporcionar, enquanto eles desejavam namorar alguma integrante de tão seletivo grupo.

Sônia Barreto descreve as peças que compunham o uniforme:

As alunas da Escola Normal D. Pedro II⁶⁶ destacavam-se na sociedade. “Aluna que usa uniforme da Escola Normal Pedro II é um símbolo de disciplina dentro dos quatro cantos do educandário e mesmo nas ruas sempre garbosamente”.⁶⁷ A normalista chamava a atenção pela sua postura de orgulho ao envergar aquela “farda” inconfundível. A disciplina que a escola exigia das alunas, em qualquer lugar que se apresentassem, era

⁶⁶ Em 1925 a Escola Normal passou a chamar-se “Escola Normal Pedro II”.

⁶⁷ O trecho entre aspas segundo Barreto, foi retirado de uma edição do jornal A Gazeta da década de 1970 e lhe foi cedido por uma ex-aluna daquela Escola.

admirada pela sociedade local. Nos desfiles escolares e nas apresentações culturais, o uniforme se destacava, pela harmonia na composição de suas peças. As normalistas, durante décadas, vestiram o tradicional uniforme que consistia em saia de pregas azul marinho, gravata e jaqueta (também chamado bolero) da mesma cor e blusa branca de mangas compridas e punhos no formato de camisa masculina, num misto de sobriedade e responsabilidade em usá-lo, uma vez que, envergando o uniforme, estavam representando essa instituição de ensino. As normalistas eram reconhecidas em qualquer parte da cidade pelo seu uniforme e tinham orgulho em usá-lo. Nas comemorações e paradas cívicas, o desfile dessas alunas uniformizadas era destaque e esperado por um grande público (BARRETO, 2009, p. 205 – 207).

Franco diz que a fiscalização sobre o uniforme ultrapassava os limites da escola. Mesmo do lado de fora, as alunas eram obrigadas a utilizá-lo completo: “o desleixo com o uniforme, como por exemplo, deixar um pouco aberta a gola, era motivo de repreensão. O uniforme deveria estar sempre limpo, bem engomado e passado” (FRANCO, 2001, p. 226).

Glecy Coutinho numa crônica autobiográfica intitulada “Saias pregueadas de azul”, contou que na década de 1950, vinha do interior para Vitória visitar a irmã estudante, que morava no Pensionato São Luiz.⁶⁸ Ao falar sobre aquele tempo, a autora disse:

[...] lembro até hoje da inveja que eu sentia das meninas da Escola Normal Pedro II. Aquela escola linda, aquele prédio antigo com escadarias de madeira e seus belos *flamboyants*. Como se não bastasse a beleza da escola, havia o uniforme. Blusa branca de mangas compridas, meias brancas, sapatos pretos, saia pregueada de casimira, bolero, tudo azul marinho. Boina e luva só em dias de festa. Ah! Aquele bolero era o sonho de todas as adolescentes do interior (COUTINHO, 1995, p. 32).

Glecy complementa dizendo que quando o cantor Nelson Gonçalves gravou “A Normalista”⁶⁹, todos os rapazes e até “algum velho mais afoito” cantavam a música quando as normalistas passavam nas ruas (idem, p. 32 – 33).

⁶⁸ O Pensionato São Luiz funcionava no Centro de Vitória, no Parque Moscoso, próximo à Ladeira Santa Clara. Era dirigido por freiras bastante rígidas que alugavam quartos destinados a moças estudantes ou jovens trabalhadoras solteiras.

⁶⁹ A letra da canção A Normalista diz: “Vestida de azul e branco / Trazendo um sorriso franco / Num rostinho encantador / Minha linda normalista / Rapidamente conquista / Meu coração sem amor / Eu que trazia fechado / Dentro do meu peito guardado / Meu coração sofrido / Estou bastante inclinado / A entregá-lo ao cuidado / Daquele brotinho em flor / Mas a normalista linda / Não pode se casar ainda / Só depois de se formar / Eu estou apaixonado / O pai da moça é zangado / E o remédio é esperar.”

José Carlos de Oliveira, cronista capixaba que residiu no Rio de Janeiro, em texto literário publicado no Jornal do Brasil em 1962, também escreveu sobre a lembrança daquele uniforme: “[...] na minha terra que é uma ilha [Vitória], a rosa-dos-ventos é um cata-vento desvairado. Ergue as anáguas das normalistas, quebra os lampadários das amendoeiras [...]” (OLIVEIRA, J., 1963, p. 78).

Já Miguel Depes Tallon – que chegou a ser professor na Escola Normal – foi bem menos poético e mais direto ao recordar os sentimentos que o uniforme das normalistas evocava nos rapazes:

Numa época em que de fato, a Praça Oito era o coração de Vitória, a saída das alunas da Escola Normal, com suas saias azuis e esvoaçantes – diziam até que o vento, depois de agosto, entrando em setembro, era macho, porquanto não havia saia que ele não levantasse – era um acontecimento realmente gratificante. Nas proximidades da Escola, ou mesmo na Praça Oito, os namoradinhos aguardavam suas amadas, para as levarem, mãos dadas, às suas casas (TALLON, 1995, p. 133).

Os textos acima convergem para um mesmo ponto: as alunas da Escola Normal eram extremamente admiradas pela sociedade e o que as identificava e ao mesmo tempo as distinguia das demais moças da cidade, era o uniforme – especialmente as longas saias azuis.

Inés Dussel diz que o surgimento dos guardapós e aventais brancos na Argentina – utilizados nas escolas daquele país pelas crianças, até os dias de hoje – é uma expressão do “regime de aparências” que caracterizou a escola moderna. Tal “regime” implicou a criação de uma estética própria, que envolveu desde a construção de edifícios até o desenho de códigos especiais de vestuário, passando pelo ordenamento espacial das pessoas e objetos, com o intuito de estabelecer os limites entre a escola e o mundo exterior (DUSSEL, 2005, p. 66). Segundo a autora,

En el caso argentino, los delantales surgieron en el marco de una política de regulación de los cuerpos estrechamente asociada al higienismo, que configuró una estética de la lavabilidad y que apuntalaba la idea de la pureza moral y racial como ideal civilizatorio. El delantal blanco establecía una organización estética del espacio escolar austera y monocromática, que delimitaba claramente los límites con lo no escolar y que permitía identificar rápidamente la transgresión del orden (DUSSEL, 2005, p. 66 – 67).

Sobre a criação dos guarda-pós, a autora fala em uma “pluralidade de inventores”, mas que todos assumem um discurso no sentido de ser essa uma forma mais econômica, higiênica e democrática de vestir os alunos. Dussel no entanto, avalia que, para além das inúmeras versões – todas similares – sobre a origem do guarda-pó, havia um consenso generalizado em torno da necessidade de regulação dos corpos na escola, que buscava homogeneizar as aparências sob os argumentos da democratização e promoção da saúde da criança (idem, p. 67). Sobre a hipotética homogeneização estética dos alunos viabilizada pelos aventais e guarda-pós, a autora diz que

Para muchos inmigrantes y niños de familias pobres, la posibilidad de una igualdad abstracta y de ocultar la desigualdad era convocante, ya que implicaba un relajamiento (aunque fuera temporal) de los marcadores de diferencia social y cultural en una sociedad que valoraba altamente la homogeneidad. Si bien puede argumentarse que estos marcadores no desaparecían con los guardapolvos, ya que seguían presentes en el lenguaje, en los consumos y disposiciones culturales y estéticas, los relatos de estos inmigrantes y pobres que ascendieron socialmente hablan de integración e igualdad, lo cual demuestra hasta qué punto esas operaciones fueron eficaces simbólicamente. En este contexto, los delantales blancos se convirtieron en marcadores de inclusión dentro de grupos particulares del campo social, igualando y al mismo distinguiendo de otros no iguales, esto es, excluyendo. El uniforme era un símbolo de distinción, de inclusión en una clase diferente de gente, y en ese sentido fue más fuertemente defendido por quienes han tenido que descansar en este capital cultural adquirido por quienes tenían el éxito e inclusión asegurados (DUSSEL, 2005, p. 71 – 72).

No Brasil, Ivanir Ribeiro e Vera Lúcia Gaspar consideram que os uniformes foram relevantes para a República, visto que garantiam visibilidade aos grupos escolares. O uniforme além de presumir uma situação de igualdade entre os alunos, denotava a instituição de ordem e disciplina entre eles. “Os uniformes prestavam-se assim a padronizar os alunos, mascarando as condições sociais por meio de um modelo único de roupa” (RIBEIRO & SILVA, 2012, p. 585).

Em pesquisa sobre a adoção de uniformes escolares no estado de São Paulo entre os anos 1950 e 1970, Katiene Nogueira da Silva indica que a obrigatoriedade da utilização desse tipo de vestimenta foi um fator limitador do acesso de crianças pobres à escola. A autora também percebeu que o rigor em relação à utilização dos uniformes era diretamente proporcional à imponência do edifício escolar, visto que

aquela vestimenta contribuía para a formação da imagem da instituição junto à sociedade (SILVA, K., 2006, p. 108). Para Katiene,

Ao tornar obrigatório o uso dos uniformes escolares nas instituições de ensino paulistas, o estado pretendia obrigar as famílias a levar as crianças para a escola trajadas de forma “decente”, e ainda economizar, sendo que um único tipo de roupa visava conter os gastos com uma variedade de peças. A escola, através da organização estética de seus alunos, caminhava por firmar-se enquanto instituição disciplinar, assim como um exército legitima sua autoridade. Os uniformes também eram uma forma de identificar as crianças que estavam frequentando a escola e exercer domínio sobre elas, sendo que, onde quer que se encontrassem, vestindo o traje escolar, as crianças estavam obrigadas a obedecer as regras e as autoridades escolares (SILVA, K., 2006, p. 106 – 107).

Em oposição às imagens das alunas da Escola Normal e da Escola Modelo (fotos 08 e 09), apresento o grupo de alunos da escolinha de Guarapary (Foto 10).

A foto 10 traz uma turma de trinta meninos acompanhados pelo professor. Na primeira fileira, estão sentados os oito garotos menores e os demais estão dispostos conforme o tamanho, de pé, em três fileiras logo atrás. O grupo forma um bloco, cuja figura de maior destaque é o professor, no centro da última fileira. Suas mãos pousam sobre os ombros do aluno à frente, num gesto ao mesmo tempo paternal e normatizador. O professor usa paletó escuro e gravata borboleta clara.

Todos os alunos estão vestidos de paletós abotoados como o do professor, no entanto, assim como as calças, esses paletós nem sempre condizem em tamanho com as crianças que os vestem. Os paletós e calças são de modelos e tonalidades diferentes, que indicam cores distintas. Entre os meninos sentados, somente os dois nas extremidades do banco usam sapatos, os demais estão descalços – não é possível visualizar os pés dos meninos das fileiras de trás e nem do professor.

As crianças exibem um pequeno caderno ou cartilha junto ao peito – aqueles que estão sentados trazem o caderno no colo. Eles estão bastante sérios e alguns parecem inclusive assustados, como é o caso do quinto, sexto e sétimo meninos da primeira fila.

Embora o fundo esteja bastante esmaecido, é possível perceber uma cerca de madeira e o telhado de uma casa humilde, no lado direito da foto – provavelmente a escola.

Foto 10 – Grupo de alunos da escola do 2º distrito de Guarapary – 1911.



Grupo de alumnos da escola do 2º districto de Guarapary. 1911.

Fonte: Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1908 a 1912 pelo Exmo. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro presidente do estado durante o mesmo período.
Acervo: CE / BC / UFES

A partir das roupas é possível inferir a pobreza dos garotos. Para Katiene Silva, a utilização pelas crianças, de roupas diferentes dos adultos “só se deu na camada burguesa: os filhos dos camponeses e artesãos continuaram a vestir as mesmas roupas que seus pais. Continuaram a ter o antigo modo de vida que não separava a infância da vida adulta, nem através do traje, nem através do trabalho” (SILVA, K., 2006, p. 76). Destituídos de uniformes, os garotos exibem ostensivamente os cadernos, como que a atestar sua inserção no mundo do letramento.

A princípio, as fotos 08, 09 e 10 parecem muito distintas: as duas primeiras retratam um grupo de garotas, em sua maior parte filhas de famílias abastadas, uniformizadas, estudantes de uma grande escola localizada em área urbana. A terceira imagem mostra meninos pobres, descalços, vestidos com roupas humildes, estudantes de uma pequenina e modesta escola da zona rural.

É notável porém, que há características comuns às imagens, e que tais características trazem unidade ao discurso visual desenvolvido ao longo do documento do qual fazem parte.

Em primeiro lugar, há que se destacar a uniformidade na linguagem. Em termos de composição, o tipo de enquadramento observado neste conjunto de imagens prioriza o objeto – os grupos de alunos retratados – colocando-o sempre numa posição central. A rigor, os alunos aparecem dispostos em fileiras únicas ou em fileiras ordenadas conforme o tamanho das crianças – menores na frente e maiores atrás. Um recurso bastante utilizado era apresentar os alunos da primeira fileira sentados em cadeiras ou bancos. Em apenas três fotos deste subconjunto – todas com grande número de alunos – as crianças da primeira fila estavam sentadas no chão.

Diante desses grupos de alunos fotografados de frente, alinhados lado a lado, temos uma noção de horizontalidade. Segundo Ivan Lima, em linguagem fotográfica, a linha horizontal remete à “[...] superfície do homem em repouso ou morto. A horizontal é portanto, uma linha fria, calma e tranquila” (LIMA, 1988, p. 63).

Uma outra questão que demanda maior atenção na análise das imagens, diz respeito à “naturalização” das convenções, algo bastante preocupante para Peter

Burke, em especial no que tange os retratos. Para o inglês, faz-se necessário resistir ao impulso de considerar os retratos como “espelhos” de um modelo. Burke frisa que o retrato pintado, assim como outros gêneros de arte, “é composto por um sistema de convenções que muda lentamente com o tempo. As posturas e gestos dos modelos e os acessórios e objetos representados à sua volta seguem um padrão e estão frequentemente carregados de sentido simbólico” (BURKE, 2004, p. 31). O autor observa, no caso dos retratos pintados por exemplo, que a democratização de algumas dessas convenções presentes, se efetivou com a popularização dos estúdios fotográficos no século XIX. O autor ressalta que

Sejam eles pintados ou fotografados, os retratos registram não tanto a realidade social, mas ilusões sociais, não a vida comum, mas performances especiais. Porém, exatamente por essa razão, eles fornecem evidência inestimável a qualquer um que se interesse pela história de esperanças, valores e mentalidades sempre em mutação (BURKE, 2004, p. 34 – 35).

Nas fotografias analisadas nesta seção do capítulo, embora os alunos e as escolas sejam inteiramente distintos – assim como há uma diferença também no tempo e no espaço – o posicionamento, o gestual e as expressões dos personagens se repetem de modo canônico.

*

* *

No ensaio “Além do exotismo: Picasso e Warburg”, Carlo Ginzburg (2002) analisou o processo de construção do célebre quadro *Demoiselles D’Avignon* (1907) do pintor catalão Pablo Picasso, a fim de discutir as relações de força que podem se estabelecer entre diferentes culturas. Ginzburg descarta inteiramente a hipótese tradicional a respeito da presença de elementos figurativos africanos no quadro que representa prostitutas francesas, ser advindo pura e simplesmente de influência do exotismo⁷⁰ e uma antecipação do cubismo.⁷¹

⁷⁰ Segundo a versão mais corriqueira, Picasso teria visitado uma exposição de máscaras africanas em Paris durante a feitura da obra e a partir de então, mudado seu curso, pintando máscaras em lugar dos rostos de duas das mulheres.

⁷¹ O cubismo foi um movimento artístico cujo manifesto inicial foi publicado em 1918.

Para Ginzburg, o processo de composição do quadro e especialmente, das duas figuras femininas à direita, cujos rostos aparecem disformes, foi extremamente complexo. O autor faz uma discussão muito ampla sobre a pesquisa em torno da teoria acadêmica das proporções do corpo humano, bem como de diversos estudos feitos por Picasso um pouco antes e durante a pintura de *Demoiselles*. Um velho senhor de personalidade e feições marcantes – Josep Fontdevila – que Picasso conheceu durante um período de férias nas montanhas espanholas, teria chamado bastante sua atenção e gerado inúmeros desenhos, que mais tarde seriam mesclados a outros estudos sobre uma foto do rosto alongado de André Salmon, amigo do pintor. Ginzburg exhibe uma sucessão de rascunhos e desenhos dos rostos de Fontdevilla e Salmon, que demonstram a evolução do traço de Picasso até chegar a algo bem próximo ao que hoje vemos em *Demoiselles* (Cf. GINZBURG, 2002).

No processo criativo de Picasso, chamou a atenção de Ginzburg a influência de elementos africanos na composição. Segundo o italiano, Picasso tinha grande interesse por fotografia e seu acervo particular chegou a contar com 15 mil fotos, que, por diversas vezes, lhe serviram como fonte de inspiração para sua obra. Entre as imagens desse acervo – hoje no Museu Picasso – constavam quarenta postais do fotógrafo Edmond Fortier, retratando mulheres africanas. Segundo Ginzburg,

[...] as imagens de Fortier pertencem a um gênero especificamente europeu, aliás colonial: trata-se de fotografias eróticas apresentadas como documentos etnográficos. Mas isso não basta. Essas mulheres africanas, olhadas por um francês e postas diante de um público de homens franceses, foram, preliminarmente, colocadas em frente do aparelho [câmera] de acordo com fórmulas estabelecidas por uma tradição pictórica europeia. Uma comparação com outras fotografias tiradas por Fortier, por exemplo a da mulher Malinké vista de perfil, mostra que a pose frontal e a disposição artificial em duas filas tinham deixado pouco à vontade as mulheres sudanesas. Os seus rostos, solenemente abaixados ou então virados de lado com um sorriso embaraçado, são alguns sinais de resistência a um modelo, estranho e masculino, que lhes fora imposto. [...] Se se passa do nível sintático ao lexical – isto é: da disposição do grupo aos gestos das mulheres –, descobre-se que Edmond Fortier seguiu, ainda uma vez, um modelo inspirado na arte europeia e, mais precisamente, na arte grega. As mulheres sudanesas haviam sido dispostas artificialmente para recriar uma espécie de friso do Partenon. Abeirar-se de realidades não europeias, por meio de formas clássicas, é uma característica recorrente do exotismo; pretende-se transmitir ao espectador ou ao leitor uma sensação de diversidade domesticada. É uma forma implícita e paternalista de racismo, que se torna explícita e agressiva toda vez que estátuas gregas ou romanas são justapostas hierarquicamente a fisionomias não europeias: um

lugar-comum que a Alemanha nazista e a Itália fascista retomaram da antropologia do século XIX. (GINZBURG, 2002, p. 126-127).

Retorno às escolas capixabas, trazendo em mãos duas questões colocadas por Ginzburg no trecho citado: primeiro a dificuldade – ou a resistência – de modelos se adequarem a uma disposição artificial que lhes é imposta e depois, a possibilidade de se transmitir ao público consumidor da imagem, a “sensação de diversidade domesticada”.

No subconjunto de fotografias trabalhado nesta seção, é possível perceber que em detrimento da espontaneidade que *a priori*, seria prevista para grupos de crianças e adolescentes, o que se apresenta são imagens bastante formais de alunos regularmente acompanhados pelo professor da turma e/ou diretor da escola e, eventualmente, algum coadjutor, ou ainda autoridade superior.

Observo que neste subconjunto, a fotografia 08 é a única em que estudantes aparecem sem a presença do professor ou outra autoridade escolar. Segundo a legenda, as meninas se dirigiam ao Palácio para prestar homenagem ao presidente do estado. O fato de as alunas estarem desacompanhadas certamente destinava-se a causar no leitor a impressão de espontaneidade do gesto, não obstante houvesse um fotógrafo a postos para registrar aquele instante.

Rosa Fátima de Souza assim resume o momento da produção da foto de alunos:

Na foto da classe espera-se que os alunos expressem um mesmo comportamento diariamente treinado na escola – disciplina, silêncio, obediência, seriedade, constrição. Mas os impulsos rebeldes da infância (corpos resistentes à dulcificação) desviam o olhar, contêm incontrolavelmente uma gargalhada, insinuam um sorriso, divertem-se com a situação, tabulam um comentário qualquer. São longos minutos de preparação da pose. Os menores na frente, os maiores atrás. Os da primeira fila sentados em bancos, os da segunda fila em pé, os da terceira em pé sobre o banco. Os bem vestidos à frente, os descalços atrás. O enquadramento pode variar acrescentando-se uma fileira sentada no chão. A professora (ou o professor) sempre acompanha a classe e, às vezes, também o diretor. Símbolos representativos da vida escolar não faltam nessas representações institucionais – o globo, a bandeira, o caderno, o livro, o mapa, etc. Toda a vida escolar pode se resumir nessas imagens: as lições, as sociabilidades, os castigos. De qualquer maneira, assim agrupados, a pequena multidão que compõe a cena permite que todos sejam vistos (SOUZA, R., 2009, p. 319).

Tais postura e ordenamento dos grupos de alunos são portanto, recorrentes nas fotografias escolares, não só no Espírito Santo. Essa padronização tanto do enquadramento, quanto do gestual e dos acessórios que envolvem os retratados – a que Peter Burke denominou convenção – longe de ser obra do acaso, estava a serviço de um processo de domesticação dos corpos, sustentado pelos princípios de ordem e disciplina que a escola republicana pretendia inculcar em seus alunos.

3.2 Os espaços da educação

“O relógio de parede numa velha fotografia – está parado?”

(Mário Quintana)

Jeronymo Monteiro descreveu da seguinte forma as condições materiais em que encontrou as escolas mantidas pelo Estado, ao chegar à presidência do Espírito Santo em 1908, e a forma como as entregava à população em 1912, ao final de seu mandato:

As antigas escolas estavam em completo abandono, de todo desprovidas, não obedeciam a programa ou método, não tinham mobiliário. Enfim nada possuíam que lhes emprestasse o caráter de casa de ensino, a não ser a tabuleta sobreposta à porta de entrada, anunciando em letras de palmo *escola pública*. Sem falar do interior do estado onde só por irrisão poder-se-ia dar o nome de escolas às mansardas imundas e sem conforto em que funcionavam, a nossa capital não possuía um só edifício capaz de satisfazer às exigências de um moderno estabelecimento de ensino. Hoje o governo que finda pode com satisfação declarar que deixa belos e higiênicos edifícios para as nossas escolas, em sua quase totalidade providos de mobiliário e material necessários a casas dessa ordem, tais como: o formoso e vasto edifício das escolas Normal, Modelo e Complementar, que é por suas condições de edificação, higiene e aparelhos de ensino, um dos melhores do Brasil; o do Grupo Escolar Gomes Cardim; os destinados ao funcionamento dos grupos de Cachoeiro de Itapemirim, de Santa Leopoldina e São Matheus⁷², além dos das escolas isoladas de Villa Rubim e Porto de Argolas⁷³. As demais escolas quase todas funcionam em salas arejadas e confortáveis e se acham providas de material indispensável aos estabelecimentos de ensino. Empenhando-me com toda a coragem e dedicação em tornar uma realidade as promessas que fiz no começo do meu governo e referentes à Instrução Pública, não me animou outro móvel que o de deixar o Estado aparelhado com estabelecimentos de educação, que pudessem preparar cidadãos capazes de se adaptarem à variedade das exigências do trabalho social e à multiplicidade das aptidões individuais (ESPÍRITO SANTO, 1913, p. 68).

⁷² O município de São Mateus está localizado na região Norte do Espírito Santo e dista cerca de 200 km de Vitória.

⁷³ Bairro da periferia de Vila Velha.

Nesta seção analisei fotografias de classes escolares – alunos em atividade dentro de sala de aula. Para fazer tal categorização, considerei o estudo de Rosa Fátima de Souza sobre a implementação da classe como “unidade organizativa dominante do ensino primário” a partir do final do século XIX (SOUZA, R. 2006, p. 40), processo este que já foi discutido mais detalhadamente no primeiro capítulo do trabalho.

Na Mensagem de 1912 aparecem fotos de classes de alunos apenas das escolas de Vitória e da Cidade do Espírito Santo. As classes retratadas referem-se às seguintes instituições: Escola Modelo, Grupo Escolar Gomes Cardim, Escola da Villa Rubim e Escola de Jucutuquara (Vitória), além da Escola de Argolas (Vila Velha). As salas de aula de escolas do interior do estado não estão retratadas no documento.

De início, apresento imagens de classes escolares de duas das instituições que mereceram maior atenção por parte da administração Monteiro: a Escola Modelo e o Grupo Escolar Gomes Cardim (fotos 11 e 12).

A foto 11 apresenta uma turma de alunas dentro de uma sala de aula na Escola Modelo. O fotógrafo estava posicionado à frente da classe, bem no centro da sala. Cerca de 40 alunas – quase todas brancas – estão sentadas em carteiras individuais – do tipo mesa e cadeira separadas – dispostas em cinco fileiras. Exatamente à direita do fotógrafo, vemos parte da mesa do professor, instalada num plano mais elevado do que as mesas das alunas.

No fundo da sala estão quatro normalistas e um professor⁷⁴, sendo que cada um deles está postado junto a uma fileira de alunas. O professor veste calça, paletó, colete e gravata, enquanto as normalistas e as crianças estão uniformizadas. Os penteados e adornos de cabelos das meninas são livres. Abaixo das mesas, cada menina coloca sua bolsa escolar. Todas as alunas estão sentadas na mesma posição: os pés no chão e as mãos e braços abaixo da carteira. Todas fixam um olhar sério em direção ao fotógrafo.

⁷⁴ Acredito tratar-se do Prof. Deocleciano de Oliveira, diretor da Escola Normal, mas não há nenhuma identificação impressa ou manuscrita no documento a este respeito.

Foto 11 – Uma sala de aula da Escola Modelo



Uma sala de aula da Escola Modelo

Fonte: Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1908 a 1912 pelo Exmo. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro presidente do estado durante o mesmo período.
Acervo: CE / BC / UFES

A sala tem um formato retangular, com pé direito elevado, piso de tábuas corridas de madeira e podemos ver uma grande porta fechada à esquerda, além de dois janelões abertos à direita. No fundo da sala também vemos outros dois janelões, porém com as venezianas fechadas. Portas e janelas são encimadas por gradis em semicírculo. Na parede ao fundo, alternados com as janelas, vemos três quadros negros. Não é possível ler o que está escrito nos quadros, porém algo que chama atenção no quadro do centro da imagem, é um grande desenho de flores e fitas. Acima desse quadro negro central, está um relógio de parede. Os outros quadros também estão ornamentados com frisos floridos em torno do texto, porém de forma mais discreta.

Outra sala de aula aparece na foto 12. Desta vez, trata-se da turma de 4º ano do Grupo Escolar Gomes Cardim. O fotógrafo se posicionou próximo a um dos cantos da sala, de forma que a classe desta vez é mostrada na diagonal. A sala do Gomes Cardim é bem mais exígua do que a da Escola Modelo e podemos ver 26 alunas, devidamente uniformizadas. Aqui as carteiras escolares comportam duas alunas cada. Os rostos das meninas estão virados para frente, mas algumas olham discretamente para o fotógrafo. Novamente estão todas muito sérias, exatamente na mesma posição: sentadas, escrevendo numa folha de papel na mesa e com a outra mão pairando também sobre a mesa. A maior parte das alunas é branca, sendo que em duas carteiras da frente, estão sentadas alunas negras.

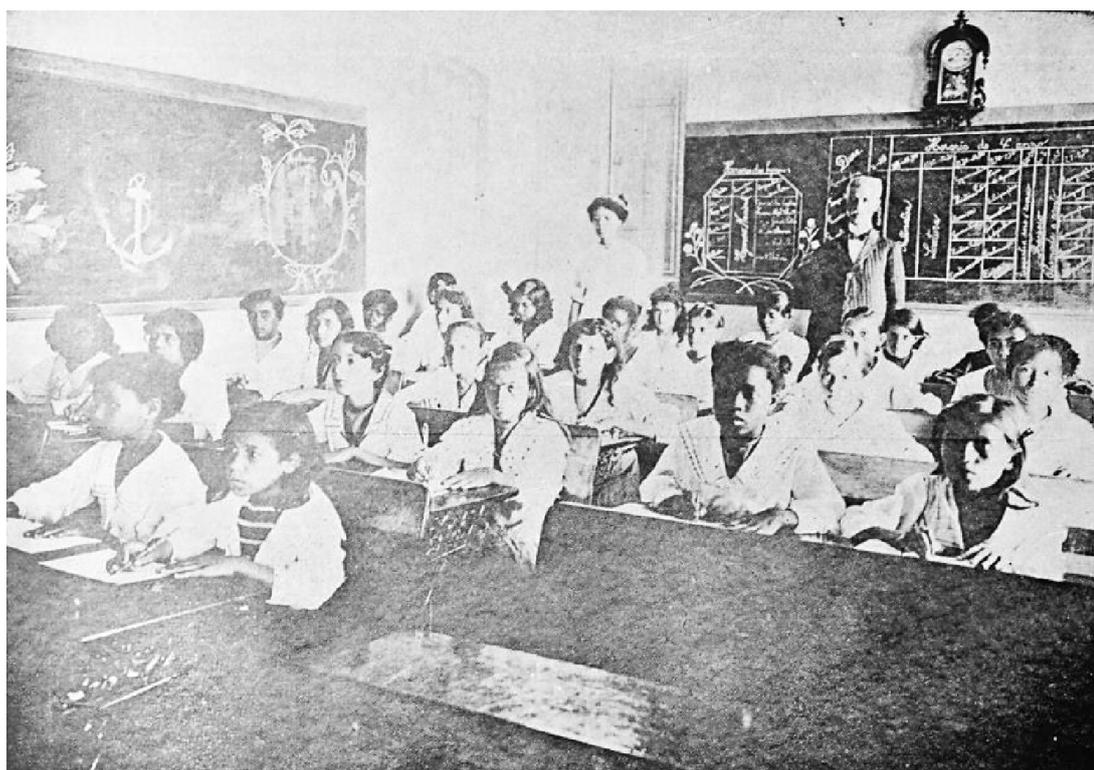
No fundo da sala, atrás das alunas estão de pé o Professor Loureiro⁷⁵, diretor daquele grupo escolar⁷⁶, e a professora regente de classe. Dois quadros negros se destacam na imagem, sendo que o primeiro, à esquerda, está ornamentado com desenhos florais e uma âncora, símbolo da Marinha.⁷⁷ À direita – no fundo da sala – atrás das alunas e do diretor, vemos outro quadro negro, onde constam duas tabelas com a distribuição detalhada dos dias da semana e horários das disciplinas ministradas ao 4º ano, sendo que a tabela menor também é ornamentada com frisos florais.

⁷⁵ Conforme identificação de Mário Aristides Freire em outra fotografia sobre a mesma temática, constante na fonte.

⁷⁶ O diretor do Grupo Escolar Gomes Cardim em 1911 era o Professor Francisco Loureiro (Cf. Diário da Manhã, 20 de maio de 1911).

⁷⁷ Conforme a página eletrônica oficial da Marinha do Brasil: www.marinha.mil.br

Foto 12 – Uma sala de aula do Grupo Escolar Gomes Cardim – Vitória – 1911.



Uma sala de aula do Grupo Escolar «Gomes Cardim», Victoria, 1911.

Fonte: Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1908 a 1912 pelo Exmo. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro presidente do estado durante o mesmo período.
Acervo: CE / BC / UFES

Acima desse quadro, bem próximo ao diretor, há um relógio de pêndulo em caixa de madeira.

A seguir, apresento uma imagem de uma classe da escolinha de Argolas, bairro da periferia da Cidade do Espírito Santo. Registro que esta foto 13 é a única em todo o subconjunto, a mostrar uma sala de aula em regime de coeducação.

Na foto 13, mais uma vez o fotógrafo postou-se no canto da sala, retratando o ambiente na diagonal. Podemos ver 19 meninas e 06 meninos sentados em fileiras masculinas e femininas. Todos os alunos estão sentados em carteiras duplas, na mesma posição: os olhares sérios, voltados para o fotógrafo e os braços cruzados junto ao peito. Nesta classe, o número de crianças negras e mestiças ultrapassa o número de crianças brancas e a cor da pele não parece ter influenciado a disposição dos alunos na sala.

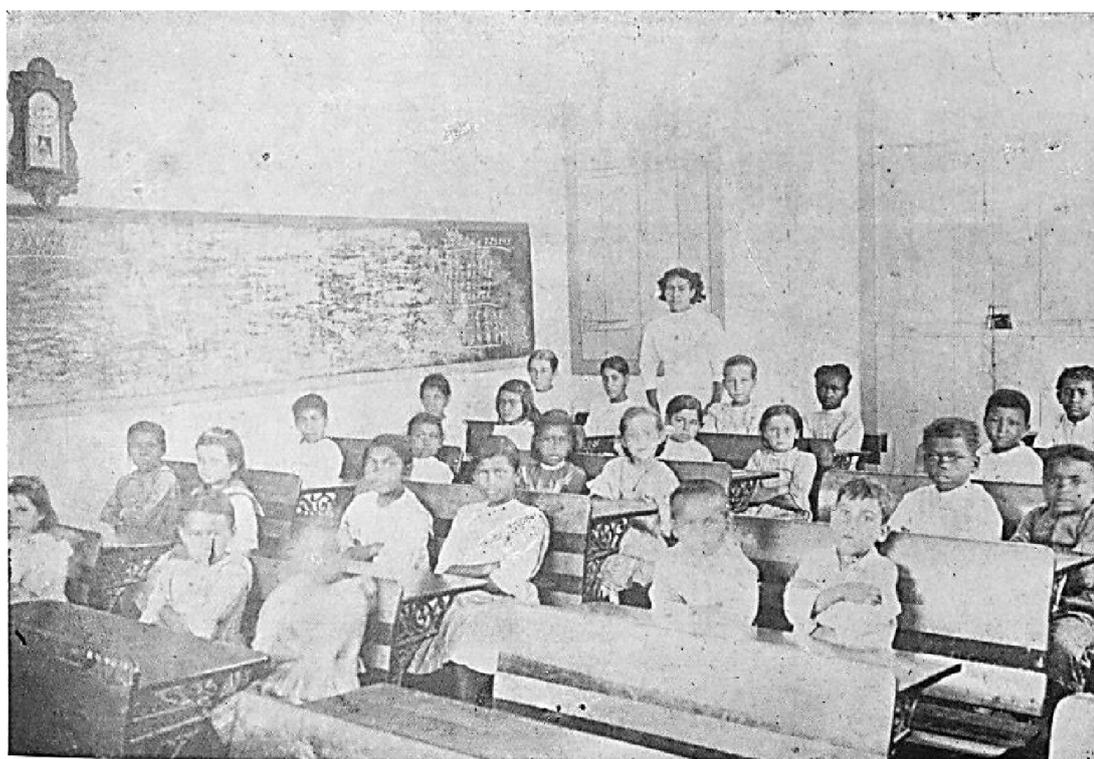
Aqui as crianças não estão uniformizadas. No fundo da sala está a professora da turma, também muito séria, trajando um vestido claro com mangas em estilo três quartos. Atrás da professora, um janelão e uma porta de madeira em estilo colonial estão fechados. A parede à direita é tomada por um grande quadro negro encimado por um relógio.

As fotos 11, 12 e 13 apresentam em comum, três pontos que parecem ter sido artifícios encontrados pelo(s) fotógrafo(s) para solucionar algumas questões impostas pelas limitações técnicas dos equipamentos fotográficos disponíveis à época. Em primeiro lugar assinalo as janelas e portas localizadas no fundo das salas, que aparecem sempre fechadas, não obstante Jeronymo frisasse que agora as escolas passavam a ser arejadas. Tudo indica que esta tenha sido uma indicação do fotógrafo a fim de evitar um contra-luz⁷⁸ que prejudicasse a definição da imagem.

Quanto ao número de alunos em cada sala de aula, não é possível garantir que se resumisse ao que aparece nas fotos. Nas imagens analisadas, a carteira em primeiro

⁷⁸ Em fotografia, chama-se contra-luz ao efeito de iluminar de maneira muito forte o objeto – ou personagem – principal da cena por trás. Se não houver uma correta medição da luz, isto causa um escurecimento grande do objeto principal, enquanto a parte iluminada ao fundo pode ficar “estourada”, ou seja, clara demais, prejudicando a definição da imagem.

Foto 13 – Uma sala de aula da Escola de Argolas – 1911.



Uma sala de aula da Escola de Argolas. 1911

Fonte: Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1908 a 1912 pelo Exmo. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro presidente do estado durante o mesmo período.
Acervo: CE / BC / UFES

plano está desocupada, o que nos faz intuir que o fotógrafo retirou a(s) criança(s) ali sentada(s) a fim de favorecer a visualização das demais. O tipo de lente utilizada também não era capaz de captar a imagem de uma sala inteira tomada a curta distância. Também é possível ver nas três fotos, pequenas partes de outras carteiras ou crianças, o que evidencia que não foi possível enquadrar a sala inteira.

Chamo a atenção contudo, para a grande profundidade de campo⁷⁹ das imagens que certamente foi obtida graças à combinação de uma abertura menor do diafragma da lente da câmera e uma baixa velocidade de exposição. A baixa velocidade, mesmo com a utilização de tripé, causa um efeito “borrado” se houver movimento brusco, como o que observamos no rosto de uma das crianças sentadas na primeira fila de carteiras na foto 13.

*
* *

A afirmação de Jeronymo Monteiro citada no início desta seção sobre a inadequação dos espaços escolares e que, por vezes, estes só poderiam ser reconhecidos pela tabuleta na porta, provavelmente não era exagerada. Fernanda Resende e Luciano Mendes Faria Filho dizem que em Minas Gerais, durante o século XIX, os relatórios dos presidentes de província já apresentavam as escolas como locais sujos, insalubres e inadequados. A maior parte das escolas primárias funcionava na casa do próprio professor ou em imóvel por ele alugado, sendo que a verba do aluguel era repassada apenas a uma parte dos profissionais. Segundo os autores, era prejudicial o fato de o professor morar e trabalhar no mesmo local, uma vez que os assuntos domésticos se confundiam com assuntos escolares (RESENDE & FARIA FILHO, 2001, p. 104 – 105).

Gontijo e Gomes confirmam que no Espírito Santo, ao final da Primeira República, ainda havia a prática de repassar ao professor uma verba para o aluguel da escola.

⁷⁹ A profundidade de campo refere-se à distância em que a imagem permanece em foco, ou seja, nítida.

Sobre os possíveis desdobramentos nefastos dessa sobreposição do espaço doméstico em relação ao profissional, as autoras citam o caso relatado por um inspetor em 1928, de uma professora do município de Alegre, que por ser vítima constante de violência doméstica, além de faltar frequentemente às aulas, já não encontrava mais casa para alugar na localidade. Além de a situação da professora ter se tornado pública, ela ainda tinha que sustentar o marido que vivia a explorá-la, não sobrando recursos para o aluguel (GONTIJO & GOMES, 2013, p. 89 – 90).

Sobre a condição das escolas capixabas antes da reforma de 1908, Stelinha Novaes fez as seguintes considerações:

Recordemos um momento, paciente leitor, o pavor das crianças de outrora, quando ouviam a sentença: “é tempo de ir para a escola” Surgia-lhes de pronto à lembrança, a figura horrível do mestre, de pencenez [sic] de ouro, preso ao retrós da lapela, e namorando a palmatória – a santa luzia⁸⁰, entronizada junto ao tinteiro duplo “cabeça de cão”. Tremiam as garotas ao pensar na fessora [sic], de óculos no extremo nasal, caju empinado, no topete e vara na mão, para guiar a cantoria da tabuada e descer nas cabeças das “distraídas”. E as escolas? Grandes salões, desprovidos de água e de instalações higiênicas, com o mobiliário estilo “meia-légua”, bancos sem encosto, às vezes substituídos pelos caixotes e tamboretas. Verdadeiras causas de escoliose e outras deformações físicas (NOVAES, 1979, p. 123 – 124).

No trecho citado, Novaes critica duramente a inadequação da postura e dos métodos adotados pelos professores em sala de aula, a precariedade do mobiliário de antanho e a aplicação de castigos corporais nas escolas. Logo adiante a autora complementa em seu estilo ufanista: “somente quem suportou a tirania do ensino podia invejar as crianças de 1908, quando corriam para a Escola Modelo, arrastadas pela instituição, ansiosas de saudar a bandeira e cantar o Hino Nacional e outros, entoados em horas diversas” (idem).

Era motivo de orgulho para Jeronymo Monteiro ao final de sua gestão, ter destinado material permanente para as escolas públicas mantidas pelo estado. Em sua mensagem final, o presidente dizia que

⁸⁰ Segundo Schueler, era “a ‘santa luzia’ – ou seja a palmatória – instrumento dos mais persuasivos para que seus discípulos aprendessem rápido, ‘de cor e salteado’, o bê-á-bá e a tabuada” (SCHUELER, 2007).

A mobília e o material do ensino pelo importantíssimo papel que representam sob o ponto de vista da higiene e da disciplina deviam merecer também, e mereceram efetivamente, cuidados mui especiais do meu governo. Reformei-os radicalmente, quase nada tendo podido aproveitar do que encontrei, porque o que havia eram longas mesas e bancos sem encosto e absolutamente anti-higiênicos. No interior, em uma das suas visitas, o Dr. Gomes Cardim chegou mesmo a verificar que em algumas escolas os caixões de querosene substituíam as cadeiras. Hoje as escolas do estado, com mui raras exceções, possuem mobiliário modesto, mas suficiente e que satisfaz perfeitamente às exigências da higiene e do ensino. Os da Escola Modelo e da Escola Normal são de primeira ordem, assim acontecendo com o que tem sido distribuído pelas escolas do interior, pois que a maior parte da mobília foi por mim adquirida na América do Norte ou em São Paulo. Aqui se fabricou alguma, mas por modelo fornecido pela Inspeção Geral, de acordo com as indicações aconselhadas pela ciência (ESPÍRITO SANTO, 1913, p. 64).

Em anexo ao mesmo documento, Jeronymo apresenta uma prestação de contas dos móveis e objetos de ensino adquiridos para as escolas públicas entre setembro de 1908 e maio de 1912 (ESPÍRITO SANTO, 1913, anexos, p. 21). Nessa listagem de materiais é possível verificar a quantidade e o valor declarado dos equipamentos destinados a cada escola e perceber que o investimento quantitativo e qualitativo foi bastante desigual entre as diversas instituições.

A lista é encabeçada pela Escola Normal, Escola Modelo e Grupo Escolar Gomes Cardim – nesta ordem –, em seguida vêm as outras escolas da capital e por fim as escolas das demais cidades do estado.⁸¹ A grande maioria das escolas recebeu carteiras duplas (conforme foto 12), quadro negro, mesa e cadeira – destinada aos professores –, contador e relógio. Eventualmente, tal equipamento básico foi acrescido de mapas – em número não superior a três por escola – bancos e armários.

O número de equipamentos variou conforme a escola ou localidade, porém é visível que as três primeiras escolas foram privilegiadas também no que tange à quantidade de equipamentos recebidos. O investimento maior se deu na Escola Normal e Escola Modelo: conforme especificado acima pelo próprio presidente do estado, estas instituições receberam carteiras individuais (conforme foto 11), diferentemente do Grupo Escolar. A Escola Modelo foi contemplada com 312 carteiras individuais e a Escola Normal, 137 do mesmo tipo, além de outras 52 carteiras duplas. Já o

⁸¹ Em alguns casos o documento menciona os equipamentos mandados para determinadas cidades, sem especificar as escolas, como por exemplo “Escolas da Barra de Itapemirim” ou “Escolas da Cidade de Cachoeiro de Itapemirim”.

Grupo Escolar recebeu 175 carteiras duplas. Todas as demais escolas e localidades do estado receberam somente carteiras duplas e em quantidade limitada a um ou dois dígitos, à exceção de Cachoeiro de Itapemirim que recebeu 132 carteiras duplas para suas escolas. A prestação de contas aponta que as carteiras tinham um preço diferenciado: enquanto a carteira individual custava 16\$000 (dezesesseis mil réis) por unidade, a carteira dupla custava 28\$000 (vinte e oito mil réis) a unidade, ou seja, quatorze mil réis por aluno.

Além da questão das carteiras, as três primeiras escolas da lista foram contempladas com todos aqueles equipamentos básicos citados e ainda pianos – 1 para a Escola Normal e 3 para a Escola Modelo – Cartas de Parker⁸², escarradeiras, cadeira giratória e até uma máquina de datilografia – apenas a Escola Modelo recebeu esse tipo de máquina, equipamento avançado para a época e de alto custo. A partir das fotografias e dessa relação de equipamentos anexada à mensagem final de Jeronymo Monteiro, fica patente a distribuição extremamente desigual de equipamentos às escolas mantidas pelo estado. Em nenhum momento são esclarecidos quais os critérios adotados pelo Estado para definir o tipo e quantidade de equipamentos destinados a cada escola ou localidade.

Um item presente em quase todas as fotografias de salas de aula é o relógio de parede acima do quadro negro. A prestação de contas anexada à mensagem atesta que de um total de 70 localidades ou escolas listadas, apenas 29 não receberam um relógio entre o equipamento que lhes foi destinado pelo estado, ou seja, 58,5% do total de localidades ou escolas mencionadas no relatório como tendo sido contempladas com equipamentos escolares, receberam pelo menos um relógio destinado ao ambiente escolar.

*

* *

Jacques Le Goff na obra “História e Memória” chama atenção para a estreita relação existente entre poder e controle do tempo. Para esse historiador, “a conquista do

⁸² Material didático impresso destinado ao ensino de Aritmética na escola primária.

tempo através da medida é claramente percebida como um dos importantes aspectos do controle do universo pelo homem” (LE GOFF, 1994, p. 486). Le Goff destaca que o calendário é um objeto construído a partir de observações e cálculos científicos, mas é também um objeto social, visto que se destina a organizar a vida pública e cotidiana. Quanto ao sistema de divisão do dia em horas, o historiador afirma que isso “define um tempo simultaneamente coletivo e individual, suscetível de uma mecanização cada vez mais avançada, mas também de uma manipulação subjetiva muito sutil” (idem, p. 485).

Le Goff discute a elaboração de calendários pelas mais diversas sociedades e mostra como a criação, bem como a reforma de calendários – sob o argumento de adequá-los a um cálculo matemático da duração do ano, dos meses ou dos dias – já foram, por diversas vezes, utilizadas politicamente ao longo da história. O autor também discute algumas implicações nas mais diversas sociedades, da instituição de calendários baseados em observações astronômicas – calendários solares ou calendários lunares – ou na mudança das estações ao longo do ano (idem).

Outra questão que interessa a Le Goff é justamente a criação pelo homem, de unidades de medida do tempo que ele considera artificiais, porém de grande valia, tais como o século e a semana. Enquanto a duração de um mês pode ser fundamentada num critério astronômico como a luação, a semana é inteiramente artificial. Para o autor “a grande virtude da semana é introduzir no calendário uma interrupção regular do trabalho e da vida cotidiana, um período fixo de repouso e tempo livre. A sua periodicidade pareceu adaptar-se muito bem ao ritmo biológico dos indivíduos e também às necessidades econômicas das sociedades” (idem, p. 515). Assim sendo, a artificialidade dessa unidade de medida de tempo se sustenta e se legitima a partir de seu caráter pragmático.

Sobre os diversos recursos para a medição do tempo, cito a adolescente mineira Helena Morley⁸³ que em 05 de novembro de 1893, registrou em seu diário, um relato

⁸³ Pseudônimo de Alice Dayrell Caldeira Brant (1890 – 1970). Alice nasceu e cresceu em Diamantina / MG e durante a adolescência escreveu um diário, incentivada pelo pai, um minerador filho de ingleses. Já adulta, decidiu publicar parte do diário, para que suas netas conhecessem um pouco de sua vida. O livro foi traduzido para várias línguas e recentemente transformado em filme.

pitoresco sobre sua percepção acerca da dificuldade em lidar com as formas tradicionais de contagem do tempo:

Na Cavahada⁸⁴ só os homens têm relógio. Quem mora no meio da cidade não sente falta porque quase todas as igrejas têm relógio na torre. Mas quando meu pai não está em casa é até engraçado o engano de horas [sic] conosco. Durante o dia não precisamos de relógio porque chegamos em casa ao mesmo tempo para o almoço e o jantar. Além disso temos a corneta do quartel que toca até nove horas. Depois dessa hora o relógio de mamãe é o galo, que não regula muito bem. Já nos tem pregado boas peças e mamãe não se corrige. Há dias em que eu até desejo que o galo de casa e dos vizinhos morram. Mas também não adiantava, porque vinham outros para o lugar. Canto de galo nunca dá certo, e ninguém se convence. Quando o galo canta às nove horas, dizem que é moça que está fugindo de casa para casar. Eu ouço sempre galo cantar às nove horas e é raro moça fugir de casa. Antigamente eu acreditava na hora do galo porque, na Boa Vista, a gente pergunta a hora a um mineiro [trabalhador da mineração], ele olha para o sol e diz. A gente vai ver no relógio e dá certo. Por isso eu pensava que o sol marcava a hora durante o dia e o galo durante a noite. Estou vendo hoje que é engano (MORLEY, 2015, p. 101 – 102).

Para exemplificar os transtornos causados pelo galo, a garota narra um episódio sucedido naquela data. Durante a noite, sua mãe veio acordá-la com pressa, dizendo que já eram quatro horas e deveriam ir à missa da madrugada. Helena e a irmã obedeceram a contragosto e com muito sono, saíram de casa acompanhadas da mãe. Ao ver que a rua estava inteiramente deserta e a lua alta no céu, a adolescente questionou a mãe: “a senhora vai ver se o galo acertou a hora desta vez!”. Ao passar pelo quartel da cidade, elas foram paradas pelo soldado de plantão, que indagou porque a mulher estava na rua com duas meninas a aquela hora da noite. Da resposta da mãe de que elas estavam indo à missa na Igreja da Sé, o soldado duvidou, dizendo que não era Natal e portanto, não havia missa naquele dia à meia-noite! As mulheres com medo do soldado, voltaram correndo para casa e cansadas, dormiram vestidas como estavam. Na manhã seguinte, perderam a hora, chegando à igreja somente quando a missa já estava terminando (idem, p. 102).

A situação embora cômica, reflete bem os conflitos a que estavam sujeitos aqueles que viveram numa época de transição. Em 1893 já existiam relógios em Diamantina para regular a passagem do tempo, mas a maior parte da população não dispunha desse mecanismo, vivendo ainda à mercê dos marcos temporais naturais, o cantar do galo entre eles. Helena fala de sua indignação com o fato de viver sujeita à

⁸⁴ Bairro de Diamantina / MG.

imprecisão e à subjetividade que caracterizavam a marcação do tempo pelo galo. Mas também revela que ao final do século XIX, mesmo em Minas Gerais, um dos estados mais ricos do país, o uso privado do relógio era vedado às mulheres. Embora não usassem relógio, e só dispusessem de recursos subjetivos para avaliar a passagem do tempo, as mulheres estavam submetidas à rigidez do horário estabelecido por aquele artefato de uso exclusivo masculino.

A menina teve medo de ser presa junto com a mãe e a irmã, por estar na rua em horário considerado impróprio para a circulação de mulheres. Quais eram os horários próprios ou impróprios, eram classificações estabelecidas pelo universo masculino e impostas às mulheres, sem que a elas fosse permitido o acesso a meios objetivos de certificação de tais horários. O relógio da igreja também demarcava o tempo, mas as mulheres “de bem” não poderiam estar na rua à noite para verificá-lo. Até determinado horário havia um sinal sonoro que permitia à coletividade situar-se no tempo – a corneta do quartel. Após as nove horas, o “relógio” das mulheres era o galo. Assim, o relógio era utilizado como mais um instrumento a serviço da limitação da circulação feminina nos diferentes espaços sociais.

Em relação à mensuração do tempo escolar, esta também se configurou como um processo de construção política e social. Rita Gallego ao estudar as diversas temporalidades nas escolas públicas do estado de São Paulo na segunda metade do Oitocentos, demonstrou como se deu a regularização dos horários de professores e alunos e como tais sujeitos precisaram estabelecer uma nova relação com o tempo desde que este passou a ser medido a partir de critérios essencialmente quantitativos (GALLEGO, 2010).

Segundo Gallego, as escolas do século XIX adotavam tradicionalmente um horário de abertura e fechamento que via de regra, era bastante impreciso – “pelas 8 horas”, “outro tanto à tarde”, por exemplo. A delimitação de horários rígidos para a entrada e saída dos alunos demandou segundo a autora, negociações e imposições, visto que, ao exigir do aluno pontualidade, era necessário sincronizar o tempo social das famílias ao tempo escolar, notadamente o tempo das refeições e deslocamentos até a escola. Galego chama atenção para o fato de que, não obstante a legislação progressivamente impusesse pontualidade a alunos e professores, esta era uma

norma de difícil cumprimento para tais sujeitos, visto que a maioria das casas não dispunha de um relógio. A autora menciona inclusive, o caso de um professor que em 1886, sofreu processo por ter roubado o relógio da escola em que lecionava, com o intuito de se orientar com os horários das próprias refeições (idem, p. 342).

Também segundo Gallego, a destinação de relógios de parede pelo Estado para as escolas, assim como manuais e outros textos pedagógicos destinados ao ensino das funções e correta utilização do novo aparelho, era essencial. A título de exemplo, a autora menciona o manual de Daligaut, datado de 1874, que elencava o relógio entre os principais elementos do mobiliário escolar. Gallego diz que “a perseguição de um modelo moderno de escola primária exigiu um tempo racionalizado e marcado pelo relógio, mas esse tempo não consistia na realidade da maioria das pessoas” (idem, p. 351).

Faço um parêntese a fim de observar que por vezes, a importância do relógio no ambiente escolar transcendia sua função precípua de racionalizar a contagem do tempo. Franco por exemplo, relata que no Colégio do Carmo, dentre os castigos impostos pelas freiras, aquele considerado mais humilhante pelas alunas era o “castigo do relógio”. Comportamentos indisciplinados tais como correria, balbúrdias, discussões entre colegas ou com professores, conversas durante a missa, enurese noturna, entre outros, eram motivo suficiente para que a aluna fosse condenada à exposição pública embaixo do relógio (FRANCO, 2001, p. 246 – 247). Assim, por imprimir um novo ritmo às ações de professores e alunos, o relógio assumia uma centralidade nas atenções da comunidade escolar.

Além do relógio, também podemos observar a importância atribuída à delimitação e racionalização do tempo na grande tabela de horários das aulas semanais, inscrita no quadro negro do grupo escolar (foto 12). Destarte, o tempo dentro da escola republicana não mais estaria sujeito a balizamentos fluidos, e sobretudo não mais seria regido por marcos religiosos – como o badalar dos sinos das igrejas – e muito menos ainda pelos marcos naturais – como o cantar do galo ou o pôr-do-sol.

Como muito bem assinalou Jacques Le Goff, “os que controlam o calendário controlam indiretamente o trabalho, o tempo livre e as festas” (LE GOFF, 1994, p.

494). Portanto, o relógio de parede não aparecia em destaque nas salas de aulas por razões de ordem meramente estéticas: antes revelava um interesse maciço do Estado em disciplinar a contagem e a passagem do tempo que regia a vida escolar.

3.3 As festas cívicas escolares

As festas escolares assumiram um papel singular dentro do projeto de educação estabelecido pela República no Brasil. Já no princípio do século XX, as festas realizadas sobretudo nas escolas primárias, se revestiram de um caráter cívico, cujo objetivo era inculcar e reforçar na criança, sentimentos de pertença e comprometimento com o novo conceito de nação.

Como parte imprescindível do ritual festivo, os grandes desfiles escolares conferiam visibilidade social aos princípios do novo modelo político, cuja sustentação ideológica, conforme discutido anteriormente, se ancorava no liberalismo e especialmente no positivismo. O desfile era a expressão de uma coletividade harmônica e ordeira, enraizada no processo de escolarização em massa preconizado pela República (Cf. COSTA & FRANCO).

Para o presidente Jeronymo Monteiro, a comemoração das “grandes datas” era considerada de extrema relevância, fato que ele expôs com clareza na mensagem encaminhada ao Congresso Legislativo em 1910:

O sentimento cívico é despertado constantemente pela recordação dos nossos grandes feitos e dos nossos dignos e venerandos antepassados. [...] As solenizações das nossas grandes datas conservam o ânimo da criança sempre bem disposto para o estudo, facilitam-lhe a compreensão e a levam a receber a instrução com facilidade e com agrado, sujeitando-se alegremente à disciplina escolar e simpatizando-se com a escola. Daí o fenômeno de não poderem atualmente os pais evitar que seus filhos deixem de ir à escola sem grandíssima contrariedade para estes, quando dantes a escola era apontada como castigo (ESPÍRITO SANTO, 1910, p. 22).

Já em sua mensagem final, Jeronymo descreveu com maiores detalhes a dinâmica da realização das festas cívicas. Em sua fala fica bastante nítido o processo de ritualização deste tipo de evento:

De conformidade com a prática neste sentido estabelecida nas escolas Normal e Modelo, no Grupo Escolar Gomes Cardim e em todas as escolas do estado realizam-se comemorações cívicas das datas que relembram os fatos principais da história nacional. Essas comemorações têm se feito por meio de sessões, nas quais o professor profere uma alocução adequada ao assunto e em seguida os alunos recitam poesias e trechos alusivos e cantam os hinos nacional, espírito-santense, da bandeira e da República e canções patrióticas. Na Escola Modelo o batalhão infantil, adrede organizado, para o preparo do futuro cidadão, com a sua banda de música e todo o aparato necessário, faz evoluções militares e exercícios de esgrima em homenagem à data que se comemora. Há uma parte da comemoração que é escrita e na qual os alunos copiam trechos e fazem mesmo pequenas composições ditadas pelos professores sobre o fato que se soleniza. Esses trabalhos são insertos depois nas colunas de pequenos jornais escolares – A Pátria e A Escola, órgãos da escola Modelo e do Grupo Escolar. À noite realiza-se no teatrinho, construído com o necessário capricho no salão nobre da escola, representações de pequenas comédias ou revistas em prosa e em verso, recitativos de poesias ou monólogos, cantos de hinos, cançonetas ou canções a duas ou três vozes, sempre adequadas ao objetivo em vista que é a instrução da criança (ESPÍRITO SANTO, 1913, p. 59).

Também no relatório final do governo de Jeronymo Monteiro, apareceram com destaque duas imagens da Festa das Árvores realizada em Vitória, no encerramento do ano letivo de 1909. Naquele ano, o governo instituiu a obrigatoriedade dessa comemoração, incluída no calendário escolar capixaba pelo decreto n. 2.201.

O documento não traz qualquer referência textual ao evento, além das legendas sucintas abaixo das imagens. Quem descreveu com vivas cores a realização daquela primeira Festa das Árvores em Vitória, foi Stelinha Novaes⁸⁵:

A Festa da Árvore, linda e expressiva, que o Dr. Jeronymo introduziu no Espírito Santo, realizou-se a 30 de novembro de 1909. Grande concentração infantil na Pedra D'Água⁸⁶, encerrada com a visita do Presidente, para abraçar, beijar e acariciar aquele mundo de suas esperanças; dar-lhe o exemplo de amor à árvore e ao trabalho. Desde às 9:30 o Cintra [embarcação] transportava os escolares e seus professores, para gozarem o dia ao ar livre. Às 11:30 seguiu o Batalhão Infantil, e mais alunos e professores. Cantaram roda e outros brinquedos, além de teatrinho com recitativos, monólogos sobre as árvores, as flores, a natureza em geral. Às 16 horas, chegou o Dr. Jeronymo, acompanhado de sua família, dos seus auxiliares e outras pessoas. Tomou o Presidente as rudes ferramentas agrícolas, cavou a terra e plantou um pau-brasil, ao som do Hino Nacional e à sombra da Bandeira Brasileira, para que o imigrante, recebido para laborar conosco, tivesse logo de conhecer a nova árvore tintureira, cujo

⁸⁵ Considerando que Stelinha era normalista à época, e como dito anteriormente, pertencia à família Monteiro, é bastante provável que a autora tenha de fato comparecido à festa descrita.

⁸⁶ A Pedra D'Água situava-se na Baía de Vitória e lá estavam localizados o Escritório da Imigração e a Hospedaria na qual os imigrantes recém-chegados da Europa deveriam guardar a quarentena antes de se dirigirem ao interior do estado.

valor econômico atraía os colonizadores de nossa Pátria (NOVAES, 1979, p. 129).

As imagens constantes no relatório mostram o desfile dos alunos que partiram da Escola Modelo em direção ao cais do porto, a fim de embarcar para a Pedra D'Água. Não foram encontrados registros fotográficos dos momentos lúdicos da atividade, dos discursos proferidos ou do plantio das árvores.⁸⁷

Na foto 14, o fotógrafo estava posicionado de frente para o Palácio do Governo. A parte inferior da imagem é dividida por uma linha diagonal formada por extensa fila dupla de crianças uniformizadas, que se estende pela escadaria do Palácio. Faz-se necessário lembrar que a Escola Normal e seu anexo, a Escola Modelo, ficavam exatamente ao lado do Palácio, localizado no alto de um promontório, de frente para o cais do porto. A fila se estende da praça em frente ao cais até à escadaria que leva ao Palácio, na parte alta da cidade. Essa fila dupla de crianças uniformizadas preenche os dois terços inferiores da imagem. Nas primeiras posições da fila, ocupando a maior parte da praça, estão as meninas menores. Logo atrás, elas são seguidas por um grupo de meninos, também uniformizados. Quanto ao grupo que desce a escadaria, não é possível identificar sua composição. Apenas no terço superior, ocupado pelo imponente Palácio, não há pessoas.

No lado esquerdo da foto, vemos o casario colonial da praça. Algumas mulheres bem vestidas e com guarda-sóis, e homens trajados com paletós e chapéus de palhinha estão próximos às crianças. Provavelmente tratava-se de professoras e outras autoridades que iriam acompanhar as crianças ao passeio. Outra possibilidade, é que algumas mães tenham ido assistir ao desfile e despedir-se das crianças.

Em primeiro plano, dispostos aleatoriamente na praça e às portas e sacadas do casario, vemos um outro grupo de pessoas, constituído por adultos e alguns adolescentes. Este terceiro grupo é inteiramente distinto dos dois primeiros, mui formalmente trajados: são pessoas que simplesmente moram, trabalham e/ou vagueiam pelas redondezas e interromperam seus afazeres para observar tão inusitada procissão. Não há mulheres neste terceiro grupo.

⁸⁷ Para mais informações sobre a Festa das Árvores de 1909, a partir da leitura de jornais da época, ver COSTA & FRANCO.

Foto 14 – Embarque dos alunos da Escola Modelo para a Festa das Árvores – 1909



Embarque dos alunos da Escola Modelo para a festa das arvores. 1909

Fonte: Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1908 a 1912 pelo Exmo. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro presidente do estado durante o mesmo período.
Acervo: CE / BC / UFES

A foto 15 também retrata o embarque das crianças para a Festa das Árvores no mesmo ano, porém foi clicada de um outro ângulo. Desta vez o fotógrafo estava de costas para o Palácio, e focalizou o desfile do “Batalhão Infantil Jeronymo Monteiro” em direção ao cais do porto. Nesta imagem, os alunos do Batalhão – composto exclusivamente por meninos – já desceram a Escadaria do Palácio e são vistos de costas, marchando em direção ao cais. Os alunos se apresentam em fila dupla, com o uniforme paramilitar branco do Batalhão Infantil. As fileiras aparecem em uma linha oblíqua, e os meninos marcham paralelamente aos sobrados da praça. Ao fundo vemos o canal da Baía de Vitória e o Morro de Argolas, localizado em Vila Velha. Mais à esquerda, está a embarcação (“o Cintra”), decorada com bandeirolas.

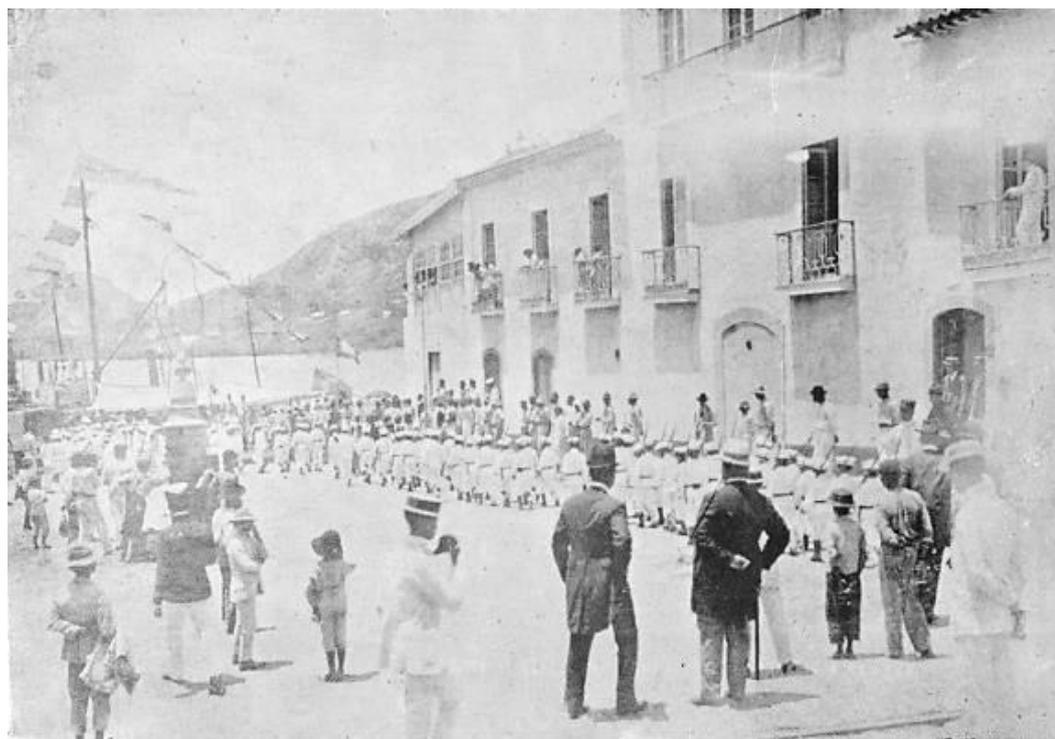
Em primeiro plano, de costas para a câmera, dois homens em trajés elegantes observam a marcha, sendo um deles o Deputado Júlio Leite.⁸⁸ Próximos estão outros dois homens jovens de paletó claro e chapéu. O restante do espaço é outra vez ocupado pela população simples da região, posicionada aleatoriamente, porém distante dos alunos que desfilam. Ao contrário da primeira imagem, nenhuma mulher está presente na cena. Aqui temos um número maior de crianças e jovens observando com interesse o desfile. Um grupo de homens simples está posicionado na calçada do casario, à direita, assistindo de perto ao desfile. Outro grupo de pessoas, também em trajés bastante simples, observa do outro lado da praça, a passagem do cortejo. Neste último grupo estão inseridos os garotos pobres (alguns deles descalços). Entre o grupo de populares à esquerda e o Batalhão Infantil, há um “vácuo”.

A primeira referência encontrada sobre um batalhão escolar no Espírito Santo data de 1908 e foi veiculada pela imprensa de Vitória:

A meninada da Escola Modelo Jeronymo Monteiro anda justamente alvoroçada e toda entregue aos exercícios militares, preparando-se com afinco para a formatura que em breves dias terá de fazer o Batalhão Infantil, organizado sob iniciativa e cuidados do infatigável Professor Gomes Cardim, ilustrado diretor daquele estabelecimento. Para isso acabam de chegar espingardinhas, tambores, cornetas e outros apetrechos bélicos, especialmente encomendados, além da bandeira nacional destinada ao Batalhão Infantil, cuja inauguração deverá ser feita a 19 deste mês, com grandes solenidades (Commercio do Espírito Santo, 13 de novembro de 1908).

⁸⁸ Conforme identificação de Mário Aristides Freire.

Foto 15 – Desfile dos alunos da Escola Modelo para a Festa das Árvores
Novembro de 1909



Desfile dos alunos da Escola Modelo para a festa das arvores. Novembro de 1909

Fonte: Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1908 a 1912 pelo Exmo. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro presidente do estado durante o mesmo período.
Acervo: CE / BC / UFES

Com o intuito de equipar o “Batalhão Infantil Jeronymo Monteiro”, formado por alunos da Escola Modelo, o Estado adquiriu o seguinte armamento: 199 carabinas com cinturões e sabres, 06 espadas e 01 bandeira. Para a banda do Batalhão foram adquiridos os instrumentos a seguir: 05 tambores, 06 cornetas, 01 flautim em ré bemol, 01 requinta em mi bemol, 04 clarinetes em si bemol, 01 clarinete em lá bemol, 02 pistons em si bemol, 01 bugle em si bemol, 03 trombones em dó bemol, 01 barítono em si bemol, 01 bombardão em si bemol, 05 saxes, 01 bumbo, 02 pratos, 01 caixa tarol, 01 bombardino, 01 flauta em ré bemol, 01 saxofone soprano em si bemol (ESPÍRITO SANTO, 1913, anexos, p. 30).

*

* *

Segundo Joaquim Pintassilgo, a realização de festas cívicas – a Festa das Árvores entre elas – remonta à França da 3ª República. Pintassilgo nos diz que na França do século XIX,

As festas serviam de complemento, em alguns casos mesmo de substituto, à educação escolar, assegurando uma espécie de formação permanente ao cidadão e eram, além disso, o lugar ideal para uma educação coletiva, em que os próprios espectadores desempenhavam um papel ativo, sendo simultaneamente educandos e educadores. Esta obsessão pedagógica da festa revolucionária tinha por base uma confiança de tipo iluminista na educabilidade natural do homem e idealizava transformar a sociedade e a vida cotidiana num espaço aberto destinado à formação integral de cidadãos. [...] A festa assumia ainda uma função política e ideológica bastante vincada. Pretendia-se, através dela, influenciar e orientar as pessoas, impregnar os cidadãos do espírito da república. Numa palavra: a festa visava a endoutrinação. A festa revolucionária constituía ainda, pelo entusiasmo coletivo que desencadeava, o lugar por excelência para promover a unanimidade e a fraternidade. A vontade de reconciliação nacional, necessária à preservação da nova ordem, está sempre subjacente ao espírito da festa (PINTASSILGO, 1998, p. 177 – 178).

O autor assinala que o culto à árvore, instituído como festa cívica pela Revolução Francesa, inspirava-se nas antigas tradições populares de celebração da natureza. Entre os predicados atribuídos à árvore, destacava-se sua capacidade de renovação, que os revolucionários procuravam identificar com o ideal de regeneração social (idem, p. 179).

Renata Cândido reconhece a origem revolucionária das festas alusivas às árvores no Brasil e em Portugal, mas frisa que deve ser considerada também, a influência norte-americana do chamado “*Arbor Day*” – cerimônia pública onde se realizava o plantio de espécies destinadas à arborização urbana – iniciado em 1872. Nos Estados Unidos assim como na França, a árvore estava profundamente ligada, segundo a autora, a um sentido de liberdade. De acordo com Cândido, as primeiras notícias publicadas pela imprensa paulista sobre tal festa⁸⁹ inclusive, traziam o nome inglês original, “*Arbor Day*” (CÂNDIDO, 2012, p. 235).

Ao analisar a Festa das Árvores celebrada nas escolas primárias portuguesas no princípio do século XX, Pintassilgo destaca a riqueza e complexidade simbólica que envolviam esse importante ritual cívico. Para o autor, a árvore prestava-se a representar a capacidade de regeneração da decadente sociedade portuguesa. Além dessa possibilidade de renovação e reconciliação, a árvore simbolizava também outros valores e imagens bastante caras à República, tais como a vida, a liberdade, a solidariedade e a aproximação entre os homens (Cf. PINTASSILGO, 1998 e 2012).

Pintassilgo observa que embora a Festa fosse organizada no âmbito das escolas primárias, seu alcance ia bastante além do ambiente escolar, visto que constituía-se em espetáculo desenvolvido no espaço público, sendo o cortejo cívico um de seus principais elementos (PINTASSILGO, 1998, p. 190 – 191).

Cândido ressalta o sentido político da festa, visto que “o culto da árvore poderia ser entendido como uma prática simbólica, chamada para a socialização política dos cidadãos no modelo político republicano” (CÂNDIDO, 2012, p. 234). A autora ainda acrescenta que as festas

[...] contribuíram de forma mais ou menos incisiva, para a consolidação de sistemas políticos e de um ideal de sociedade imaginados pelos governantes, desejosos do progresso de seus países. Elas contribuíram com estes intentos a partir do momento da sua preparação nas aulas e nos ensaios, nos quais os estudantes estudavam textos, recitavam poesias, ensaiavam peças teatrais, aprendiam comportamentos (disciplina, obediência, perseverança e precisão) a serem disseminados *para* e

⁸⁹ A Festa das Árvores foi realizada no Brasil pela primeira vez, na cidade de Araras (SP) em junho / 1902.

aprendidos *por* toda a população no momento festivo. Por meio das festas, os indivíduos puderam ver concretizados os ideais, valores e normas da escola e de um projeto político para a sociedade: a festa era a representação de todos esses ideais concretizados (CÂNDIDO, 2012, p. 203 – 204).

Quanto aos batalhões escolares, Pintassilgo observa que estes se constituíam em manifestações que tinham o patriotismo como grande referência simbólica. Para o autor, com a instrução militar aliada à educação física “aspirava-se à formação do caráter, à aquisição de hábitos de disciplina e à ‘regeneração’ física da ‘raça portuguesa’, juntamente com a interiorização do espírito patriótico. O seu fardamento e coreografias supunham a exibição pública desse perfil e a partilha dos respectivos valores” (PINTASSILGO, 2012, p. 368).

Os batalhões formados por crianças teriam surgido na França ao tempo da Revolução e ganhado força também durante a 3ª República. A difusão e fortalecimento do patriotismo eram os objetivos centrais dos batalhões, que ministravam uma instrução militar rudimentar aos alunos das escolas primárias, com vistas a formar futuros cidadãos aptos a defender seu país em casos de guerra (PINTASSILGO, 1998, p. 201 – 202). Alvo de fortes críticas, sobretudo por parte de movimentos pacifistas, os batalhões já estavam extintos na França em 1894. Em Portugal no entanto, os batalhões – apesar de terem surgido ainda durante o período monárquico – foram impulsionados após o advento da República (*idem*).

Para melhor compreender a cisão formal e espacial existente entre as crianças que faziam parte da festa realizada em Vitória no ano de 1909 e a população que apenas assistia a aquele novo espetáculo, recorri a Marcus Levy Bencostta. Esse autor analisou imagens de desfiles patrióticos em Curitiba inseridos no contexto da cultura dos grupos escolares e diz que o posicionamento das crianças uniformizadas no centro da rua estabelece “fronteiras instituídas pelo ritual da celebração com as demais crianças espectadoras, que de certo modo, também foram ali para festejar, poderemos interpretar a existência de grupos diferenciados, entre aqueles aptos a exercer a função do desfile e os demais” (BENCOSTTA, 2006, p. 305). Da mesma forma, é possível dizer que durante a realização da festa de 1909, as crianças capixabas demarcaram fronteiras e conseqüentemente, uma identidade dentro do espaço urbano.

Nas fotografias 14 e 15 temos dois grupos de pessoas muito bem delimitados. No primeiro grupo – que nas fotos aparece como muito mais numeroso e garboso – estão as crianças e adultos bem vestidos, bem organizados, ordeiros, e que fazem parte de um grupo definido, com uma função social definida (formam um “mundo de esperanças”, conforme dito por Stelinha Novaes) e neste momento saem para passear. Eles são parte constituinte do planejamento instituído pela República. O segundo grupo é formado pelo restante da população. São os “outros”. Para estes não há organização, roupa bonita, e nem haverá passeio. Não será neles que a República depositará suas “esperanças”. Há um distanciamento e uma delimitação clara entre as crianças da rua e as crianças do “mundo de esperanças”. A coletividade harmonicamente disposta e organizada em oposição à informalidade e à desordem, traduz e teatraliza a construção da nova ordem política e social tão almejada.

3.4 A escola como espaço edênico

*“Então plantou o Senhor Deus um jardim, da banda do oriente, no Éden;
e pôs ali o homem que tinha formado.
E o Senhor Deus fez brotar da terra
toda qualidade de árvores agradáveis à vista e boas para comida,
bem como a árvore da vida no meio do jardim,
e a árvore do conhecimento do bem e do mal.”*

(GÊNESIS: 2, 8 – 9)

Em 1910, quando divulgou dados estatísticos sobre os percentuais de matrícula e frequência de alunos, contabilizados sobre o universo da população capixaba, Jeronymo Monteiro chegou a uma conta de 10% das crianças matriculadas – conforme apresentado na introdução deste capítulo. Num cálculo extremamente otimista e valendo-se de um discurso auto-elogioso, Jeronymo considerou os números “muito animadores” (ESPÍRITO SANTO, 1910, p. 21). O que o governante não mostrava porém, é que passados quase 21 anos da institucionalização do regime republicano no país, 90% das crianças em idade escolar residentes no Espírito Santo não estavam sequer matriculadas em qualquer escola e outros 3% estavam matriculadas, mas não a frequentavam assiduamente.

Aquela estreita minoria de crianças e jovens que compunha a categoria dos estudantes, desfrutava de condições extremamente desiguais no que tange à escolarização. As escolas da capital do estado, notadamente a Escola Normal e Anexas e, em seguida, o Grupo Escolar Gomes Cardim, ofereciam instalações e circunstâncias bastante diferenciadas em relação às escolas da periferia de Vitória ou do interior do estado. Os objetivos propostos pela República para a área da instrução pública começavam a tomar a forma, mas não o alcance quantitativo que fôra ensejado no decorrer do século XIX.

As fotografias escolares apresentadas por Jeronymo Monteiro nos mostram crianças sendo preparadas para um mundo em que ordem e disciplina eram os princípios estruturantes. Se os índices de matrícula e frequência eram baixíssimos, os de reprovação e retenção ao contrário, deveras elevados. O bom comportamento se sobrepunha ao desempenho acadêmico. Nas imagens, assim como nas escolas, não havia lugar para a espontaneidade, muito menos para algazarra infantil. A imagem dos pequenos corpos domesticados sinaliza para um ensejo de domesticação dos comportamentos.

O tempo passava a ser medido e organizado de forma quantitativa e racional. O aprendizado de uma nova forma de contabilizar e distribuir as atividades ao longo do tempo era premente naquele estado que vivenciava um primeiro surto de urbanização e industrialização. Urgia a preparação de indivíduos aptos para um novo mundo do trabalho que se descortinava, tanto nas cidades quanto no campo.

Em cada classe, em local de destaque logo acima do quadro negro, há um relógio de parede. Dentro da escola, o relógio mensura a passagem do tempo de forma intransigente, porém democrática: o tempo é o mesmo para alunos, professores e diretores. Homens e mulheres, adultos e crianças do bairro nobre ou da periferia, todos estavam submetidos à mesma inflexibilidade dos ponteiros. Em casa ou nas ruas porém, nem sempre há relógios à disposição das crianças e de suas famílias, ou dos profissionais da educação. O sol, o galo, o sino da igreja ainda continuam a balizar a passagem do tempo para uma parcela substancial da população. Como harmonizar estes dois sistemas de contagem do tempo? Para quem tem a ventura

de possuir um relógio em casa, nada obsta. Para os não agraciados, o impávido relógio na parede tornava-se um obstáculo a mais na aventura da escolarização.

Os momentos comemorativos se multiplicam. A República deve ser celebrada e a Pátria, enaltecida. Mas aqui a festa é sempre ritualizada. Tudo já está previamente ensaiado: a alocução do diretor da escola, a declamação de poemas ufanistas pelas crianças, o desfile pelas ruas, a presença das autoridades, os hinos cantados em uníssono por todos os presentes. A República aliás era prolífica em hinos. O Hino Nacional, Hino à Bandeira, Hino do Espírito Santo, Hino à Árvore, os hinos das escolas, o Hino a Dom Fernando, Hino ao Dr. Jeronymo (NOVAES, 1979) e tantos outros, eram entoados durante os rituais escolares de inculcação do civismo.

Outra questão também muito bem delineada nas imagens é a docência como um *locus* feminino. Embora a Escola Normal ainda contasse com seções separadas por gênero, a condição de normalista aparece nas fotografias, sempre associada à figura feminina. O número de homens matriculados na Escola Normal decrescia, mas até 1912 ainda era significativo (Cf. FRANCO, 2001). Jeronymo no entanto, associa abertamente a docência à figura da mulher maternal e gentil, que espalha flores a seu redor. Não há em todo documento foto alguma de qualquer normalista do sexo masculino. Poucos são os homens que aparecem nas fotos escolares – além dos alunos das escolas primárias – e quando lá estão, na maior parte das imagens, eles se apresentam não como regentes de classe, mas em cargos de direção.

A configuração espacial das escolas se apresenta de forma mais atraente do que no período anterior, a julgar pela fala do próprio Jeronymo. Espaços iluminados, arejados e modernamente equipados. Flores, fitas, gravuras, músicas, poesias e rituais cívicos passam a fazer parte do cotidiano das crianças. Ao invés de um local imundo, donde antes emanavam suplícios e castigos físicos, Jeronymo nos apresenta uma escola que ele próprio define como “Éden”, para a qual os pais já não podem mais evitar que seus filhos acorram “sem grandíssima contrariedade para estes”.

Um certo “tom bíblico” já havia sido percebido por Resende e Faria Filho nos relatórios dos presidentes da Província de Minas Gerais do século XIX (RESENDE & FARIA FILHO, 2001, p. 83). Já sobre as mensagens presidenciais do período republicano, Araujo as percebe como uma “[...] expressão discursiva de caráter linguístico, mas conjugada ao pensamento político. Trata-se de assumir a linguagem nelas presente como forma de prática social, e não como explicitação individual do(s) presidente(s) de estado(s) [...]” (ARAUJO, 2012, p. 104).

Mas a escola que se destinava a “formar o coração, o espírito e o corpo” das novas gerações de cidadãos, com o objetivo de “bem servir à sociedade e à Pátria”, conforme definiu Jeronymo, era extremamente intransigente. Corações, espíritos e corpos nos são apresentados enrijecidos em convenções imagéticas pré-estabelecidas. A convenção não pretende aprisionar, mas antes domesticar os corpos das crianças e o olhar do leitor.

A escola republicana como o Jardim do Éden, era florida, porém regida por normas severas e inclementes, e sobretudo, não era para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Decidi então tomar como guia de minha nova análise a atração que eu sentia por certas fotos. Pois pelo menos dessa atração eu estava certo. Como chamá-la? Fascinação? Não, tal fotografia que destaco e de que gosto não tem nada do ponto brilhante que balança diante dos olhos e que faz a cabeça oscilar; o que ela produz em mim é exatamente o contrário do estupor; antes uma agitação interior, uma festa, um trabalho também, a pressão do indizível que quer se dizer. Então? Interesse? Isso é insuficiente; não tenho necessidade de interrogar minha comoção para enumerar as diferentes razões que temos para nos interessarmos por uma foto; podemos: seja desejar o objeto, a paisagem, o corpo que ela representa; seja amar ou ter amado o ser que ela nos dá a reconhecer; seja espantarmo-nos com o que vemos; seja admirar ou discutir o desempenho do fotógrafo, etc; mas esses interesses são frouxos, heterogêneos; tal foto pode satisfazer a um deles e me interessar pouco; e se tal outra me interessa muito, eu gostaria de saber o que nessa foto me dá o estalo. Assim, parecia-me que a palavra mais adequada para designar (provisoriamente) a atração que sobre mim exercem certas fotos, era aventura.

[...]

Nesse deserto lúgubre, me surge, de repente, tal foto; ela me anima e eu a animo. Portanto, é assim que devo nomear a atração que a faz existir: uma animação. A própria foto não é em nada animada (não acredito nas fotos ‘vivas’) mas ela me anima: é o que toda aventura produz. ”

(Roland Barthes *in*: A câmara clara)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há vários anos eu já conhecia superficialmente a “Exposição sobre os Negócios do Estado no Quatriênio 1908 – 1912 pelo Exmo. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro presidente do Estado no mesmo período”. Nas ocasiões em que, no passado, folheava o documento, perguntava-me sobre aquelas crianças e jovens: quais os seus nomes, suas idades, como eram suas famílias e especialmente, que destinos teriam eles tomado na vida. Considerando que entre os alunos retratados nas fotografias escolares, nenhum estava identificado (nem no texto impresso do documento nem em anotações à margem) e considerando também que todos inexoravelmente já são falecidos, não seria de modo algum possível responder a tais indagações, estabelecidas de forma emocional, confesso.

Ao iniciar a elaboração do projeto de pesquisa que originou esta dissertação, outros questionamentos se colocaram diante da fonte que me propus a estudar. Por que a presença de tantas fotografias escolares no corpo do documento produzido ao final da gestão Monteiro? Que significados podem ser atribuídos a essas imagens? Por que, mesmo que a educação fosse tratada de forma “homogênea” no texto do documento, a diversidade era tão gritante nas imagens, seja no que tange às instalações das escolas, seja em relação aos grupos de alunos? Por que tantas moças nas fotos e por que tão poucos negros e negras? Quais os significados dos eventos escolares que repentinamente, extrapolaram os muros da escola e ganharam as ruas da cidade, transformando-se em grandes espetáculos?

Procurei ater-me a este segundo bloco de perguntas, mais pertinentes ao âmbito da pesquisa histórica. No transcurso da pesquisa, novos questionamentos foram surgindo, desta vez sobre o sentimento de disciplina extremamente rígida que as imagens transmitiam.

Diante de tais considerações, propus então aqui, uma reflexão sobre os sujeitos do processo educacional no Espírito Santo durante o período de 1908 a 1912 –

especialmente os alunos das escolas primárias e normalistas –, sobre o espaço das salas de aula onde se desenvolveu esse processo e por fim, busquei discutir a realização de festas cívicas como uma estratégia importante para a consolidação do projeto educacional estabelecido pela República.

Essa escola republicana apresentada nas imagens não parece avançar necessariamente na mesma direção do que o texto nos diz, ou pelo menos, a velocidade imprimida ao processo não é a mesma para todos os segmentos da sociedade. As fotografias ilustram a mensagem de governo com o intuito de atestar as afirmações do presidente. Mas nem tudo que é dito com palavras está demonstrado com imagens. A escolarização do imigrante por exemplo, não está presente nas fotografias. Apesar de no texto, ele se mostrar deveras preocupado com a questão da nacionalização do ensino e inclusive ter destinado equipamentos às escolas das regiões que estavam sendo maciçamente colonizadas por imigrantes europeus, estes não aparecem nas imagens.

Crianças negras também estão sub-representadas no documento: elas são minoria absoluta nas fotografias escolares. Apenas a foto da pequena Escola de Argolas – bairro da periferia de Vila Velha – apresenta uma sala de aula com um quantitativo semelhante de meninos e meninas brancos e negros. Nas demais escolas, crianças negras não estão presentes ou aparecem apenas pontualmente. Nas fotos da Escola Normal, não vemos futuras professoras negras. À República parecia não interessar a formação do “coração, espírito e corpo” dos filhos e netos dos escravos da Monarquia.

Quanto à coeducação, só podemos visualizá-la na escolinha de Argolas, bairro humilde da periferia de Vila Velha. Não há outras imagens de meninos e meninas na mesma sala de aula – além da foto 13 aqui apresentada –, o que comprova que a coeducação continuava a ser rejeitada pela sociedade, sobretudo pelas elites.

Considero importante fazer outra observação sobre o que concerne à invisibilização da diversidade populacional: não há em todo corpo do documento em tela, qualquer referência textual ou fotográfica à população indígena, que em 1908 ainda era numerosa no Espírito Santo.

Acerca da temática da ordem e disciplina, percebo que de modo geral, ela perpassa todo o conjunto das fotografias aqui estudadas. Nesta dissertação tenho as fotografias escolares como objetivo central, mas elegi outros dois eixos que me pareceram ser bastante “bons para pensar” – parafraseando Claude Lévi-Strauss – sobre esse imperativo republicano, que era a questão da manutenção da ordem.

No capítulo 2 inicialmente, abordei as obras dos “melhoramentos” urbanos em Vitória, especialmente a criação de uma infraestrutura de saneamento básico, eletrificação e urbanização pautadas nos princípios do higienismo, que desembocariam em uma tentativa de sanear os hábitos e costumes da população. Depois discorri sobre a utilização da polícia por Jeronymo Monteiro, como instrumento privilegiado de manutenção da ordem política. Mostrei como esse aparelhamento da polícia lastreado no sistema coronelista, aparece em nossa fonte com muito mais pujança no entorno de Vitória e na região Sul do Espírito Santo, região de maior influência dos Monteiro.

Escolhi estudar este período determinado, primeiro por considerá-lo de relevância para a República, mas também como forma de me apropriar de um personagem que considero talvez o mais provocativo da História do Espírito Santo. Não há unanimidade em torno da figura de Jeronymo Monteiro. Nunca houve. Parte das críticas que lhe são endereçadas são bastante pertinentes. De fato, ele foi um ricoço nascido em berço escravocrata, fazendeiro-coronel-doutor sempre disposto a pegar em armas para manter seu poderio político. Elegeu-se para diversos cargos públicos à base do voto forjado, e valeu-se desses cargos para favorecer aliados e perseguir desafetos políticos. Endividou o estado, contraindo empréstimos de vulto no mercado internacional de capitais. De Marcondes Alves de Souza, seu sucessor na presidência do estado, comenta-se que nada pôde fazer durante o mandato, a não ser tentar saldar as muitas dívidas herdadas.

Mas Jeronymo foi também um grande empreendedor. Sua experiência de juventude em São Paulo colocou-o em contato direto com os ideais de modernidade republicanos, que ele logo traria para o Espírito Santo. Foi Jeronymo quem primeiro

vislumbrou a possibilidade de abrir o leque da economia capixaba e reduzir a dependência das exportações de café, fazendo tentativas de incrementar e diversificar a agricultura e pecuária no estado. Foi também o primeiro governante capixaba a fomentar a industrialização. Criou aliás, toda uma infraestrutura de serviços básicos com vistas à higienização das cidades e à criação de um alicerce para o desenvolvimento industrial no estado.

Outra parcela das críticas dirigidas a Jeronymo Monteiro todavia, são extemporâneas. É fato que boa parte – ou a melhor parte – de suas ações estava circunscrita a Vitória, capital do estado, e a Cachoeiro de Itapemirim e adjacências – seu curral eleitoral. Também é vero que as obras de distribuição de água encanada e esgotamento sanitário realizadas por Jeronymo em Vitória e cidades vizinhas, não foram estendidas à totalidade da população. Mas na verdade, o saneamento básico não foi universalizado no Espírito Santo nem por Jeronymo nem por nenhum dos governantes que o sucederam, mesmo nos dias atuais.

Considero porém, que as obras promovidas durante a gestão Monteiro – seja de construção e reforma de espaços públicos, seja de criação da infraestrutura de saneamento e eletrificação – são compatíveis sim, com o que vinha se desenrolando em outras capitais do país. Os “melhoramentos” empreendidos em Vitória não se comparam obviamente, à macro-escala das reformas urbanas realizadas no Rio de Janeiro, em São Paulo e outras grandes cidades. No entanto, o caráter preconceituoso e excludente das reformas urbanas, também foi característica das obras realizadas em Vitória, assim como caracterizaram as obras do Rio – conforme abordado no capítulo 2.

Por outro lado, a ampla reforma do sistema educacional promovida entre 1908 e 1909 à imagem e semelhança do que transcorria em São Paulo, perduraria até às vésperas da Revolução de 30. Somente 20 anos após a reforma Monteiro / Cardim, haveria algum tipo de reformulação da política educacional desenvolvida no Espírito Santo, desta vez já sob inspiração do escolanovismo, durante a gestão de Aristeu Borges de Aguiar, interrompida pela Revolução.

Com alguma cautela, considero que Jeronymo antecipa certos elementos que mais tarde iriam caracterizar o populismo. Sabia impor-se pela força, inclusive armada se necessário, porém, era uma líder carismático e personalista. Fazia aparições quase teatrais em eventos. Beijava criancinhas. Tirava o paletó em meio a uma solenidade para plantar uma árvore, ao som do Hino Nacional. Realizava obras dizendo-se preocupado em proporcionar conforto aos “desfavorecidos da sociedade”. Utilizava uma linguagem muitas vezes emocionada e exaltada em sua documentação, para enaltecer seus próprios feitos e com isso, demonstrar um amor ou um compromisso exacerbado para com o estado, e assim legitimar sua ação política.

Um dos recursos dos quais ele lançava mão neste intento era justamente a linguagem visual utilizada nos documentos oficiais. Pela primeira vez, um governante capixaba apresentou ao Legislativo e à população, uma documentação ilustrada. A riqueza da documentação fotográfica legada por Jeronymo Monteiro é inestimável. Além de sua mensagem final aqui abordada em parte, há outros documentos iconográficos que estão a merecer um estudo mais aprofundado.

Dentro da própria mensagem final, há também outros temas que carecem de atenção. Gostaria eu mesma, de num futuro próximo, poder analisar por exemplo, a questão da circulação feminina na cidade. Embora este não fosse meu objeto de estudo neste momento, notei que a questão de gênero transcende o processo de feminização do magistério. Através das fotografias, percebi como a circulação de mulheres era restrita na cidade de Vitória naquele princípio de século XX. Ou elas não circulavam pela cidade ou, ao menos, estavam invisibilizadas. Nas fotografias escolares ao contrário, as mulheres são as personagens principais, e lá, elas aparecem com toda força. Nas fotos escolares a presença feminina se destaca pelo número e pelas demonstrações de personalidade sempre ativa por parte das normalistas. Creio que também a questão do higienismo, bem como sua relação com as práticas de exclusão social adotadas no Espírito Santo, também são temas que carecem de uma abordagem mais detalhada.

Mas neste momento, o que me interessou de perto realmente foram as fotografias escolares. Penso ter conseguido demonstrar um pouco do funcionamento da escola

“edênica”, implementada conforme os ideais republicanos, e como a exclusão social era traço marcante e constante desse processo de escolarização.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Elizabeth Souza. **“O dote é a moça educada”**: Mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República. 2010. 320 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Estudos sobre estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo**. Vitória: SPDC / UFES, 1993.

ALMEIDA, Amylton de. **Carlos Lindenberg**: um estadista e seu tempo, Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

ALMEIDA, Jane Soares de. Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e no Brasil a partir do século XIX. *In*: SAVIANI, Demerval *et alii* (Org.). **O legado educacional do século XIX**. 2 ed. – Campinas: Autores Associados, 2006.

_____. Ler as letras: as professoras no contexto do simbólico na formação e profissionalização docente. *In*: ALMEIDA, Jane Soares *et alii* (Org.). **Educação e prática docente** – As interfaces do saber. Franca: Unifran, 2005, p. 200 – 222.

ANDRADE, Mariza Guerra de. **A educação exilada** – Colégio do Caraça, Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ARAUJO, José Carlos Souza. Republicanismo e escola primária nas Mensagens dos presidentes de estado de Minas Gerais (1891 – 1930). *In*: ARAUJO, José Carlos; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes (Org.). **Escola primária na Primária República (1889 – 1930)**: subsídios para uma história comparada, Araraquara, Junqueira & Marin, 2012, p. 100 –150.

BARRETO, Sônia Maria da Costa. **Políticas educacionais no estado do Espírito Santo de 1900 a 1930: um olhar histórico**. Vitória: EDUFES, 1999.

_____. Políticas educacionais e formação de professores no Espírito Santo: anos 1920. *In*: SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel & SALIM, Maria Alayde. (Org.) **História da educação no Espírito Santo: vestígios de uma construção**. Vitória: EDUFES, 2009, p. 194 – 218.

BASTOS, Isabela & LIMA, Ludmilla de. **As diferentes faces do ‘louco’ que criou o bondinho do Pão de Açúcar**. *In*: Jornal O Globo, 20 de outubro de 2012, disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/as-diferentes-faces-do-louco-que-criou-bondinho-do-pao-de-acucar-6458902>. Acessado em 01 de jul. de 2015.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Desfiles patrióticos: memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903 – 1971). *In*: VIDAL, Diana Gonçalves Vidal (Org.). **Grupos escolares – Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 – 1971)**, Campinas: Mercado de Letras, 2006, p. 299 – 321.

_____. História da Educação e cultura escolar: representações e imagens das festas escolares. *In*: VIDAL, Diana Gonçalves e SCHWARTZ, Cleonara Maria (Org.). **História das culturas escolares no Brasil**, Vitória: EDUFES, 2010, p. 247 – 268.

_____. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. *In*: STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena (Org.). **Histórias e memórias da Educação no Brasil – Vol. III – Século XX**, 4 ed., Petrópolis: Vozes, 2011, p. 68 – 76.

_____. Memória e cultura escolar: a imagem fotográfica no estudo da escola primária de Curitiba. **História**, Franca, v. 30, n. 1, Junho de 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742011000100019&lng=en&nrm=iso. Acessado em 16 de mar. de 2013.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOU-HABIB FILHO. Namy Chequer. **A Revolta de Xandoca: desafio à oligarquia Monteiro no ES (1916)**. 2007. 109 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: História e imagem** – Bauru: EDUSC, 2004.

CÂNDIDO, Renata Marcílio. **Culturas da escola: As festas nas escolas públicas paulistas (1890 1930)**. 2007. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. **A máquina de festejar: seus usos e configurações nas escolas primárias brasileiras e portuguesas (1890 – 1930)**. 2012. 309 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. 17 ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**, São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p., 1997. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 28 de jun. de 2015.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. *In*: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 8 ed., 2011, p. 291 – 309.

COSTA, Cíntia Moreira da. “...Criador de lindas quimeras...”. *In*: VITÓRIA, Prefeitura Municipal de. **Escritos de Vitória** – 15 – Personalidades de Vitória. Vitória: PMV, 1996, p. 65 – 69.

_____. Intervenções urbanas como estratégia de combate ao beribéri em Vitória (1908 – 1912). *In*: V Encontro Internacional UFES / Université Paris-Est: Seres vivos: representações, narrativas e história, 5, 2015. Vitória. **Anais do V Encontro Internacional UFES / Université Paris-Est**. Vitória: Laboratório de História, poder e linguagens, 2015. 950 p.

COSTA, Cíntia Moreira da & FRANCO, Sebastião Pimentel. Quando “a mocidade alegre e prazenteira” festejava “a origem de nossa riqueza e o tesouro de nossa grandeza futura” – Dimensões da celebração da Festa das Árvores em Vitória (1909). *In*: SIMÕES, Regina Helena Silva; SALIM, Maria Alayde Alcântara & BERTO, Rosianny Campos (Org.). **História da Educação do Espírito Santo**: vestígios de uma construção – 2 (título provisório). Vitória: Edufes (NO PRELO).

COSTA, Cíntia Moreira da & SILVA, Joccitel Dias da. Ensino de Matemática e desigualdade de gênero na formação de professoras durante a Primeira República: O caso da reforma da instrução pública no Espírito Santo em 1892. *In*: III Congresso Íbero-Americano de História da Educação Matemática, 2015. Belém. **Anais do III Congresso Íbero-Americano de História da Educação Matemática**. Belém (NO PRELO).

COSTA, João Ribas da. **Canoeiros do Rio Santa Maria**. 2 ed. – Vitória: Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina / Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1982.

COUTINHO, Glecy. Saias pregueadas de azul. *In*: VITÓRIA, Prefeitura Municipal de. **Escritos de Vitória** – 10 – Escolas. Vitória: PMV, 1995, p. 31 – 34.

COUTINHO, D. José Caetano da Silva. **O Espírito Santo em princípios do século XIX**: Apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos 1812 e 1819. Vitória: Estação Capixaba e Cultural-ES, 2002.

DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha**. 2 ed. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1995.

DUSSEL, Inés. **Cuando las apariencias no engañan**: Una historia comparada de los uniformes escolares en Argentina y Estados Unidos (siglos XIX – XX). *Proposições – Revista da Faculdade de Educação da Unicamp*, V. 16, n.1 (46), jan./abr. 2005, p. 65 – 86.

ELTON, Elmo. **Tipos populares de Vitória**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida / UFES, 1985.

_____. **Velhos templos de Vitória & outros temas capixabas**. Vitória: Conselho Estadual de Cultura, 1987.

FERREZ, Gilberto. **Photography in Brazil, 1840 – 1900** – Albuquerque: University of New Mexico, 1990.

FRANCO, Sebastião Pimentel. **Do privado ao público**: o papel da escolarização na ampliação de espaços sociais para a mulher na Primeira República. 2001. 295 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FRANCO, Sebastião Pimentel & ASSIS, Elezeare. Considerações sobre o Grupo Escolar Gomes Cardim no contexto da educação primária no Espírito Santo da Primeira República. **Revista Ágora**, Vitória, PPGHIS / UFES, n. 18, 2013, p. 65 – 76.

FRANCO, Sebastião Pimentel & HEES, Regina Rodrigues. **A República e o Espírito Santo**. 3 ed. Vitória: Multiplicidade, 2012.

GALLEGO, Rita de Cássia. Tempo, temporalidades e ritmos nas escolas públicas em São Paulo e a construção da cultura escolar primária – Incessantes negociações (1846 – 1890). *In*: VIDAL, Diana Gonçalves e SCHWARTZ, Cleonara Maria (Org.). **História das culturas escolares no Brasil**, Vitória: EDUFES, 2010, p. 329 – 356.

GINZBURG, Carlo. Além do exotismo: Picasso e Warburg. *In*: GINZBURG, Carlo. **Relações de força**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 118 – 136.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes & GOMES, Sílvia Cunha. **Escola primária e ensino da leitura e da escrita (alfabetização) no Espírito Santo (1870 a 1930)**. Vitória: EDUFES, 2013.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. A organização escolar em Minas Gerais no início da República: intenções, métodos e currículos nas propostas educacionais dos estados e dos municípios. *In*: GONÇALVES NETO, Wenceslau; MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; FERREIRA NETO, Amarílio (Org.). **Práticas escolares e processos educativos: currículo, disciplinas e instituições escolares (séculos XIX e XX)**. Vitória: EDUFES, 2011, p. 423 – 453.

GOUVEA, Maria Cristina Soares de; SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Condições de instrução da infância: entre a universalização e a desigualdade. *In*: ARAUJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes (Org.). **Escola primária na Primeira República (1889 – 1930): subsídios para uma história comparada**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2012, p. 329 – 351.

HARNER, June. Mulheres da elite – Honra e distinção das famílias. *In*: Pinsky, Carla & PEDRO, Joana (Org.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 43 – 64.

_____. **Emancipação do sexo feminino – A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2003, p. 67 – 114.

JABERT, Alexander. Formas de administração da loucura na Primeira República: o caso do estado do Espírito Santo. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 693-716, Dec. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702005000300004&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 04 de Setembro de 2015.

KNAUS, Paulo. **O desafio de fazer História com imagens: Arte e cultura visual.** ArtCultura, Uberlândia, v. 8, n. 12, jan. – jun. / 2006, p. 97 – 115.

KOSSOY, Boris. **Dicionário histórico-fotográfico brasileiro: fotógrafos e ofício da fotografia no Brasil (1833 – 1910)** – São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.

_____. **Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo** – Cotia: Ateliê Editorial, 2007.

_____. **Fotografia & História** – 4 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

LAFARGA, Luz Elena Galván. Algunos lugares de infância que se hacen visibles a través de las imágenes. *In*: SIMÕES, Regina Helena Silva & GONDRA, José Gonçalves (Org.). **Invenções, tradições e escritas da história da educação.** Vitória: Edufes, 2012, p. 193 – 214.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto** – O município e o regime representativo no Brasil. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 3 ed., Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

LIMA, Ivan. **A fotografia é a sua linguagem.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 2 ed., 1988.

LOPES, Sonia de Castro. Imagens de um lugar de memória da educação nova: Instituto de Educação do Rio de Janeiro nos anos de 1930. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.13, n. 37, Abr. 2008. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000100008&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 16 de mar. de 2013.

MALUF, Marina & MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. *In*: NOVAIS, Fernando (Coord.). **História da vida privada no Brasil** – República da *belle époque* à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 367 – 421.

MARROU, Henri-Irénée. **Do conhecimento histórico**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 4 ed., s/d.

MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. “Policiais habilitados não se improvisam”: A modernização da polícia paulista na Primeira República (1889 – 1930). **Revista de História**, São Paulo, n. 164, jan. / jun. 2011, p. 243 – 269.

MAUAD, Ana Maria. **Poses e flagrantes: ensaios sobre história e fotografias** – Niterói: EdUFF, 2008.

_____. **Sob o signo da imagem** – A produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante no Rio de Janeiro na primeira metade do século XX. 1990. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

MAUAD, Ana Maria & LOPES, Marcos Felipe de Brum. História e Fotografia. *In*: CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos domínios da História** – Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 263 – 281.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. História e imagem: iconografia / iconologia e além. *In*: CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos domínios da História** – Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 243 – 262.

MONARCHA, Carlos. Arquitetura escolar republicana: a Escola Normal da Praça e a construção de uma imagem de criança. *In*: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 8 ed., 2011, p. 101 – 140.

MORLEY, Helena. **Minha vida de menina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MUNIZ, Maria Izabel Perini. **Parque Moscoso: documento de vida**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2 ed., 2001.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: Edusp, 3 ed., 2009.

NOVAES, Maria Stella de. **Jerônimo Monteiro sua vida e sua obra**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1979.

_____. **A mulher na história do Espírito Santo** (História e Folclore). Vitória: EDUFES, Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e Secretaria Municipal de Cultura, 1999.

OLIVEIRA Jr., Antônio Ribeiro de. O visível e o invisível: um fotógrafo e o Rio de Janeiro no início do século XX. *In*: SAMAIN, Etienne (Org.). **O fotográfico**. São Paulo: HUCITEC / CNPQ, 1998, p. 73 – 84.

OLIVEIRA, José Carlos de. Agora é março. *In*: OLIVEIRA, José Carlos de. **Os olhos dourados do ódio**. Rio de Janeiro: José Álvaro Ed. 1963, p. 77 – 78.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais** – São Paulo: Perspectiva, 2012.

PECHMAN, Sérgio & FRITSCH, Lilian. A reforma urbana e o seu avesso: Algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n. 8/9, 1984 / 1985, p. 139 – 195.

PINTASSILGO, Joaquim. **República e formação de cidadãos** – A educação cívica nas escolas primárias da Primeira República portuguesa. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

PINTASSILGO, Joaquim e PEDRO, Lénia. **Rituais escolares e construção identitária (Portugal na transição do século XIX para o século XX)**. Livro de atas do IX Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação – Rituais, espaços e patrimônios escolares. Lisboa, 2012, p. 363 – 373.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. **A interiorização da capital pela Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo**. 2008. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa

de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista: Brasil 1890 – 1930. 4 ed., São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RANGEL, Livia de Azevedo Silveira. **“Feminismo ideal e sadio”**: os discursos feministas nas vozes das mulheres intelectuais capixabas – Vitória/ES (1924 a 1934). Vitória: UFES – Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, 2011.

REINER, Robert. **A política da polícia**. São Paulo: Edusp, 2004.

RESENDE, Fernanda & FARIA FILHO, Luciano Mendes. História da política educacional em Minas Gerais no século XIX – Os relatórios dos presidentes da província. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 2, jul. / dez. 2001, p. 79 – 115.

RIBEIRO, Ivanir & SILVA, Vera Lúcia Gaspar da. Das materialidades da escola: O uniforme escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 03, p. 575-588, jul./set. 2012, p. 575 – 588.

RIBEIRO, Luiz Cláudio Moisés. **Excelsos destinos**: História da energia elétrica no Espírito Santo – 1896 – 1968. Vitória: Edufes, 2013.

ROSTOLDO, Jair Peçanha. **A cidade republicana na belle époque capixaba**: Espaço urbano, poder e sociedade. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes** – Mito e realidade. 3 ed., São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: Edusp, 1974.

SALETTTO, Nara. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888 – 1930)**. Edufes: Vitória, 1996.

SALIM, Maria Alayde Alcântara. **Encontros e desencontros entre o mundo do texto e o mundo dos sujeitos nas práticas de leitura desenvolvidas em escolas públicas capixabas na Primeira República**. 2009. 267 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

SAMAIN, Etienne. Aby Warburg. Mnemosyne. Constelação de culturas e ampulhetas de memórias. *In*: SAMAIN, Etienne (Org.). **Como pensam as imagens** – Campinas: Editora da Unicamp, 2012, p. 51 – 80.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. **No tempo da palmatória**. *In*: Revista de História da Biblioteca Nacional, 2007. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/educacao/no-tempo-da-palmatoria>

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. **Educação escolar na primeira república: memória, história e perspectivas de pesquisa**. Tempo, Niterói, v. 13, n. 26, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042009000100003&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 12 de março de 2013.

SENRA, Nelson. **História das estatísticas brasileiras**. Vol. 2: Estatísticas legalizadas (c. 1899 – c. 1936). Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2 ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Gilvan Ventura da. Imagens “bordadas” na pedra: os mosaicos como fonte para o estudo da sociedade romana. *In*: SILVA, Gilvan Ventura da. & LEITE, Leni Ribeiro (Org.). **As múltiplas faces do discurso em Roma** – Textos, inscrições, imagens – Vitória: EDUFES, 2013, p. 153 – 177.

SILVA, Katiene Nogueira da. “**Criança calçada, criança sadia!**”: Sobre os uniformes escolares na escola pública paulista entre os anos 1950 a 1970. 2006. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, 2006.

SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel & SALIM, Maria Alayde. A história da educação no Espírito Santo: o que se produz na academia? *In*: SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel & SALIM, Maria Alayde. (Org.) **História da educação no Espírito Santo**: vestígios de uma construção. Vitória: EDUFES, 2009, p. 13 – 25.

SIMÕES, Regina Helena Silva & SALIM, Maria Alayde. Conteúdos ensinados na Escola Normal do Espírito Santo no início do século XX: entre a formação geral e a formação pedagógica. *In*: SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel & SALIM, Maria Alayde. (Org.) **História da educação no Espírito Santo**: vestígios de uma construção. Vitória: EDUFES, 2009, p. 169 – 193.

SOUZA, Cynthia Pereira de. A criança-aluno transformada em números (1890 – 1960). *In*: STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena (Org.). **Histórias e memórias da Educação no Brasil** – Vol. III – Século XX, 4 ed., Petrópolis: Vozes, 2011, p. 195 – 208.

SOUZA, Rosa Fátima de. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. *In*: SAVIANI *et alii* (Org.). **O legado educacional do século XIX**. 2 ed. – Campinas: Autores Associados, 2006.

_____. **Alicerces da Pátria** – História da escola primária no estado de São Paulo (1890 – 1976). Campinas: Mercado de Letras, 2009.

_____. As escolas públicas paulistas na Primeira República: subsídios para a história comparada da escola primária no Brasil. *In*: ARAUJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes (Org.). **Escola primária na Primeira República (1889 – 1930)**: subsídios para uma história comparada. Araraquara: Junqueira & Marin, 2012, p. 23 – 77.

SUETH, José Cândido Rifan. **Espírito Santo, um estado “satélite” na Primeira República: De Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892 – 1912)**. Vitória: Flor&Cultura e PPGHIS / UFES, 2006.

TALLON, Miguel Depes. A Escola Normal Pedro II. *In*: VITÓRIA, Prefeitura Municipal. **Escritos de Vitória** – 10 – Escolas. Vitória: PMV, 1995, p. 133 – 134.

VASCONCELLOS, João Gualberto Moreira. **A invenção do coronel** – Ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro. Vitória: SPDC / UFES, 1995.

VEIGA, Carolina & MERLO, Patrícia. **Polícia Civil: a guardiã da ordem pública**. Vitória: Marca Memória e Comunicação Editorial, 2014.

VIDAL, Diana Gonçalves. Tecendo histórias (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: os grupos escolares em foco. *In*: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares** – Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 – 1971), Campinas: Mercado de Letras, 2006, p. 7 – 19.

VIDAL, Diana Gonçalves; ABDALA, Rachel Duarte. A fotografia como fonte para a História da Educação: questões teórico-metodológicas e de pesquisa. **Educação**, Santa Maria, p. 177-194, 2005. ISSN 1984-6444. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs2.2.2/index.php/reeducacao/article/view/3745/2149>>. Acessado em 16 de março de 2013.

WAIZBORT, Leopoldo. Introdução à edição brasileira: Pan + Dora. *In*: PANOFISKY, Dora & Erwin. **A caixa de Pandora: As transformações de um símbolo mítico** – São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 09 – 15.

Fontes documentais

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Mensagem dirigida pelo Dr. Jeronymo de Souza Monteiro presidente do estado ao Congresso Espírito-Santense na segunda sessão da 6ª legislatura**. Vitória: Papelaria e Typographia Nelson Costa, 1908.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Mensagem dirigida pelo Dr. Jeronymo de Souza Monteiro presidente do estado ao Congresso Legislativo do Espírito Santo na terceira sessão da 6ª legislatura.** Vitória: Imprensa Oficial, 1909.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Mensagem dirigida pelo Dr. Jeronymo de Souza Monteiro presidente do estado ao Congresso do Espírito Santo na primeira sessão da 7ª legislatura.** Vitória: Imprensa Oficial, 1910.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Mensagem dirigida pelo Dr. Jeronymo de Souza Monteiro presidente do estado ao Congresso do Espírito Santo na segunda sessão da 7ª legislatura.** Vitória: Imprensa Oficial, 1911.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Exposição sobre os negócios do Estado do Espírito Santo no quadriênio de 1908 a 1912 pelo Exmo. Sr. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro, presidente do estado durante o mesmo período.** Vitória, 1913.

Jornais

Commercio do Espírito Santo – 1908

Diário da Manhã – 1911

O Diário – 1912